



**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.**

----- No dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (justificada), António José Santos Alves Lage Oliveira (justificada), António Lopes Marques (justificada), Carlos Fernando Ermida Rebelo (justificada), Helena Maria Vala Correia, Jorge Adolfo de Meneses Marques e José António dos Santos Esteves Correia (justificada). E para que conste na presente acta, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Vários convites à Assembleia Municipal; expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realiza do dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze. ----

- Em resposta ao solicitado por esta Assembleia Municipal a Associação Nacional de Municípios Portugueses remeteu informação sobre “Relação entre os Órgãos Municipais. Iniciativas dos Membros da Assembleia Municipal junto da respectiva Mesa”. Remeteram também o cartão de Delegado ao “XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”, que se realizou no passado dia nove de Junho de dois mil e onze. -----

- A ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais comunicou a esta AMV que irá realizar de onze a catorze de Outubro de dois mil e onze, no Teatro Municipal da Guarda o “XXXI Colóquio Nacional da ATAM” e remeteu o respectivo Boletim de Inscrição. -----

- A Escola Profissional de Torredeita, remeteu a esta Assembleia Municipal a revista trimestral “Evoluir Aprendendo”. -----

- O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local enviou a esta Assembleia Municipal cópia da petição à Assembleia da República sobre “Não à redução do número de autarquias e de trabalhadores” -----

- O Arquivo Distrital de Viseu remeteu a esta AMV o Boletim Informativo número quarenta e seis – segundo quadriénio de dois mil e onze. -----

- O Senhor José Manuel Figueiredo remeteu a esta Assembleia Municipal cópia da carta enviada à Câmara Municipal de Viseu sobre “Pedido de Intervenção da Câmara Municipal – Praceta de Santa Teresinha – Rua Serpa Pinto – Prédio número cinquenta e um”. -----



- O Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional enviou a esta Assembleia Municipal, para conhecimento, a nota de esclarecimento sobre acumulação de funções, da Direcção Geral das Autarquias Locais.
- O Senhor tenente Coronel de Infantaria, Augusto Cerdeira, expressou o seu agradecimento pela presença de um Representante desta Assembleia Municipal aquando da Comemoração do Centenário do Centro de Recrutamento de Viseu, realizada no passado dia vinte e sete de Maio de dois mil e onze. -----
- Ao cessar funções de Comandante do Regimento de Infantaria Número Catorze, o Senhor Coronel João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto apresentou respeitosos e cordiais cumprimentos de despedida e expressou a incondicional disponibilidade para continuar a colaborar no futuro com esta Assembleia Municipal. ----
- O Gabinete da Comissão de Economia e Obras Públicas acusou a recepção da Moção – “Contra o Encerramento de Estações de Correio no Concelho de Viseu”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e sete de Abril de dois mil e onze. -----
- O Senhor Presidente da Direcção do Rancho Folclórico de Torredeita /Viseu, comunicou a esta Assembleia Municipal que foram convidados para: “Encontros de Folclore na Normandia – França”, nos dias vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro e vinte e seis de Junho de dois mil e onze. -----
- O Teatro Viriato remeteu a esta AMV o programa cultural do quadriénio de Setembro a Dezembro de dois mil e onze. -----
- O Senhor Presidente do Patronato da Fundação Fira de Leida (Espanha) dá conhecimento a esta AMV da realização da “XVI Edição do Salão Internacional e Serviços Municipais, MUNICIPALIA”, a realizar de dezoito a vinte e um de Outubro de dois mil e onze. -----
- Os Senhores Deputados Municipais António Fernando Correia de Campos, João Paulo de Loureiro Rebelo e Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pediram a suspensão do mandato, pelo período de um mês, a partir de vinte e dois de Setembro de dois mil e onze. -----
- Os Senhores Deputados Municipais Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas e Renato Alexandre Reis Pereira pediram, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pediram a suspensão do mandato, pelo período de um mês, a partir de vinte e três e vinte e seis de Setembro de dois mil e onze, respectivamente. -----
- A Senhora Deputada Municipal Fernanda do Sul Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pediu a suspensão do mandato, pelo período de um mês, a partir de vinte e seis de Setembro de dois mil e onze. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----
- Foi remetida à Câmara Municipal de Viseu cópia da Recomendação sobre “Protecção dos Candeeiros de Mestre Malho”, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal, Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e sete de Junho de dois mil e onze. Foram remetidas Certidões e Deliberações em Minuta tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada no passado vinte e sete de Junho de dois mil e onze. Também foi enviada cópia da carta do Senhor José Manuel de Figueiredo sobre “Pedido de Intervenção da Câmara Municipal – Praceta de Santa Teresinha – Rua Serpa Pinto – Prédio número cinquenta e um. -----
- Foi comunicado ao Senhor José Manuel de Figueiredo que remetemos cópia da carta que nos enviou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, para conhecimento. -----



- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realiza no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e dez. Igualmente foi remetido o restante expediente via e-mail. -----
 - Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Edital da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, que se realiza no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----
 - Foi enviada, via e-mail, aos Líderes Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----
 - Foi comunicado, via oficiosa, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que os Senhores Deputados Municipais António Fernando Correia de Campos, João Paulo de Loureiro Rebelo e Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro, pediram a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e dois de Setembro de dois mil e onze, tendo sido convocados os Senhores Deputados Municipais Alexandre João Oliveira Gonçalves Santos, Fernanda do Sul Ferreira e José Pedro Esteves Gomes. -----
 - Foram convocados para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, a realizar no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, via oficiosa, os Senhores Deputados Municipais Alexandre João Oliveira Gonçalves Santos, Fernanda do Sul Ferreira e José Pedro Esteves Gomes, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em virtude de os Senhores Deputados Municipais António Fernando Correia de Campos, João Paulo de Loureiro Rebelo e Patrícia Alexandra de Almeida Monteiro terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
 - Foi comunicado, via oficiosa, ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que os Senhores Deputados Municipais Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas e Renato Alexandre Reis Pereira, pediram a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e três e vinte e seis de Setembro de dois mil e onze, tendo sido convocados os Senhores Deputados Municipais Joaquim Lúcio Trindade Messias e Alfredo José Coelho Lopes, respectivamente. -----
 - Foram convocados para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, a realizar no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, via oficiosa, os Senhores Deputados Municipais Joaquim Lúcio Trindade Messias e António José Coelho Lopes, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, em virtude de os Senhores Deputados Municipais Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas e Renato Alexandre Reis Pereira terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
 - Foi convocado para a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, a realizar no dia vinte e oito de Setembro de dois mil e onze, via oficiosa, o Senhor Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em virtude da Senhora Deputada Municipal Fernanda do Sul Ferreira ter pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito Bom dia. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Jornalistas, Público, vamos dar início à nossa Assembleia Ordinária. Cumprimentava-os a todos fazendo votos que tenhamos uma boa sessão de trabalhos. Antes de entrarmos no Período Antes da Ordem do Dia, pedia aos grupos municipais que fizessem as suas inscrições. Para já só tenho ainda as inscrições do PSD, mas façam chegar aqui à Mesa a vontade nesse sentido. Antes de aprovar a acta havia aqui duas questões de eu gostava de abordar. Como esta é a



primeira sessão da Assembleia Municipal depois de eu ter assumido outras funções, queria balizar aqui, desde já, o comportamento que irei ter, que não será diferente do comportamento anterior, mas queria que ficasse bem claro aqui algumas coisas. Desde logo, tive a preocupação de pedir um parecer à Direcção Geral das Autarquias Locais para que não restasse qualquer dúvida entre o exercício da função de Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e o exercício da função de Membro do Governo. Esse parecer foi feito e a conclusão diz que não existem impedimento legal na acumulação de funções no cargo de Primeiro Ministro, Ministro ou Secretário de Estado, o que, no fundo, me dá legitimidade legal para continuar o exercício das funções. Por outro lado, penso que é fundamental que os contratos que se firmam entre os eleitos e os eleitores sejam contratos que durem todo o exercício para que são feitos. Eu fui eleito Presidente da Assembleia Municipal por vontade de vossas excelências, portanto, pelos Membros da Assembleia Municipal de Viseu, para presidir à Assembleia Municipal durante um mandato de quatro anos, o que me proponho fazer. Isto é, proponho, efectivamente, manter a presidência da Assembleia Municipal, conforme já o tinha referido na última reunião, cumprindo com isenção, o que sempre me reconheceram, espero eu, todos, juntamente com os meus colegas de Mesa. Obviamente, não com tanta disponibilidade como até aqui, mas para isso é que a Mesa é um órgão colegial e tenho dois magníficos acompanhantes, que me têm representado nas diferentes ocasiões, portanto, não tenho sentido por isso qualquer limitação. Também queria reafirmar aqui um princípio que sempre esteve presente na minha participação na Assembleia Municipal e já são muitos anos. Efectivamente, estou cá desde que o Doutor Fernando Ruas foi eleito e tive uma primeira passagem por cá também aos dezoito anos. Nunca confundi as funções em que estou, portanto, ao longo da minha presença enquanto Membro da Assembleia Municipal, fosse como Presidente da Mesa, fosse como Deputado Municipal, nunca ninguém pode afirmar que em algum momento eu tivesse falado nesta Assembleia a não ser nessa qualidade. Faço recordar que ao longo deste percurso já fui Presidente da Associação Industrial de Viseu, fui Presidente do Conselho Empresarial do Centro e agora Membro do Governo. Portanto, nunca ninguém me viu nesta Assembleia Municipal usar da palavra noutra qualidade que não fosse na minha qualidade de eleito deste órgão municipal e é isso que eu vou continuar a fazer. Eu quero deixar aqui bem claro, mas mesmo bem claro, que estou aqui no exclusivo exercício de funções de Presidente da Assembleia Municipal e de Membro eleito. Em circunstância alguma responderei a alguma questão ou entrarei em qualquer debate em que sinta qualquer conflito de interesses enquanto Membro da Assembleia Nacional e Membro da Nação. Gostava que isto ficasse bem claro para que ninguém tenha dúvidas sobre o comportamento que irei ter. Portanto, acho que este era o momento certo para deixar isto desde já muito claro, para que ninguém tenha dúvidas. Em alguma circunstância e que em consciência sinta que alguma situação em margem de conflito entre as duas funções, a minha posição será sempre de abstenção. Isto é, em alguma moção, em algum debate em que me tenha que me pronunciar, evitarei fazê-lo ou não o farei e a minha posição em termos de votações, sempre que haja alguma colisão de interesses, será, exactamente, de abstenção. Isto porquê? Porque por um lado. Para estar bem comigo próprio, no ponto de vista do exercício destas duas funções, o respeito para com todos os Membros da Assembleia Municipal e também por respeito para com os eleitores que me elegeram para esta função. Gostava de, nesta primeira assembleia, deixar isto bem claro para que ninguém tenha dúvidas sobre o meu comportamento. Portanto, basicamente exercerei a minha função de Presidente da Assembleia Municipal e em conjunto com os outros Membros, mas dentro destes princípios que agora quis aqui deixar bem expressos. Este era o primeiro ponto que eu gostava de abordar. Segunda questão, porque também não gosto que as coisas fiquem sem resposta, a Mesa tinha-se comprometido em pedir um parecer à Associação Nacional



de Municípios sobre a questão que já aqui várias vezes foi levantada. Já enviei este parecer aos líderes dos Grupos Municipais, vou só ler duas ou três passagens, portanto, eu refiro-me aquelas propostas de recomendação, que os Senhores Deputados às vezes apresentam à Câmara Municipal, em matérias que são de exclusiva competência da mesma, em que a Mesa tem interpretado o Regimento e a Lei no sentido de não pôr à votação essas recomendações e fazer o redireccionamento directo para a Câmara Municipal. O que diz este parecer e vem ao encontro daquilo que nós temos feito, diz assim: “A Assembleia Municipal tem competência para acompanhar, fiscalizar e informar-se sobre a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal, mas não tem legitimidade para interferir nos assuntos que são da esfera de competência exclusiva da Câmara Municipal; Os membros da Assembleia Municipal podem ter a iniciativa – em conformidade com o estipulado na lei e no regimento interno do órgão – de apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal, competindo à Mesa da Assembleia Municipal veicular/encaminhar os mesmos para o órgão executivo, sem que haja a prévia apreciação dos mesmos pelo plenário do órgão deliberativo.” Portanto, em termos práticos a interpretação que nós fazíamos dos estatutos do regimento e da lei, vem a ser confirmada por este parecer que pedimos à Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios. De facto, a interpretação que tínhamos era: quando estivermos a falar de matérias da competência da Assembleia Municipal, obviamente, que é legítimo; quando estivermos a falar de matérias da competência da Câmara Municipal, obviamente, que qualquer um dos membros desta Assembleia Municipal tem toda a legitimidade para efectuar sugestões, recomendações, enfim, aquilo que entender, mas quem tem o poder de adoptar ou não adoptar essas posições é o Executivo Municipal, pelo que, a Mesa continuará a comportar-se, exactamente, como até aqui: recebe, põe a debate, porque acha que é legítimo que o assunto seja debatido. Não coloca à votação e envia directamente para o Executivo Municipal. Estes eram dois assuntos que não queria deixar de abordar neste Período de pré, digamos assim, Antes da Ordem do Dia. Dito isto, pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre alguma destas matérias que eu aqui trouxe. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira”. -----

- UM – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção “Relativamente ao parecer que o Senhor Presidente fez o favor de enviar aos Grupos Parlamentares, o Bloco de Esquerda está a preparar uma resposta, porque não concordamos com o conteúdo do mesmo. Acho que é uma visão amputada, muito restritiva até, das competências das Assembleias Municipais ao ignorar na respectiva lista de competências previstas no artigo cinquenta e três, número um, alínea q) da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, tanto que diz que a Assembleia tem o direito de se pronunciar e deliberar sobre assuntos que visam promoção das atribuições da autarquia. É com esta base legal de competências que a Assembleia Municipal pode aprovar uma moção ou uma recomendação, como é contemplado no Regimento, à Câmara Municipal sem prejuízo das competências reservadas, naturalmente à Câmara Municipal. Parece-me que há aqui um sofisma neste parecer. Há aqui um silogismo que começa logo no título que diz: “Iniciativa dos Membros da Assembleia Municipal junto da respectiva Mesa”. Ora, o que está o que está em causa aqui não é, exactamente, isso. Aliás, todos os Senhores Deputados se aperceberam que houve aqui de facto um corte na gestão, porque a certa altura as recomendações eram votadas e eu lembro que foi, exactamente, a partir da altura (creio que até foi uma recomendação minha, mas isso é relevante) que o Senhor Presidente disse que não sabia que as recomendações que tinham que ser votadas (estou a referir-me ao Senhor Presidente da Câmara). A partir desse dia, de facto, passou a haver um entendimento diferente desta competência da Assembleia e o que está em causa aqui é a competência da Assembleia, é para não ser transformada num mero “verbo-de-encher”. Muito obrigado”.



- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. As posições são sempre respeitáveis. Aquilo que a Mesa fez foi o que se comprometeu para com os Senhores Deputados. Aquilo que nós combinámos, apesar de nós entendermos que estávamos a interpretar bem a Lei, pedir um parecer a uma entidade externa, e neste caso concreto, à Associação Nacional de Municípios. O parecer é este, a Mesa continuará a comportar-se, exactamente como até aqui, sempre num convencimento de que está a interpretar da melhor maneira o Regimento. Como os Senhores Deputados sabem têm sempre uma forma que é de recorrer para o próprio Plenário da Assembleia Municipal e quando não se conformarem com isso têm outras formas legais. Nós estamos num estado de direito democrático, felizmente, existem órgãos para fazer o acompanhamento destas questões e é dentro desse domínio que nos comportaremos. Encerradas estas duas questões, penso que não há mais ninguém que se queira pronunciar, iríamos passar à apreciação da acta. Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se querem pronunciar sobre a Acta da Terceira Sessão Ordinária do dia vinte e sete de Junho de dois mil e onze. Alguém se quer pronunciar? Vou pôr à votação. A Acta foi aprovada por unanimidade. Passamos então agora ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. Para já tenho duas inscrições do Grupo Parlamentar do PSD e duas Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Pergunto se mais alguns Senhores Deputados se querem inscrever. Dou a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos”. -----

- **DOIS – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD)** – No uso da palavra diz o seguinte: “A nossa intervenção tem um objectivo, fundamentalmente por força de alguma agitação política que tem vindo à estampa nalguns meio de comunicação social, se calhar, já a “aquecer os motores” para alguma coisa que aí há-de vir no futuro. O Grupo Parlamentar do PSD não podia deixar passar este “aquecimento político”, chamemos-lhe assim, para tecer alguns comentários relativamente àquilo que tem acontecido. Há uma tentativa de menorização dos órgãos municipais colegialmente eleitos. Obviamente, que nós não podemos concordar com essa tentativa de menorização, nomeadamente, desta Assembleia, que alguém já apelidou de uma assembleia de faz-de-conta. Isso nós não concordamos. E na minha liberdade de expressão enquanto Membro do Grupo Parlamentar e enquanto cidadão não estou minimamente de acordo com essas afirmações. Já agora, gostaria, no que reporta ao nosso concelho e à nossa cidade de colocar aqui alguns dados, que a meu ver, contrariam manifestamente essas afirmações e vamos começar com um dado que é, perfeitamente, objectivo, embora preliminares, mas são dados objectos, te a ver com os Censos/dois mil e onze. Estamos perante um concelho, uma cidade que cresceu nas últimas duas décadas, ou que teve a capacidade de atrair vinte mil habitantes para cá. Situamo-nos na zona centro do País. Fomos, a par de Leiria e de Aveiro, o único concelho que cresceu. Naturalmente, que no interior somos, de facto, um oásis no deserto, que é este interior do País. Eu questiono: Porque é que vêm vinte mil pessoas para Viseu, que é um dado, perfeitamente, objectivo? Será pelos nossos “lindos olhos”? Julgo que não. Há aqui dados, perfeitamente, objectivos que nós devemos atentar relativamente a isso. Eu acho que essa primeira responsabilidade cabe ao Executivo Municipal pela gestão criteriosa que tem feito, pela visão estratégica que tem tido para a cidade e para o concelho. Há uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos. Nós sabemos que em termos do investimento do Poder Central dos últimos tempos, todos sabemos o que tem acontecido em Viseu e mais adiante questionarei sobre algumas situações prometidas e não feitas, mas no que tem a ver com a gestão municipal eu questiono, aliás todos nós recebemos este “documentozinho” que está aqui, que eu convido a que todos vejam e leiam, o que está aqui não é mera propaganda, está feito no terreno. Convido os Senhores para se dirigirem às juntas de freguesia, à cidade e verificarem, de facto, se exista ou não



obra. Um outro aspecto que me deixou de sobremaneira satisfeito foi o que aconteceu na última Sessão Solene do Dia do Município. Foi enfatizado pelo Senhor Presidente da Assembleia, o clima de auto-estima que existe em todos os munícipes, sejam eles trabalhadores ou não do Município. Simultaneamente à equipa que trabalha no Município, de facto, o trabalho de equipa que ali se faz. Há uma participação activa de todos para o engrandecimento deste concelho. Uma outra questão também objectiva para a valorização do nosso concelho tem a ver com ranking nacional dos concelhos. Não fomos nós, não foi Viseu, não foi o município que o escreveu que o traduziu. Está dito pelos órgãos competentes, da qualidade deste concelho, a atractividade das pessoas e de dinâmicas para este território. Fala-se muito na questão da propalada política do alcatrão e do betão. Eu pergunto: Se não houver alcatrão e betão, aonde é que estão as infra-estruturas? Aonde é que estria esta casa aonde não estamos hoje aqui reunidos? Eu acho que isto é o tal pressuposto fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, sem isso não é possível. Já que falámos na qualidade de vida que nós temos aqui, eu gostava de deixar aqui três ou quatro indicadores sobre aquilo que nós pensamos, relativamente, a essa qualidade de vida. A questão da educação, não vou falar muito sobre ela. Porque o Senhor Presidente do Município fará a intervenção apropriada, mas perceber que Viseu teve notoriedade com a abertura do ano escolar. Teve-o pela presença das personalidades e pela dinâmica criada na inauguração de dois centros escolares. Falaria também na questão das redes de museus. Fala-se muito que não temos museus, mas eu, enfim, da minha pouca pesquisa, do meu pouco saber à matéria, não posso deixar de anotar aqui do que se está a passar, relativamente, às obras do Museu Almeida Moreira, à qualidade do Museu Grão Vasco no número de visitantes, ao próprio Museu de Calde que fez agora dois anos, que é de facto uma mais valia e que está inserido na malha urbana e estou certo e estou convencido, bem próximo, a inauguração do Museu do Quartzo. Depois, falo também da Feira de São Mateus, com mais visitantes, com um cartaz melhorado, com uma programação desportiva diversa, são de facto, também a prova da dinâmica que este concelho tem. A requalificação ambiental, nós soubemos da preocupação que o Município tem, relativamente, ao que está a acontecer com o Parque Aquilino Ribeiro, o que vai fazer no Almargem, nos terrenos públicos das margens do Rio Dão, o que vai ser feito naquela mata por trás de uma conhecida unidade hoteleira na Quinta do Bosque e também, está aqui expresso neste encarte que nós recebemos, e que eu felizmente tive a oportunidade de acompanhar em algumas iniciativas de carácter cultural, que de alguma forma revelam também a atenção do nosso Município para personalidades importantes da nossa casa, Refiro-me, por exemplo, no passado domingo assisti ao recriar a Rota do Cardeal, um Cardeal esquecido em Viseu, Dom Miguel da Silva, uma figura pública que a História tentou apagar, mas que, de facto, Viseu está a tentar recuperar. Refiro-me também à inauguração que ontem houve aqui em Viseu do Welcome Center, que é uma infra-estrutura importantíssima para uma coisa que se tem nota e tem vindo a crescer em Viseu, que é o turismo. Já gora, Senhor Presidente do Município, deixava-lhe aqui uma questão que gostaria que nos pudesse esclarecer. Eu notei que nos últimos tempos tem vindo muitas auto caravanas para Viseu, gostava de saber como está o ponto da situação do parque das auto caravanas. Gostava também de aqui deixar bem claro alguns aspectos que estão a tentar passar para nós e dos quais não temos qualquer responsabilidade. O Executivo Central anterior tem responsabilidades sobre coisas que agora voltam outra vez à carga, acho isto uma graça quando se diz: Os Senhores Deputados do Partido Socialista visitaram a Escola Grão Vasco e estão preocupados com o que lá está a acontecer. Pois esta! Todos nós estamos! Mas a verdade é que essa escola, se houvesse uma gestão mais criteriosa dos dinheiros públicos, com aquilo que se gastou nas Escolas Secundárias Emídio Navarro e Alves Martins, se calhar, poderia estar também neste momento requalificada. A questão da auto-estrada Viseu/Coimbra, trouxe uma coisa fundamental,



premente, urgente, vejam o que está a acontecer com a Ponte do Chamadouro. Então, nós tomámos posse há cem dias e neste momento já temos que ter responsabilidades sobre esta matéria? A questão da ferrovia, parece que felizmente vamos ter uma luz verde, uma luz ao fundo do túnel, que possa, porventura, dar solução a esta questão, mas somos nós com cem dias de governo que temos que ter responsabilidade sobre esta matéria? Há aqui qualquer coisa que, de facto, não bate certo e, portanto, não me parece que estas questões tenham que ser esgrimidas já e que não é a oportunidade necessária para isso. Finalmente, um comentaria a alguém que disse que Viseu não tem líder. Eu pessoalmente não posso concordar, e seguramente que o meu Partido também não concordará, de alguém que neste momento até está coligado connosco nas funções governativas nacionais, que tenha tido um desabafo deste tipo. Enfim, se calhar, compreende-se, estão todos a “aquecer os motores” e a arranjar os melhores blocos de partida, mas a verdade é que eu não posso concordar com isso. Eu acho que olhando concretamente todos nós erramos. A verdade é que o Município tem tido uma equipa e tem tido um líder. Essa é, de facto, a nossa convicção e, portanto, não é por esta forma que nós valorizamos o nosso património humano, valorizamos a nossas pessoas e valorizamos a nossa terra. Senhor Presidente, para terminar, um aspecto que gostaria também de aqui deixar muito rapidamente, tem a ver com a reorganização do território. Enfim os escribas da nossa praça têm qualquer capacidade notável de adivinhar e, por exemplo, colocam já a minha freguesia como uma das freguesias a abater. Eu acho isto incrível como é que se antecipam cenários, se calhar, de uma forma a imitar os futurologistas. Aquilo que eu digo, e até na qualidade de representante distrital da Associação Nacional de Freguesias, é que isto é uma matéria que vai merecer uma ampla discussão e que nós confiamos inteiramente aos nossos dois Presidentes das Associações do Poder Local, refiro-me no caso concreto ao Presidente da Associação Nacional de Municípios, aqui presente, e naturalmente também ao Presidente da Associação Nacional de Freguesias. Tem que ser uma discussão séria, racional, mas ouvindo todos os agentes envolvidos. Tudo o mais eu acho que é fazer futurologia e antecipar cenários, perfeitamente, despropositados e que podem levar, porventura, algum deixar cair os braços que não é em momentos tão difíceis como este a melhor solução. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS) - No uso da palavra diz: “Antes de mais, por intermédio da Câmara Municipal de Viseu, quero dar os parabéns à EXPOVIS pela Feira que decorreu este ano. Realmente, a Feira este ano um ar novo, diria, mais jovial, com mais urbanidade, pese, e ainda bem, a tradição que se manteve, mais moderna... Deu-me prazer ir à Feira por três ou quatro vezes, o que já não me acontecia há uns anos. É óbvio, que muito há a fazer, muito há mesmo a fazer, para ser (e é isso que todos desejamos) a principal feira deste género em Portugal. Ainda há pouco ouvi o Doutor Moreira a ter consciência disso. Enfim, durante muitos anos o que interessava era ter público, davam-se o número de visitantes. Eu penso que era mais importante do que isso, mas este ano foram dados sinais muito positivos para uma evolução da Feira. O que me traz aqui principalmente, é aquilo que o Presidente da Câmara, até porque tem focado muito a marca Viseu, Ainda na última Assembleia Municipal. Realmente, é cada vez mais fundamental criarmos estas imagens de competitividade, estas auras face a outras cidades, ainda mais neste contexto de crise. Mas mais importante do que a aura, como eu falava, é importante o que saber como é que está a engrenagem. Se, realmente, Viseu epidermicamente como tenho dito e tenho afirmado, e acho que sim, a mim como viseense que vem à cidade, que vive a cidade, como diria, intensa, etc., é óbvio que dá gosto viver com estes jardins, com estes eventos culturais e iniciativas que a Câmara tem implementado. Apesar do crescimento que temos tido, dos cem mil habitantes que Viseu tem e da atractividade que é objectiva pelos dados



do Censos, eu volto sempre a enfatizar isto porque acho que é a questão mais crítica que temos que discutir sempre e de uma maneira estratégica e não lançar a questão da aura sem ter alicerces bem instituídos. A indústria, o Senhor Presidente dirá que é uma boca comum, mas é muito mais que isso, é também aquela questão enfatizada na entrevista de alguém que aqui já se falou. Quantas empresas de grande dimensão que foram instaladas nos últimos vinte anos, como é que estão os serviços em Viseu, como é que está o comércio em Viseu, como é que está o centro histórico - no centro histórico têm feito coisas muito positivas, digo já - mas não se está a ver, de facto, a uma velocidade que se pretendia e o comércio em Viseu é uma tristeza. Há muitos anos que não passava na Rua Direita a uma hora mesmo de ponta, quase diria, mas está vazia e esta rua é um emblema do comércio tradicional que se esvai. Não há actividades agrícolas. Infelizmente, e isto, obviamente, toca-me muito, o ensino superior, este ano em termos de entradas, viu-se a grande redução de teve. Realmente, nós sabemos atrair em Viseu, há muita empregabilidade no Hospital, no ensino superior, na educação, na Câmara Municipal de Viseu certamente, mas eu gostaria de saber em termos de actividades económicas geradoras de riqueza, como é que vamos sustentar esta atractividade do belo que Viseu tem, da cultura, etc. Mais uma vez os serviços multimédia de marketing da Câmara fizeram um catálogo aprazível de ler e ver, mas, realmente, o cerne, a derme, não está bem, como todos sabemos. Toda a gente sabe disso, em termos de actividades económicas, em termos de emprego sustentável, como é que está Viseu e isto tem que ser sempre discutido. Em relação à marca Viseu ainda, aquilo que tem sido mais enfaticamente apregoado é Viseu e a qualidade de vida e o ambiente... Como sabem esse é um tema que me é caro, que me traz aqui várias vezes e mais uma vez, desde a última Assembleia Municipal, vieram à colação vários aspectos negativos dessa imagem. Como eu há pouco dizia, Viseu epidermicamente a esse nível parece bem, toda a gente que vem cá diz bem, mas organicamente Viseu ainda tem problemas, ainda enferma de problemas de primeira geração gravíssimos. Ainda há pouco agora, em Setembro, mais uma vez foi notícia a acção que a Comunidade Europeia tomou contra Portugal por indevido tratamento de águas residuais, em que são referidos meia dúzia de municípios - entre eles Viseu. O Tribunal de Justiça da União Europeia veio dar razão e, realmente, como tenho à sociedade dito aqui, Viseu tem um problema gravíssimo de tratamento de águas residuais, tudo bem, em inúmeras situações já foi anunciado a obra. Temos aqui uma maquete em três dimensões, etc., mas o viseense terá medo, porque se fala do Museu do Quartzo, do Parque Aquilino Ribeiro, da Quinta da Cruz, etc., tudo obras que atrasam, ou que depois acabam por ser inexistentes como, por exemplo a central de biogás, que era implementadora de emprego, em que dirão que é da iniciativa privada, mas nunca mais se ouviram notícias sobre essas, como as tais outras existentes actividades geradoras de uma maneira consolidada de riqueza e, portanto, por favor, o que eu lhe pedia Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, é que não faça como tem feito como muitas outras obras como a ETAR. Eu sei que é uma obra que custa cinquenta milhões de euros, mas que é a mais infraestruturante, porque é a base daquilo que pode ser o bom ambiente do concelho. São coisas que não se vêm, são coisas que são as mais caras, já referiu que é a obra mais cara que foi feita neste concelho, mas que é fundamental. A par disso, enfim, agora dirão: lá vem este com a conversa... mas há duas Assembleias atrás o Excelentíssimo Senhor Presidente verberou (peço desculpa pela expressão) contra os “arautos da desgraça”, penso que lançou, eventualmente, alguns olhares sobre mim, do Rio Pavia. Este verão veio mais uma vez, infelizmente, dar razão inseriram-se as trutas por intermédio, salvo erro, de uma Associação. Não quero dizer mortandade, porque é um pouco pesado, não quero enegrecer a imagem de Viseu assim tanto, mas era “a crónica de uma morte anunciada, assim como era anunciado o estado em que está o Rio Pavia, que não teve qualquer requalificação. Peço desculpa, teve uma grande requalificação, mas nada que chegue aos níveis mínimos de qualidade como Viseu



merece e como o Excelentíssimo Senhor Presidente fez aqui supor há duas Assembleia atrás. Só uma última questão para terminar, o Senhor Presidente disse que a culpa do Rio Pavia a jusante da cidade estar mal não era da Câmara. Obviamente, que a culpa é da Câmara, porque a Câmara é que tem a responsabilidade, como agora se viu neste processo...”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio para um pedido de esclarecimento. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra e diz: “Obviamente, até porque em três minutos é difícil comentar uma intervenção de doze ou treze minutos, mas deixar aqui algo muito sério e muito conciso, sem me alongar muito, de mensagem ao Partido Socialista. O Partido Socialista, é bom que talvez reduza um pouco o consumo de queijo, porque, efectivamente, está a tentar a passar uma esponja no passado, ou então andou a hibernado e acordou agora, porque foi aqui levantado um conjunto de situações, que diria que não teria pés por onde se lhe pegar. Só quero referir uma, quando foi questionado aonde é que estão as grandes empresas que foram instaladas em Viseu nos últimos vinte anos, e sem querer de forma alguma a estar discutir o contexto da empresa, de empresários, de indústria e de comércio, obviamente, sem entrar nesse pormenor, só quero lembrar uma coisa, está escrito, é um facto por quem batalhei muito, continuo a batalhar e nunca deixarei de batalhar. Estão muito esquecidos, só lembrar isto, o anterior Governo da coligação PSD/PP criou a Universidade Pública de Viseu. Criou-a através de uma portaria, com modelo e com sustentabilidade económico-financeira, que envolvia parcerias com outras instituições, nomeadamente, como sabem, a multinacional Siemens e que nesse propósito se o então Governo do Partido Socialista no seu primeiro acto de gestão não tivesse sido suspender essa mesma criação, obviamente, hoje teríamos aqui duas empresas poderosíssimas: a Universidade Pública de Viseu e a Siemens, com tecnologia de ponta investida e serem centenas ou milhares de postes de trabalho. Não vale a pena falar mais nada, penso que isto é suficientemente significativo para explicar muitas das coisas. Há um período de nojo que se deve ter neste tipo de situações e eu aconselho o Partido Socialista a, efectivamente, a ter um período de nojo e depois passado esse período, se calhar, estão em condições para vir aqui acima. Muito obrigado”. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Muito obrigado Senhor Deputado. Também quer fazer um pedido de esclarecimento? Atenção sejam claros, houve uma intervenção do Senhor Deputado Pedro Baila Antunes, o que há agora são pedidos de esclarecimento ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. Tem a palavra para responder se assim o entender. Senhor Deputado tem três minutos”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. -----

- CINCO - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS) – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Eu acho curioso, tive uma intervenção, pelos vistos, de doze minutos ou coisa do género e o excelentíssimo colega deputado respondeu a propósito da falta de actividades geradoras de riqueza, etc. Respondeu apenas com uma questão mais de que batida, mais do que arrumada e que mais uma vez foi algo no ar que se lançou no tempo, salvo erro do Governo do Doutor Durão Barroso, sem qualquer consistência como se viu depois. Tudo bem, depois foi o Partido Socialista que tomou a cargo o Governo, mas que não tinha qualquer consistência. Seria a instituição de uma universidade pública com o crescimento demográfico que estamos a ter e seria a Siemens que tem sobretudo actividade de mão-de-obra intensiva ao nível das suas actividades. Essa foi a única resposta que me soube dar relativamente a eventuais actividades que não têm sido criadas em Viseu, foi buscar algo de há dez anos. Obviamente que muitas outras coisas teriam que ter sido lançadas, discutidas, quanto mais implementadas. Seria positivo, evidentemente, a



implementação em devido tempo de uma universidade pública em Viseu, mas não é isso que explica a falta de motores de geração...”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Eu aproveito, de uma forma muito rápida para dizer ao Senhor Deputado Madeira Antunes que ele tem uma forma muito peculiar de apresentar aqui as questões. Por um lado, na sua intervenção elogiou várias vezes o trabalho do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo Camarário, mas depois começa a dar estocadas e aí dá cabo da intervenção que traz preparada. Só para responder, em relação à marca Viseu que o Senhor tanto defende. A marca Viseu está bem explícita e divulga-se pelo exterior, pela qualidade de vida que é comprovada, aliás, como o Senhor sabe, pelo aumento populacional. Aumentar vinte mil habitantes em duas décadas é o suficiente e é uma resposta cabal, também pela oferta do sector do turismo e pela sua riqueza monumental e natural. Esta é a marca Viseu, saibamos nós divulgar esta marca e não precisamos de mais nada. Claro que eu também podia referir algumas situações em que o seu Governo, o anterior Governo falhou e não foi apenas na universidade Pública. O Senhor sabe perfeitamente que nos foi também negado o Parque Tecnológico, Foi-nos negada a ligação ferroviária. Foi-nos negado também a instalação de grandes empresas, que o seu Governo optou por instalar noutros lados, negando a Viseu, nomeadamente, se quisermos voltar mais atrás, a faculdade de medicina. E fico-me por aqui. Vamos então à intervenção que trazia preparada e que tem a ver, exactamente, com alguma coisa que também é marca de Viseu e que tem a ver com o turismo. Ontem, vinte e sete de Setembro, o País e o mundo celebraram o Dia Mundial do Turismo e vários municípios tiveram o cuidado desenvolver iniciativas diversificadas para centrar o turismo nas preocupações dos municípios e do País, globalmente. Viseu acompanhou esse movimento de celebração, antecipando a festa com iniciativas dirigidas a todas as faixas etárias e com recurso a instrumentos que têm feito de Viseu uma cidade voltada para o turismo. A animação do centro histórico ou a criação de novos percursos turístico culturais, como é o caso da rota de Dom Miguel da Silva, o uso do comboio turístico e da charrette, ao serviço das populações, para visitas guiadas aos monumentos e ruas da cidade, são iniciativas que saudamos, de entre muitas outras que constavam de um bem elaborado programa. Mas do que se fez, do muito que se fez nas Jornadas Europeias do Património, associadas ao Dia Mundial do Turismo, permitam-me que sublinhe a inauguração do Welcome Center de Viseu, no coração do centro histórico, por se tratar de um espaço de excelência que fica a marcar, na cidade e no concelho de Viseu, a acção do executivo na recuperação de espaços urbanos degradados, com recurso aos fundos comunitários. Senhor Presidente da Câmara, todos nós nos recordamos ainda daquele edifício degradado ao lado do Museu Grão Vasco, que era uma vergonha para a nobreza do largo da Sé. Todos nos recordamos do esforço que foi necessário para recuperar a Casa do Adro, com o objectivo de ali ser instalada a Assembleia Distrital. Esforço que se deve a Vossa Excelência e ao executivo que, então, liderava. E lembramos ainda o combate que travou para que a Assembleia Distrital funcionasse, o trabalho que desenvolveu para trazer para Viseu, para a Casa do Adro, o Centro de Restauro. Hoje, e depois do imobilismo e apatia daquele órgão distrital, a Casa do Adro ganha nova dinâmica, com a instalação de uma Agência de Turismo do Centro, voltada para a cidade, ao serviço dos que nos visitam, ao serviço do concelho. Diga-se que este sonho de instalar um posto de turismo, passo a expressão, no centro histórico da cidade já vinha da antiga Comissão Regional de Turismo Dão Lafões, mas só foi possível concretizá-lo, agora, porque houve uma visão estratégica, com a apresentação de uma candidatura ao Mais Centro, no âmbito da Parceria de Regeneração Urbana. Nesta recuperação investiram-se mais de duzentos e sessenta mil euros, correspondentes à empreitada de adaptação de parte da Casa do Adro e ao fornecimento de soluções de



software para o Welcome Center de Viseu. Com a inauguração do Welcome Center de Viseu, requalifica-se um espaço que passa a ter uma nova funcionalidade, abre-se uma porta para a dinamização do centro histórico e do comércio local, e concretiza-se um velho sonho dos agentes turísticos da região. Para aqueles que anunciaram a morte lenta do centro histórico de Viseu, aqui está uma boa resposta. Acrescente-se, ainda, neste esforço de regeneração urbana, e à volta do círculo onde se insere a Casa do Adro e o Welcome Center de Viseu, a Casa do Miradouro com obras em fase de conclusão, o Museu da Santa Casa da Misericórdia, o Museu de Arte Sacra, a requalificação de edifícios do município na Rua Escura e Rua Nossa Senhora da Piedade, ou a requalificação de imóveis, em parceria, na sede da Associação dos Comerciantes, da adaptação do antigo matadouro municipal a sede do Orfeão de Viseu ou as obras de ampliação dos espaços sociais da Igreja Nova. Os exemplos aqui invocados concretizam o Programa de Acção denominado de “PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA DE VISEU”, participado pelo QREN/Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, e constituem hoje um forte contributo para a regeneração urbana do centro histórico de Viseu. O Executivo Camarário, coordenou este Programa de Acção e propôs-se efectuar a articulação de um conjunto de investimentos, materiais e imateriais, que são fundamentais para o fomento da Regeneração Urbana, em termos sociais, económicos e culturais. Se devemos enfatizar a importância do sector do turismo para a recuperação da economia nacional, muito mais devemos sublinhar a importância da actividade turística no desenvolvimento das regiões e dos municípios. Viseu tem potencialidades enormes para captar receitas provindas do turismo. Têm um património edificado devidamente requalificado, um património cultural material e imaterial invejável, tem zonas verdes naturais, espaços ajardinados resultantes do crescimento da cidade, espaços de lazer e desporto, unidades hoteleiras de qualidade, gastronomia, vinhos, artesanato, enfim, um conjunto de recursos únicos que nos tornam diferentes e que devemos aproveitar. É possível fazer mais? Claro que sim! Temos de apostar na valorização dos recursos de que dispomos e mostrar que somos diferentes de outros, no mercado internacional. Temos de ser mais competitivos, temos de acreditar que é sempre possível fazer melhor. Temos de valorizar o papel dos empresários de turismo na dinamização do sector e temos de acarinhar e apoiar as iniciativas culturais de organismos privados. Destaco aqui o esforço que o Executivo também tem desenvolvido neste apoio nas parcerias privadas, nomeadamente no Museu de Arte Sacra, no apoio ao Museu da Santa Casa da Misericórdia e também de relevar o trabalho que o Departamento dos Bens Culturais da Diocese tem desenvolvido dinamizando e divulgado o património religioso através de exposições temporárias de que encarrega. Este, minhas Senhoras e meus Senhores, é um trabalho de equipa, que obriga ao envolvimento de todos os que estão ao lado do desenvolvimento de Viseu e da região envolvente. Se o Turismo do Centro emprega já dezasseis por cento do sector económico, se houve um aumento de quase nove por cento nas dormidas, em Julho, comparativamente em igual período em dois mil e dez, e se nos primeiros sete meses de dois mil e onze, como referiu Pedro Machado no Diário das Beiras, “se observou um aumento de treze vírgula cinco por cento em proveitos globais criados pelo sector” então a aposta no turismo será sempre uma causa ganha e um contributo para o desenvolvimento económico do concelho. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Ernesto para um pedido de Esclarecimento. -----

- SETE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÁ DE SÁ (PSD) - Solicita a palavra para um pedido de esclarecimento e diz: “Eu vinha aqui, praticamente, no contexto do que falou o Deputado Pedro Antunes e o que realçou de positivo em relação ao trabalho executado pela Câmara. Penso que é bom referir também o que os meus colegas



que me antecederam, que falaram da parte material que o Executivo tem feito ao longo destes anos, mas falta um outro, que me parece importante de realçar e de falar, que é a parte social. Eu vejo na minha aldeia, como os meus colegas vêm nas suas, a quantidade de casas degradadas que a Câmara através do Projecto PROHABIT tem feito. Acho que isto é humano, apresenta um projecto de apoio às pessoas, que por razões diversas a sua vida não lhes tem sido favorável, e a Câmara tem sido o suporte destas pessoas. Referir também que no contexto social, quantas famílias não têm obtido apoios da Câmara, quer na parte alimentar, quer na parte de questões de farmácia de apoiar pessoas com muitas dificuldades. Eu tenho visto que recorrem quer às Juntas, quer à Câmara e se não for uma Câmara aberta e com sensibilidade social, penso que estaríamos no mau caminho. Senhor Presidente, desculpar-me-á dizer, eu acho que Viseu é lindo, as pessoas que aqui vêm ficam encantadas com tudo isto, mas também é bonito referir a parte social das pessoas que dela necessitam e a Câmara têm sido um excelente exemplo a nível nacional do que é fazer-se o bem pelas pessoas e dar-lhes aquilo que elas precisam. Era só”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues (PS). -----

- OITO – SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Intervém dizendo o seguinte: “Em primeiro lugar e em nome da Bancada do Partido Socialista, gostaríamos de felicitar publicamente o Doutor Almeida Henriques, Membro e Presidente desta Assembleia, pela nomeação para o lugar de Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, uma vez que não tivemos oportunidade de o fazer antes. Desejamos agora o maior dos sucessos no exercício das suas funções, pois isso representará o melhor para o nosso País, nomeadamente, para a nossa região e o nosso concelho. Bom trabalho e boa sorte. Quanto à minha intervenção propriamente dita, esta prende-se com uma coisa muito simples, o tempo de prosperidade que iremos viver no concelho de Viseu nos próximos anos. É para mim, absolutamente, claro que neste contexto político o concelho e a região não vão ter qualquer problema de entendimento com as demais entidades que têm capacidade de decisão no nosso País. Jamais ficarão projectos por cumprir por discriminação ou pseudo-discriminação, que possa existir, só porque as entidades eleitas não são do mesmo partido. Até esta Assembleia terá a vida facilitada, Senhores Deputados, pois repararão que todas as comunicações e cartas enviadas aos Membros do Governo terão resposta em trinta dias. Mesmo as moções enviadas ao Governo serão agora tratadas com toda a prioridade seja qual for o assunto e o Ministério que abordamos, até porque durante muito tempo se pediu aos Membros do Partido Socialista, nesta Assembleia, que fossem um veículo de informação e até de pressão, junto do Governo, apesar do simples estatuto de elementos eleitos pelo Partido Socialista. Mas hoje, e durante os próximos anos, teremos não só muitos mais Membros nesta Assembleia do mesmo Partido que os Partidos do Governo, como igualmente temos um Presidente de Câmara do mesmo Partido que o Primeiro Ministro e, inclusivamente, um Membro desta Assembleia que é simultaneamente Membro do Governo. Senhor Presidente e Senhores Deputados, estes vão ser tempos de grande prosperidade para Viseu. Os tempo do lançamento da auto-estrada e da ferrovia, que tanta vezes aqui foi reclamado. Este vai ser o tempo em que Viseu vai ter novamente a Segunda Repartição de Finanças e a Loja do Cidadão irá finalmente seguir o rumo que a Câmara Municipal de Viseu entender. As Unidades de Saúde Familiar não voltarão a ficar paradas por falta de entendimento entre entidades e jamais haverá Unidades de Cuidados Continuados que não serão aprovados. Este é o tempo em que graças à capacidade de influência deste Executivo e de vários Membros desta Assembleia, mais nenhum serviço deixará de existir em Viseu e as empresas como os CTT manterão as estações e os postos que o PSD entender e não o que for determinado pela sua administração. Até falaria nas escolas dizendo que mais nenhum presidente de junta se iria queixar das machadadas nas aldeias e das mortes das freguesias com o encerramento das suas escolas se, porventura,



não tivessem já sido dadas já doze machadas em doze freguesias (utilizando a metáfora já aqui utilizada por alguns presidentes de junta do PSD). Em suma, dizer que estou tranquilo com o futuro de Viseu, agora que todos os dinheiros do QREN serão libertados em tempo óptimo não condicionando, minimamente, o trabalho da Câmara. As portagens serão aplicadas de acordo com as recomendações da Câmara Municipal de Viseu, ou mesmo de acordo com alguma moção aqui apresentada. Viseu voltará a ter o Matadouro. A Escola de Ranhados será construída num ápice. E, finalmente, a Câmara já não será obrigada a cobrar renda da Administração Central, porque o Arquivo Distrital será uma realidade nos próximos tempos. No fundo e para terminar, estes serão os tempos em que tudo se resolverá facilmente no nosso concelho, por exemplo, a segurança do concelho. Não faz mal que o IVA da electricidade tenha aumentado, condicionando assim o número de horas que a iluminação pública está acesa, porque com certeza muito em breve o número de efectivos da PSP e da GNR a patrulharem o nosso concelho vai ser de acordo com o que foi reclamado nos últimos anos. Para terminar, julgo que podemos concluir, que de futuro se acabaram os fait-divers. Não haverá desculpas contra terceiros para justificar as limitações existentes no concelho de Viseu. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos para um pedido de esclarecimento.

- NOVE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Solicita o uso da palavra e diz: “Eu, depois de ouvir aqui o meu amigo Marco Rodrigues a falar, não podia fazer melhor obituário do Governo PS anterior. Está tudo dito! Disse tudo aquilo que não fizeram. Se havia dúvidas, as dúvidas desfizeram-se. Foi tarde, mas valeu a pena! A sério, porque tu vieste dizer aqui tudo o que o Governo PS não fez e foi por isso que perdeu as eleições, não só, mas também. Portanto, melhor obituário do que esse não podia haver. Realmente, não houve auto-estrada, não houve universidade, não houve segurança... Tu é que disseste...”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe a intervenção e diz: “Senhor Deputado, na Assembleia Municipal os Senhores Deputados têm que ser tratados por Senhores Deputados, todos os Membros da Assembleia”.

- DEZ - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Prossegue a intervenção dizendo o seguinte: “Peço desculpa, é a familiaridade, ele não leva a mal. O Senhor Deputado Marco Rodrigues sendo Membro do Grupo Parlamentar do PS, realmente, não podia ter feito melhor do que fez e acho que está tudo dito. Fique ciente também uma coisa Senhor Deputado, o facto do CDS e o PSD terem uma forma de governar diferente, claramente, da vossa, não quer dizer que tudo se vá resolver, porque muito daquilo que os Senhores deixaram estragado custa muito a compor. Se calhar, era mais fácil se tivessem tido outro tipo de actuação fazer algumas das situações que o Senhor aqui falou. Uma coisa é certa, vamos pugnar para que as coisas tenham um rumo diferente. Disso tenha a certeza! Volto a repetir, melhor obituário não tinha ouvido fazer até hoje. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria para um pedido de esclarecimento.

- ONZE - SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUE MOTA DE FARIA (PSD) – Pede a palavra e intervém do seguinte modo: “Eu assisti aqui hoje a duas intervenções e vou referir-me às duas que me deixaram perplexo. Em relação à última, eu fico quase constrangido, porque é uma visão de falta de sentido de Estado. É uma visão algo sectária e partidária do que foi a governação do Partido Socialista. É uma visão que não tem noção o que é um governo da Nação, um governo de todos os portugueses. Apenas remetia para algum momento de humor político. O Senhor trouxe aqui o vosso caderno de encargos. O caderno de encargos de quase quinze anos de governação, que nada fizeram por Viseu e principalmente nos últimos seis anos. A sua intervenção procurou somente



branquear a situação financeira e económica em que deixaram o País, assim como também a outra intervenção em que procurou, no fundo, dizer que está tudo mal, negar a realidade que todos constataam, que todos vêem. Na outra intervenção está tudo mal, inclusivamente, tentou até imputar ao Senhor Presidente da Câmara o facto de haver redução de entradas no ensino superior. A redução de entradas no ensino superior também tem a ver com a Câmara de Viseu, é notável esta afirmação! A única coisa em que eu concordo com o Senhor tem a ver com a marca Viseu, com aquilo que é a competição que no futuro vai haver entre as cidades médias. Inteiramente de acordo que é o desafio do futuro. Agora, denegrir a imagem de Viseu, também não! Principalmente há uma coisa que é fundamental, a ignorância é audaz e o Senhor foi audaz. Simplesmente, entenda, a sabedoria é reservada”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues para responder às questões que lhe foram colocadas”.

-DOZE - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) - Obrigado Senhor Presidente, renovo os cumprimentos. E dizer que, efectivamente, quando se diz que este discurso que eu fiz tem haver com a falta de sentido de Estado, efectivamente parece que não estivemos aqui. Eu só cá estou desde 2009, antes não estava cá, mas desde 2009 eu tenho assistido aqui sempre nesta bancada, enquanto o PS foi governo, inúmeras vezes os Srs. Deputados do PSD virem aqui a este púlpito dizer ao Partido Socialista para irem a Lisboa, de alguma maneira, interceder em prol de uma ou outra situação que se tratava aqui no Concelho. Ora aquilo que nós hoje aqui vimos dizer é o seguinte: durante muito tempo nós apresentamos aqui um conjunto de propostas e vamos fazendo sempre um conjunto de propostas no sentido construtivo de tentar junto desta Assembleia e com a Câmara Municipal, tentar promover boas políticas para o nosso Concelho. Tentamos fazer esse esforço, aquilo que foi feito durante muito tempo nesta Assembleia foi tentar ocupar a maior parte do tempo desta Assembleia, com questões que eram questões do Governo e tentando de alguma maneira, imputar as responsabilidades aos simples Deputados do Partido Socialista que estão nesta Assembleia. Aquilo que eu hoje aqui vim dizer ao Senhor Deputado foi o seguinte: a partir de agora em principio, nós não vamos dar, não vamos ter que estar com essa responsabilidade a levar nenhum recado e vamos poder efectivamente discutir política do nosso Concelho e vamos poder efectivamente não ter que assistir aqui a “faitdivers” de tentar desculpar os problemas internos com os problemas que eram feitos em Lisboa. Houve problemas com certeza, não considero que tenha sido obituário aquilo que eu fiz aqui, não considero isso, porque muitas coisas nem sequer têm a ver com o Governo. Têm a ver eventualmente, lembro-me por exemplo dos CTT, o Governo podia interceder, eventualmente o PS podia interceder, não tem a ver com o facto daquilo que o PS fez ou que deixou de fazer. Aquilo que nós estamos a dizer, aquilo que foi a minha intervenção é, eu espero sinceramente e nós não vamos ser o motor desta discussão, daquilo que é ou não é. Termina já Senhor Presidente. Só para dizer que efectivamente, acabaram-se os “faitdivers”. Agora vamos poder discutir a política do nosso Concelho porque agora este executivo já não se pode desculpar com o governo do PS em Lisboa.

- MESA - Muito obrigado Senhor Deputado. Os Senhores Deputados que pediram a palavra, como sabem, nos termos regimentares, o Senhor Deputado a partir do momento em que faz a sua intervenção já não pode fazer mais nenhuma neste ponto. Portanto, se for para pedir sempre que haja intervenções, já agora para ficar bem claro, quando há uma intervenção de algum dos Senhores Deputados é legítimo que peçam esclarecimentos. Cada deputado tem 3 minutos para pedir esclarecimentos e depois o Senhor Deputado tem 3 minutos para poder responder. Neste caso concreto, sendo esse o regime arbitral, dou a palavra.



- TREZE - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODOSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Senhor Presidente, apenas para protestar e mais uma vez, tentar encarregar as coisas porque parece que estão a querer de sambar e dizer mais uma vez ao PS que tenha calma, tenha serenidade. Está aqui a provar efectivamente, que falta alguma cultura democrática e que não encaixaram a derrota das últimas eleições legislativas. Isso é perfeitamente notório, qualquer pessoa por mais distraída que esteja, sente aqui o clima de quem efectivamente não digeriu essa derrota. Para dizer que essa derrota foram os portugueses que a deram, portanto não foi em concreto nenhum dos que estamos aqui dentro e portanto não venham agora aqui com este discurso. O que eu apelo é que efectivamente a quem deixou o País na situação que deixou, ao virar ao longo da esquina, vir aqui com ar humorístico como se não tivesse passado nada, a assobiar para o lado e a tentar aqui dar umas graçolas e umas piadolas. Efectivamente isto merece o nosso protesto e deixar aqui mais uma vez a sugestão de à pouco. Para bem de toda a democracia é importante a gente saber gerir o período de nojo, saibam gerir o período de nojo. Quando terminar o período de nojo efectivamente depois vêm cá com as propostas. Isto aqui não faz qualquer sentido. Haja um pouco de serenidade. Muito obrigado. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Foi um protesto e não tem reacção. (Pede a palavra o Senhor Deputado Marco Rodrigues). Pode, claro que pode. Protestar é democrático e legítimo. -----

- CATORZE - SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS) – Renovo os cumprimentos Senhor Presidente. Ó Senhor Deputado! Senhor Presidente eu peço desculpa, o protesto deve ser dirigido à mesa. Senhor Presidente, eu protesto naturalmente sobre este protesto que não tem sentido nenhum. Porque efectivamente o período de nojo das eleições às quais eu fui eleito membro desta assembleia, foi em 2009. Já acabou há muito tempo o período de nojo. As eleições de 2011 não têm nada a ver com o que estamos aqui a falar, não têm nada a ver. Aquilo que nós estamos aqui a fazer desde 2009 é a tentar fazer política no nosso concelho e os Senhores e principalmente, principalmente não, mas nomeadamente o Senhor Deputado Teodósio tem feito muitas intervenções aqui sempre chamando a atenção do Governo, sempre tentando entregar aqui moções, aliás, acho que tem uma ou duas moções entregues nesta assembleia para chegarem ao Governo. Portanto quem fazia aqui as intervenções dirigidas ao governo era o Senhor Manuel Teodósio e portanto aquilo que nós agora fazemos é dizer: finalmente, finalmente vocês poderão agora fazer a política para a qual foram eleitos, 2009, eleições autárquicas. Eleições autárquicas têm a ver com o nosso concelho e com a nossa autarquia. Se entretanto tinham o governo socialista que queriam atacar, agora já não têm, agora finalmente poderão efectivamente fazer política para o nosso concelho. Senhor Presidente era este o protesto que queria fazer. Obrigado. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para uma Intervenção. -----

- QUINZE- SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa, restantes elementos da mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, público, Comunicação Social presente e funcionários em exercício. Eu, bem, antes de mais vou começar por aquilo que me parece mais substancial que é a defesa do concelho e para chamar a atenção desta assembleia para o seguinte: os CTT têm neste momento duas estações, a de Viriato, freguesia de S. José e a da Balsa na freguesia de Coração de Jesus, a funcionar apenas da parte da manhã, portanto a funcionar a meio dia. O que é uma nítida, enfim, uma transição para o encerramento total, de resto como já aconteceu na Loja do Cidadão e com outras estações, sem qualquer respeito pela opinião aqui manifestada no ano passado, aliás este ano, na última, na penúltima sessão em 27 de Abril em que aprovámos uma moção que apresentei contra o encerramento, portanto



manifestando oposição frontal ao encerramento de qualquer estação dos CTT. Isto foi enviado ao Ministério da Economia, aliás era o segundo ponto da moção, trabalho da Segurança Social, Presidente de Assembleia da Republica e grupos parlamentares após a eleição de 5 de Junho. Portanto também já há aqui uma co-responsabilização não só do Governo anterior que decidiu como deste Governo que faz a prossecução desta política. Política que de resto nós já tínhamos denunciado também no ano passado numa moção aprovada na assembleia também de 19 de Abril de 2010 para defesa dos serviços públicos de correios e contra a privatização dos CTT, prevista no Plano de Estabilidade e Crescimento. Entretanto, eu tenho conhecimento que o Senhor Presidente reuniu ou foi jantar com a administração dos CTT, portanto, o Senhor Presidente, não está mas certamente o Senhor Vice Presidente lhe comunicará, que gostava de saber, portanto, se desse encontro resultou uma decisão ou se isto é irreversível. Pronto, posto isto, prescindindo de apresentar moções porque pelos vistos isto cai em saco roto, portanto resta-me esperar que as pressões do Senhor Presidente da Câmara que é também Presidente da Associação de Municípios tenham surtido algum efeito. Espero portanto esse esclarecimento. Mas também não posso deixar de referir alguns aspectos que foram aqui focados. A entrevista que o Senhor Presidente da Câmara deu ao Diário de Viseu no dia do Município, o Senhor Presidente diz que Viseu é a cidade do País com melhores acessibilidades, até se calhar da Europa, portanto continuamos aqui a ter um espírito algo megalómano, não sei se pretende ver Viseu a caminho das estrelas e eu receio que seja Viseu numa viagem para um buraco negro. É que Portugal está neste estado exactamente porque tem três auto-estradas entre Lisboa e Porto. Isto faz-me lembrar um artigo que escrevi há anos para o Jornal de Notícias sobre a Fábula da Rã e do Boi de La Fontaine. Como sabem, a rã viu no lago o boi a beber água e também, ai que animal tão lindo, tão grande e para ser igual ao boi começou a beber água, inchou, inchou até que rebentou. Parece que Viseu já começou a rebentar. Temos para além do Centro Histórico, enfim, despovoado, tanto que rebentou, há casas que já caíram, está uma por exemplo junto à Pensão Lafões, que é propriedade da Câmara tanto quanto eu sei e está há dois anos à espera de obras. O SRU não chega de facto para as encomendas e depois dá naquilo que se chama de tentar fazer novas centralidades, há de facto ali uma espécie de buraco negro na Av. da Europa que tem um buraco mesmo literal, um buraco mesmo ao lado do Tribunal porque até acho que houve um empreiteiro que fugiu não sei para onde. Há também aquela cimenteira ao lado do Hotel Montebelo no bairro de Marzovelos, que continua a crescer apesar do Senhor Presidente pouco tempo depois de ganhar a Câmara ao Engenheiro Carrilho ter dito que herdava compromissos anteriores, mas a verdade é que aquilo continua a crescer. Temos ali junto à Quinta do Bosque torres que praticamente não têm moradores ou têm poucos, parece que segundo me disseram já nem conseguem pagar o condomínio. E por outro lado, eu já numa das últimas sessões, foi a última, deixei aqui a pergunta, provavelmente o Senhor Presidente não tomou a devida nota, enfim pode-se ter esquecido mas eu gostava de saber se a questão que aqui coloquei, enfim gostava também de obter um esclarecimento. É que a Visabeira, a imobiliária já por duas vezes anunciou para o único espaço verde que há no bairro de Marzovelos, naquele imenso bairro de Marzovelos que eu costumo chamar cimenteira, já por duas vezes colocou a placas a anunciar um centro comercial. Nós, eu e a Associação a que pertencemos já denunciámos isso há cinco anos e foi dito, ou mais, que ficava ali a Alameda e que havia uma negociação com a Visabeira, entretanto a Visabeira volta a pôr placas na altura mais ou menos das últimas eleições autárquicas. Nós voltamos a denunciar, acho que até os moradores fizeram um abaixo-assinado com o nosso apoio e a verdade é que o Senhor Presidente diz que estavam ainda, com a Visabeira, estavam ainda em negociações para uma permuta de terrenos como alertei já esta Assembleia. O Senhor Presidente está daqui a pouco, falta pouco tempo para terminar os mandatos, eu gostava de saber antes de o Senhor Presidente sair, porque



se os terrenos são da Visabeira se efectivamente há permuta de terrenos porque se o Senhor Presidente sair, os terrenos são da Visabeira e a Visabeira pode fazer o que bem entender. Portanto, gostava de saber se efectivamente já está feito o negócio. Por outro lado, em Viseu como já foi dito, não há indústria, vai para Oliveira de Frades, para Nelas, para os concelhos vizinhos. Comércio, o Senhor Presidente sempre justificou a vinda de grandes superfícies, o cerco que fez à cidade com grandes superfícies porque só havia uma e tanto que era a mais cara do País, a verdade é que agora temo-las cá todas e soubemos há dias que continuamos a ter as grandes superfícies mais caras do País. Portanto, isto parece que só serviu de facto para dar cabo do pequeno comércio, que de resto o Senhor Presidente já mostrou que não tem respeito pelos pequenos comerciantes que ainda aqui na última Assembleia insultou os pequenos comerciantes como tive a oportunidade de refutar. Depois há, por exemplo o Senhor Presidente na entrevista fala em Cáceres e talvez fosse importante saber que Cáceres, não sei se o Senhor Presidente andou a ver, mas Cáceres não tem grandes superfícies como tem Viseu. Aliás, nenhuma cidade espanhola está cercada de grandes superfícies como Viseu, pelo contrário, eles até as mandam para dezenas de quilómetros, e as poucas que têm mandam-nas para dezenas de quilómetros, o único Centro Comercial que têm é o Corte Inglês que está integrado no tecido urbano e não têm mais nada. Depois há o óbvio *Open Center* já aqui disse na última é o óbvio, quer dizer, vinte anos para fazer o óbvio que é pôr o Posto de Turismo no Centro da Cidade, no Centro Histórico, enfim, ainda bem, vale mais tarde do que nunca. A Universidade Pública, eu acho que nesta Assembleia e de modo geral na cidade toda a gente, é um bocado conversa para boi dormir, para encher, para encher chouriços, desculpem-me a brejeirice, apresenta consecutivamente projectos da treta para a Universidade de passa culpas e passatempo como me estou a referir à Universidade Climática, à Universidade Aberta, enfim, coisas mirabolantes e a verdade é que não se faz aquilo que é óbvio, por exemplo o Bloco apresentou uma alternativa que era investir no politécnico, satisfazendo até um documento que os Institutos Politécnicos assinaram, todos os Institutos Politécnicos assinaram em 2005, salvo erro, ou talvez antes um pouco disso, para os politécnicos passarem a Universidades Politécnicas de forma a diluir o estigma, acabar com o estigma social de ensino superior de segunda e ao mesmo tempo poderem desenvolver-se, porque de facto há uma sobreposição até de funções e de áreas entre os Politécnicos e as Universidades, parece não fazer sentido este sistema. Apoiando este princípio, por exemplo a Escola Superior de Saúde que tem potencialidades enormes podia hoje estar transformada numa faculdade de saúde e depois desperdiçaram-se oportunidades como a ligação à Universidade de Aveiro, apenas por um bairrismo bacoco que não faz sentido nenhum. A questão do comboio é a mesma coisa, toda a gente fala no comboio, na ligação da linha Beira Alta, mas eu já apresentei aqui uma proposta que também me parece óbvia, quer dizer que bastaria Viseu entender-se com Mangualde, com a CP, e como o Senhor Presidente da Câmara de Viseu é o Presidente da Associação Nacional de Municípios, certamente que está numa posição privilegiada para fazer valer a sua posição, de forma a criar um “shuttle” um autocarro de dezoito lugares que ligue a Central de Camionagem de Viseu à Estação de Comboios de Mangualde que só tem uma carreira que demora três quartos de hora do Berrelhas daqui até lá, portanto vai pelas aldeiazinhas todas. Porque efectivamente é mais rápido ir da Central de Camionagem de Viseu à estação de Mangualde, do que ir de Sete Rios a Santa Apolónia como já aqui disse. Congratulo-me que este governo de facto agora queira recuperar a ideia do comboio de prestações elevadas, não o TGV mas de prestações elevadas, privilegiando o transporte de mercadorias e lembro só apenas para concluir, que eu já defendi isso, alias o Bloco de Esquerda têm-no defendido e a AIRV, também, pelo menos em tempos defendeu a linha a ligar o porto de Aveiro para potenciar de facto economicamente o porto de Leixões à Europa, neste tipo de comboio. Muito obrigado. -----



- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. Só fazer uma correcção ao Senhor Deputado numa questão que disse no início. A única coisa que resulta, mas pode sentar-se, do parecer que li é que todos os projectos de recomendação à Câmara Municipal, naquilo que são competências exclusivas da Câmara Municipal é que não serão votadas. É para não estar a generalizar. Generalizou aquilo que não é generalizável. Esta é a única questão que estava em causa, não era outra. Em relação a qualquer tipo de moções, os Senhores Deputados são perfeitamente livres para apresentar as moções que entenderem e serão votadas pela Assembleia. É para um pedido de esclarecimentos? Tem a palavra o Senhor Deputado. -----

- DEZASSEIS -SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES (PRES. J. BOALDEIA – PSD) – Senhor Presidente da Assembleia, ilustres secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas, público e comunicação social, o esclarecimento que eu vinha pedir era mais uma pergunta que gostaria de fazer ao Senhor Deputado Vieira. Já tem varias vezes nesta Assembleia, aqui desta tribuna, o Senhor Carlos Vieira quando vem fazer críticas à Câmara por falta de obras que se fazem, dá a ideia de que é só Viseu que é concelho, as freguesias não pertencem ao concelho de Viseu. O Senhor só vem falar do Centro Histórico, o Senhor vem falar das obras que deviam ser feitas na cidade, o Senhor não conhece o resto do concelho, não conhece as freguesias provavelmente, não imagina as obras que se têm feito nas freguesias, porque nunca aqui o vi defender qualquer tipo de obra para essas terras, as freguesias do concelho. O Senhor só fala em Viseu, só em Viseu, só quer para Viseu. O Senhor tem que ver as obras que esta Câmara fez ao longo destes vinte anos de mandato, vinte e três anos de mandato, nas freguesias que não tinham rigorosamente nada. Eu falo por mim e pelos meus colegas que conheço, conhecemos todos nós, os Presidentes de Junta conhecem todas as freguesias do concelho, todas. Felizmente o Senhor Presidente da Câmara instituiu o que é uma das coisas que é muito importante que é reunirmos mensalmente, nem que seja só para conviver, mas mensalmente reunimos nas freguesias e ao reunirmos vamos conhecer aquilo que se faz, que se fez nessa freguesia, quer dizer, que quando fui para a Junta há doze anos a Boaldeia não tinha nada, rigorosamente nada, não tinha água, não tinha saneamento não tinha acessibilidades, tinha uma escola degradada, não tinha um centro social, não tinha o património religioso recuperado, a feira do Pedrão, a capela do Pedrão, não tinha nada. E tudo isto foi feito porque a Câmara de Viseu forneceu os meios financeiros para nós o fazermos. Agora o Senhor vem para aqui, é só Viseu, Viseu, Viseu, fale também das freguesias. A pergunta que eu lhe queria fazer é esta, o Senhor conhece o Concelho? Obrigado-----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. Não tenho mais nenhum pedido de esclarecimentos. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira para responder, tem três minutos. -----

- DEZASSETE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Ora então o Senhor Presidente permita-nos os salamaleques verbais da praxe para poder responder já ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia. Agradeço a questão que colocou e devo-lhe responder que conheço o concelho, conheço as aldeias, não conheço talvez tão bem como gostaria, mas deixe que lhe diga que naturalmente e não foi só nas aldeias, nas freguesias rurais que a Câmara investiu, malfeito fora. Esta Câmara, este executivo, o Senhor Presidente Fernando Ruas está na Câmara há vinte e um anos, não é? É naturalmente que teve que deixar obra. É para isso que nós lhe pagamos, já agora! Naturalmente e não foi só nas aldeias, também deixou obra na cidade. Eu considero é que a obra que, enfim, que era escusada como o Túnel de Viriato. Por exemplo, o desperdício que foi e naturalmente permita-me já agora, o Senhor fala na sua aldeia e faz a sua obrigação, eu como moro numa cidade, tenho que falar nos problemas que estão mais à frente dos meus olhos. E sem esquecer naturalmente os



problemas do concelho na sua generalidade, mas deixe que lhe dê um exemplo sobre as obras mal feitas, o Polis, como eu já aqui disse, por exemplo, foi um desperdício de fundos comunitários e fundos do Governo e a prova é que o Senhor Presidente na passada sexta feira anunciou que iria alargar a Avenida, portanto, um troço da Avenida Emídio Navarro ou mais, no Campo de Viriato, portanto aquela estrada que passa ali no Campo de Viriato, onde se faz a Feira de S. Mateus e fazer uma rotunda, exactamente no sitio onde anulou a rotunda que existiu em tempos, para fazer o túnel. Portanto é uma prova provada de um gasto desnecessário de dinheiros esbanjados. Portanto não sei se o Senhor Presidente da Junta está esclarecido. Conheço, há obra efectivamente mas deixe que lhe diga uma coisa, o Senhor disse que a doze anos quando foi para a sua Junta, não havia nada. Há doze anos quando o Senhor foi para a Junta, o senhor Presidente da Câmara já lá estava há oito ou nove. Portanto, durante esses oito anos o senhor está a dizer que o Senhor Presidente Fernando Ruas não fez nada, nem a Câmara fez nada em Boaldeia. Muito obrigado. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. Agora por ultimo, o ultimo inscrito no período antes da ordem do dia, o Senhor Deputado Rui Santos-----

- DEZOITO - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS) – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados, Comunicação Social, público e todos os presentes na sala, vou começar a minha intervenção, vou tentar ser breve, vou começar a falar um pouco na Feira de S. Mateus e dizer que nos congratulamos, o CDS congratula-se, com a evolução verificada na Feira de S. Mateus, mormente na parte do programa que melhorou bastante. Se bem que na sua organização, talvez o facto do sitio onde se insere, com os compromissos que já teria anteriormente com expositores e com possíveis presenças de comerciantes de arte e artesanato, não é artesanato vender meias, não é artesanato vender meias a cinco euros, não é artesanato, mas pronto tudo bem, pode melhorar, mas saudamos este ritmo. Através da Câmara para fazer chegar à *EXPOVIS* o nosso reconhecimento pelo trabalho que teria sido desenvolvido pela liderança do Senhor Dr. José Moreira, se bem que pensemos que ainda pode ser feito muito mais e melhor no desenvolvimento da Feira. Para já saudar porque é uma mudança e há vontade de mudar e há vontade de evoluir, é saudável não ficar no imobilismo. Vamos estar atentos a ver se essa mudança se efectiva nos próximos tempos, até porque este foi um projecto caro, esta candidatura autárquica do CDS à Feira de S. Mateus. Entendemos como pode ser feito e vimos aqui os primeiros passos a serem dados, congratulamo-nos com isso como é natural. Uma segunda palavra para, como não tive oportunidade de o fazer antes de outra forma, é para associar-me à Assembleia Municipal, no fundo à homenagem que a Câmara Municipal prestou no dia do Município ao Senhor Cónego Arménio, uma figura impar da nossa cidade, com uma forte obra social, só quem não conhece a obra do Lar de Santo António poderá não saber. Ficamos muito contentes em ver essa homenagem em vida, porque às vezes essas homenagens chegam infelizmente quando as pessoas já cá não estão para verem reconhecidos os seus méritos. Saudamos aqui essa iniciativa e associamo-nos a ela com todo o gosto. Dizer também que em relação à marca “Viseu” que já foi aqui falada, falar é fácil, falar é ... Dizer que se quer a marca, que se pode, que temos a marca, centrar a marca na qualidade de vida, de bem estar, mas a marca não é só isso, a marca tem que vender, não é? E para se vender, para se vender é preciso promovê-la e aí nesse aspecto podemos fazer mais e melhor. Lançava aqui um desafio à Câmara, em consonância com outras entidades, penso que este é um projecto que tem que ser mais abrangente, não pode residir só no Executivo, procurar desenvolver à marca “Viseu”, uma grande marca internacional. É um facto e assistimos cada vez mais à presença de turistas estrangeiros na cidade de Viseu, isso é um facto inegável, só quem não anda nas ruas é que não vê. Mas acho que podemos fornecer um turismo de mais



qualidade, trazer mais gente, fazer uma promoção diferente e também uma promoção económica da cidade, procurar fazer com que a cidade seja também atractiva do ponto de vista económico para os potenciais investidores e tirar daí partido dessa situação. Por último e não querendo alongar-me muito mais, queria aqui deixar ficar à consideração da Assembleia uma moção de louvor de congratulação por um projecto que teve lugar na cidade há pouco tempo, que é um projecto com a comunidade e deixava esta moção entregue na mesa. A moção de louvor e reconhecimento pelo trabalho executado num projecto com a comunidade. Teve o seu desenvolvimento numa peça de teatro que teve o seu expoente máximo na apresentação dessa peça, no qual os participantes deram a conhecer a experiencia vivida durante o processo criativo. A peça levada à cena intitulou-se “*Rossio*”, foi encenada por Jorge Fraga e contou com a participação de vinte e quatro actores, da região de Viseu. A riqueza do trabalho e o fazer mais com escassos recursos, demonstraram ser a chave do sucesso para os momentos de crise que vivemos. O nosso elogio a esta acção, radica, fundamentalmente, no facto de ser um trabalho artístico desenvolvido por e para viseenses. O elenco contou com um grupo muito heterogéneo, desde pessoas que já tinham feito teatro amador, teatro associativo, até pessoas que nunca tinham assistido a uma peça de teatro. O espectáculo foi levado à cena nos dias seis, sete, oito e nove de Julho e contou todos os dias com lotação esgotada, o que é de salientar e de louvar. O CDS –PP reconhece o mérito de quem trabalha, de quem gosta do que faz e de quem cria. Assim, propomos que seja votado um voto de louvor a todas as pessoas envolvidas neste projecto que enriqueceu quem participou nele, quem assistiu e a todos aqueles que, eventualmente, queiram sonhar, planificar, trabalhar, criar. É só. Vou deixar a moção à mesa. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está em discussão a moção apresentada. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Senhor Deputado tem a palavra. -----

- DEZANOVE - SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)

– Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, Senhores da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores, é obvio que nos associamos e votaremos favoravelmente a moção que acaba de ser apresentada pelo Deputado Rui Santos, na medida em que tudo o que seja para valorizar, reconhecer o valor, das iniciativas culturais do nosso concelho, ainda que precisemos que elas sejam mais estendidas ao resto do concelho e já há algumas iniciativas que têm demonstrado que assim vai acontecendo, não tantas vezes quantas necessitamos e, isto vai ao encontro de algumas intervenções que aqui houve no sentido em que as freguesias também têm que ser lembradas. É verdade, eu sou também uma das pessoas que luta por isso. De qualquer forma, estas iniciativas são sempre de acarinhar, procurar que se desenvolvam e lancem aqui o repto à Câmara que contribua para que isso aconteça, como certamente estará nas suas ambições. Votaremos favorável a esta moção. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Ora, o Senhor Deputado Carlos Vieira também para se pronunciar sobre a moção. -----

- VINTE - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO

RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, público e Comunicação Social presente e funcionários em exercício. O Bloco de Esquerda também irá votar favoravelmente esta moção, não podíamos deixar de o fazer, uma vez que o espectáculo que foi referido, encenado por Jorge Fraga foi de facto, eu tive oportunidade de o ver, foi uma peça muito bem conseguida, com muita dignidade, porque foi feito exactamente no Teatro Municipal, no Teatro Viriato, que muitas vezes é estigmatizado como um espaço elitista e esta iniciativa, de certo modo, ajuda a dissipar



esta imagem errada que, enfim, alguns viseenses e até alguns responsáveis às vezes irresponsavelmente, deixam passar. O Jorge Fraga efectivamente já está em Viseu há muitos anos, ele veio para cá logo com o grupo “A Centelha”, logo nos primeiros anos a seguir à Revolução de Abril, no projecto de descentralização cultural que marcou muito a cidade e a região, eu próprio tive oportunidade de fazer teatro amador num grupo, numa Associação Cultural Campo de Viriato, se isso faz rir o Senhor Presidente acho triste, mas pronto, normalmente na cultura há quem saia com uma pistola, outros têm cócegas, mas pronto, fiz teatro amador com pessoas analfabetas que faziam teatro pela primeira vez e a “Centelha”, onde se incluía Jorge Fraga, teve esse papel importante e não só Jorge Fraga. Já agora permitam-me a este propósito que refira também, por exemplo, o projecto “Panos”, que já tem levado ao Teatro Viriato peças de teatro com a comunidade, com alunos das várias escolas da cidade e portanto, também é uma iniciativa congénere muito valiosa e importante, tem sido orientada pelo actor Graeme Pulleyn. Portanto, iremos votar favoravelmente. Obrigado. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Obrigado Senhor Deputado. Vou pôr à votação. *Foi aprovada por unanimidade.* Terminámos o período antes da ordem do dia, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os comentários sobre este período, antes de passarmos à ordem de trabalhos. -----

- VINTE E UM- SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Bom dia a todos. Bom dia Senhor Presidente e restantes membros da Mesa. Bom dia Senhores Deputados. Tentei tirar aqui para comentar e dar resposta a algumas perguntas que me foram feitas e vou tentar ser rápido mas também exaustivo, em relação aquilo que me foi perguntado e que tenho necessidade de comentar. O Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus trouxe aqui uma série de assuntos e diria que podíamos estar aqui muito tempo a falar sobre eles. Alguns já foram tratados à saciedade, portanto não vale a pena também perder muito tempo, mas dei conta que se insurgiu contra o facto de esta Assembleia ser um faz de contas. Acho que, quem der conta, quem for assistir às assembleias, vê que as pessoas livremente dizem aquilo que entendem nós ouvimo-los com paciência, também com, naturalmente aqui sentados a ouvir aquilo que nos querem dizer, portanto dizer que isto é um dado morto, só alguém que eventualmente não se sentiu bem nesta Assembleia e achou por bem descarregar no Presidente da Câmara as suas frustrações, só não nos bateu como aconteceu com uma Senhora saudosa Deputada, porque nós não deixamos. De resto, a entrevista foi tudo isto, incluindo isso, portanto não permitiremos esse tipo de abordagem e estamos contra ela e, presumo que o Senhor Presidente de Coração de Jesus fez muito bem em trazer aqui à Assembleia e eu próprio, enquanto frequentador das assembleias, me senti eventualmente diminuído, ou até tocado por aquilo que foi dito. Bem, sobre a questão que foi aqui focada, nós já temos um historial grande, de facto destas funções autárquicas e vamos vendo a evolução curiosa daqui nesta bancada. O Partido Socialista, neste momento, não me espanta nada porque está em alta rotatividade, basta olhar para o grupo, vê-se que sofreram uma alteração constante, não sei se é a primeira equipa, não sei se a segunda, mas o facto é que tem uma alteração constante e portanto, dizem muitas coisas contrárias aquelas que já se disseram aqui. Nós percebemos, percebemos quando alguém eventualmente perde alguma posição, ou posição que teve, é natural agora que venha para aqui com um ar de quem quer ajustar contas, mas nós já estamos habituados a isso, mas de facto penso que toda a gente já deu conta, nós já ajustamos contas sempre no mesmo sítio, durante vinte e dois anos, passam por ali, circulam, tentam ajustar contas mas de facto, como não têm nada ... Eu queria dizer a propósito disto o seguinte: O Partido Socialista fala agora muito da marca “Viseu”. Há uma coisa que eu sei, a marca “Viseu” não tem nada da vossa marca. Os Senhores bem podem dizer: é uma cidade arranjadinha, agora está na moda isto. É uma cidade arranjadinha sim, mas faltam os motores do desenvolvimento, estes chavões. Agora já percebi, se calhar é por isso que o



Politécnico tem falta de alunos. É exactamente por isso, não é pelo Presidente da Câmara. Se calhar, o meu amigo não contribuiu em nada para que o Politécnico seja atraente. Quando vem dizer aqui isto, com esta veemência que lhe falta não sei quantos, mais parece que demos cabo da cidade. Nós demos cabo desta cidade! Bem podem esgrimir argumentos porque não levam a melhor. Esta cidade é um orgulho para quem a administra, para quem cá vive e para quem cá nasce. É um orgulho? E este concelho também. É um concelho visto com agrado por toda a gente. Não fizemos tudo, com toda a certeza. Nem faremos tudo, deixaremos algo por fazer e muita coisa por fazer e espero sinceramente que quem venha a administrar mais tarde este concelho, ponha pelo menos o mesmo amor, a mesma dedicação e o mesmo empenho que nós pusemos ao longo deste tempo. Portanto, não venham dar lições, porque os Senhores não têm nenhuma legitimidade para o fazer. Há bocadinho ouvi de facto aquilo que vieram aqui dizer, o Senhor Deputado falou, o Deputado Marco, veio aqui de facto dizer que aquele caderno de encargos que tinham, não fizeram nada. Este foi um caderno de encargos falhado, aliás, eu convido-os também a irem analisando as actas desta Assembleia para verem que já foi feito uma revelação exactamente igual e curiosamente por alguém muito próximo do Senhor Deputado. Leiam as actas da Assembleia, onde vem lá uma declaração de fé do Senhor Deputado, que mais tarde seria Governador Civil, exactamente a dizer isso. Havemos de fazer a Universidade Pública, havemos de fazer, nada. Nada, nada, nada, os Senhores estão virados para o lado do Queijo da Serra, esquecem-se completamente daquilo que deviam ter feito e não fizeram. Bem, mas há aqui revelações curiosíssimas. O Senhor Deputado Baila Antunes tem uma maneira muito própria de dizer, o que ao fim e ao cabo, o que diz é isto: a noiva é bonita, a gente quer casar, mas ela tem um sinalzinho, ainda lhe falta uma coisa e a gente portanto não casa. A noiva é bonita, o noivo é lindo mas tem aquele sinal e eu gostava de perguntar se os Senhores pelo menos não têm uma pinga de auto-avaliação para dizer coisas, como disse aqui. O Senhor veio dizer, porque o Senhor é um ambientalista reconhecido, veio dizer não, a jusante da cidade, os Senhores são os responsáveis pelo Pavia e é aquilo que o Senhor continua a dizer. Ainda está para fazer isso. Então diga ao Dr. António Costa que é o responsável a jusante por todo o rio Tejo até à fronteira. É isso que o Senhor quer dizer? Por amor de Deus, isso são, como é que o Senhor há-de granjear o respeito das pessoas? Sabe que na legislação diz que as Câmaras são responsáveis, por delegação, apenas das áreas, na área do perímetro urbano e mesmo assim, por delegação das entidades ligadas a esta questão, portanto a entidade é que é a responsável, portanto não venha com essa, pois fez uma grande confusão, disse ali, presumo que a gravação não deixará mentir, entre biogás e biomassa. Eu não sou perito, mas conheço bem a diferença. Nós o que estamos a tentar fazer, não disse não, disse biogás, pode depois conferir se quiser depois fazer a correcção faça, mas faça-a. Disse biomassa, disse biogás, pode conferir depois e portanto, como que nós também sejamos responsáveis. Nós fizemos, eu estou perfeitamente convencido que é a Central de Biomassa que vêm aí. Mas a Câmara fez aquilo que devia, disponibilizou o terreno atempadamente, aliás, com grandes elogios. Não quer que a gente construa também a Central de Biomassa, só faltava que também nos responsabilizasse por esta situação. Depois disse outra coisa que é para ver se pega. Alguém disse que não se instalou nenhuma grande empresa, eu convido-o a ler um relatório, é altura de acabar com este fantasma. O relatório da CCDR e que a Associação Industrial subscreveu também, diz que, das cem maiores empresas do Distrito, sessenta estão localizadas no concelho de Viseu, sabia disso? Sessenta estão localizadas no concelho de Viseu. Portanto vale a pena saber isto, vale a pena saber isto. Nós não andamos a correr, atrás, se uma empresa de grande dimensão não veio para o concelho de Viseu, eu fico a bater palmas, não tenho nada a ver com isso. E não fico diminuído se alguém me vier dizer, então vai para Tondela? Pois então que vá. Nós temos o nosso processo de desenvolvimento e cada vez estou mais persuadido que o nosso



processo de desenvolvimento é o correcto. A prova é que, com a política sistémica que temos vindo a pôr em prática, as pessoas vêm viver para Viseu e portanto, mesmo que vão atrás da empresa, mas vêm viver para aqui pronto. E este é o concelho que eu quero. Um concelho onde as pessoas se sintam bem, um concelho atractivo. E tem sido atractivo, dos mais atractivos, seguramente o mais atractivo da zona centro. E portanto, bem podem dizer que lhe falta não sei o quê, alguns chavões como trouxe para aqui, diz que nós não fazemos ... Ah, depois disse outra coisa que é uma boa confissão, aliás hoje era dia de confissões, o Senhor disse que há muito tempo não passava na Rua Direita. Se toda a gente fizer como o Senhor, claro que não há lá nenhum comércio. Não passa na Rua Direita, pois não e os outros têm que passar para o Senhor vir aqui dizer que há comércio na Rua Direita. Claros, os outros fazem a mesma coisa, muito bem. Eu, em relação aquilo que o Senhor Deputado Teodósio aqui trouxe e que tem a ver com o período de nojo do Partido Socialista, eu acho que isto tem que ser lembrado. O Partido Socialista está a fazer um truque de magia. Está neste momento a tentar situar-se no papel de vítima, quando foi o principal responsável. Vejam o descaramento, apareceu aí nos jornais sobre a Escola Grão Vasco. A Escola Grão Vasco tem este histórico: os Senhores Deputados do Partido Socialista não foram à Escola Grão Vasco, porque se entretiveram com as duas escolas que recuperaram para o parque escolar. E quando a direcção da Escola Grão Vasco falou nisso, foram lá à pressa, mas foram. E portanto foram na parte final, nas eleições, dizer que também estavam presentes. Bem, agora reclamam que este Governo tem rapidamente de tratar da Escola Grão Vasco. Bem, isto é ... parecido com isto, só o célebre Ministro, mas isso também está exactamente no mesmo grupo que fez a manifestação contra ele, saiu do gabinete, juntou-se à manifestação e fez conta ele, portanto nada me espanta deste Partido Socialista. Sobre aquilo que o Deputado Vicente aqui trouxe, eu acho que ia enfatizar esta colaboração institucional, nomeadamente com o Turismo do Centro do Open Center. O Open Center é uma estrutura que dá finalmente resposta a um edifício que está situado num dos lugares mais nobres da nossa cidade, mas mais que isso, é bom saber, para muita gente que não tem memória, aliás como ontem tive a oportunidade de dizer na inauguração, a quantidade de edifícios que já foram recuperados naquele espaço. Assim houvesse, tivesse havido legislação que propiciasse aos particulares fazerem a mesma coisa e o nosso Centro Histórico que está bem, estaria seguramente muito melhor. Nós recuperámos e eu vou citar de memória, recuperámos a casa do Adro, foi da nossa responsabilidade, depois o Governo Central recuperou o Museu Grão Vasco, depois nós pagámos o financiamento do Museu de Arte Sacra, é bom que saibam isto. Depois nós fizemos uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para o Núcleo Museológico da Santa Casa da Misericórdia. Bem, também estamos a recuperar a casa do Miradouro, fomos nós que protocolamos com a AHRESP, o Centro da AHRESP, fomos nós que cedemos instalações a jovens casais para se instalarem no Centro Histórico. Recuperámos a Casa da Dança, recuperámos a Casa Museu Almeida Moreira, fizemos a recuperação com a Associação Comercial, estou apenas a citar de memória, e portanto, se há alguém que está perfeitamente à vontade para falar na recuperação do Centro Histórico, é esta Câmara e as Câmaras que me antecederam, portanto as Câmaras a que eu presidi durante estes anos todos. Depois queria referir aquilo que foi aqui trazido pelo Presidente José Ernesto, o facto, isto também devia servir a marca “Viseu”, aliás a nossa resposta social, penso que muita gente aqui presente, não sei se tanta como deveria, esteve presente numa iniciativa da União Europeia em que o exemplo de Viseu foi debatido e esteve aí uma delegação ampla, a maioria dos Estados Membros da União Europeia, a falar sobre a resposta social do concelho de Viseu. Já agora dizer também, saberão, fomos os escolhidos pela União Europeia e pelo Estado Português, para dar o exemplo da nossa regeneração urbana em termos europeus. Não sei se eventualmente, temos ainda que demonstrar mais nesta área. Sobre a questão do Viseu Solidário e do PROHABIT, eu gostaria de dizer que



nós continuaremos com este programa. É um programa que nos agrada sobremaneira, sobretudo de resposta aos mais carenciados. Mas também foi dito aqui até à exaustão, que há gente que se não tiver o GPS não sai aqui da cidade, não conhece o resto do concelho, portanto naturalmente que não dará conta desta acção valiosa, sobretudo nas freguesias rurais e fundamentalmente ao serviço dos mais carenciados. Bem, depois naturalmente que não gostaria de deixar passar em vão aquela, eu não sei quanto tempo é que demorou a preparar a intervenção do Senhor Deputado Marco, mas de facto, quis ser irónico, quis ter piada, virou-se tudo ao contrário, de facto aquilo, virou-se o feitiço contra o feiticeiro, não sei quanto tempo preparou este discurso, mas agora são vocês que fazem lembrar algumas pessoas. Olhe, foi assim no Estados Unidos que se combateu durante muito tempo o desemprego, sabe como é que era? Era muita gente à frente a levantar as pedras da calçada e outra atrás a comporem, mas estavam todos ocupados, quer dizer, o que os Senhores fizeram foi dar cabo disto tudo e agora estão a dizer, agora não têm desculpa para aquilo que a gente estragou, aquilo assim, assim, para os senhores comporem. Isto é de um cinismo a toda a prova, eu sinceramente pensei que um jovem não era capaz de trazer isto aqui, como é que é possível? Como é que é possível que o Senhor venha pedir para estar em cem dias e para não haver desculpas já deixa o problema. Olhe eu aconselho-o a ler as actas todas da Assembleia Municipal. Há-de haver uma intervenção, eu não sei onde é que ela está, mas sei que está nas actas da Assembleia, de um Deputado que esteve aqui e alguns Deputados presentes ainda estiveram com ele, o Augusto Oliveira que dizia numa determinada altura, por um ataque dessa natureza: um dia, Senhor Presidente, arranje discos voadores para a cidade e isto dá resposta ao trânsito e depois concluiu, se alguma vez eles vierem, digam que foi o Augusto Oliveira, pelo menos fica isto. O Senhor fez aqui a mesma coisa, veio dizer que se isto estiver composto, fui eu que alertei. Por amor de Deus, quer dizer, acho que há limites e este ultrapassou todos os limites possíveis e imaginários. Sobre aquilo que foi dito e acho que demonstra perfeitamente esta forma como apresentou a sua intervenção, demonstra à saciedade que estivemos bem entregues neste tempo todo e era assim este conceito do País, este conceito de Nação? O conceito de Estado, de sentido de Estado, foi aquele que aqui plasmou, portanto eu fico descansado em relação à vossa posição futura. Agora, o Executivo já não se pode desculpar com o Governo, olhe eu nunca me desculpei com o Governo, nem com este nem com outro, aquilo que eu digo e volto a repeti-lo com este Governo também. Eu não precisei nunca e não vou precisar até ao tempo que me falta de funções autárquicas, para que o Governo fizesse aquilo que era da minha responsabilidade. Nunca ouviram, aqui o Presidente da Câmara, este Presidente da Câmara, a dizer ou a reclamar ao Governo que fizesse aquilo que era da sua responsabilidade, da Câmara. Aquilo que eu reclamo aos Governos é que façam aquilo que é da sua responsabilidade, portanto eu não me desculpo com ninguém, quando exijo aos Governos que façam aquilo que é da sua responsabilidade, é ao Governo que compete fazer isto. Os problemas de segurança não são responsabilidade da Câmara, são funções de soberania, os problemas ligados com as dívidas. O Senhor recorda-se por exemplo, aliás, propagou isso na campanha, olhe, na campanha que referiu de 2009, propagou até à exaustão que era este Presidente da Câmara que não queria fazer a estrada das Nelas, até já tinha dinheiro no bolso. Pois a estrada das Nelas já está feita com dinheiro da Câmara e o seu Governo não pagou, espero que este Governo agora pague, portanto também um dia destes o seu discurso vai dizer assim, é tempo do Governo pagar a estrada das Nelas, claro que é, porque os dois Ministros anteriores marimbaram-se e não pagaram absolutamente nada, mas foi mote da sua campanha, da sua campanha autárquica. Sobre, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, felizmente não o ouvi e portanto não vou responder, não tenho de fazer isso, mas também cá não estava para o ouvir, mas digamos, não me custa nada adivinhar o que disse. São ataques ferozes ao Presidente da Câmara, que penso que é numa tentativa de se



e levar, eu já desisti de lhe dar resposta e mais, vou-lhe dizer outra coisa, até ao final do mandato, quando fizer perguntas, pergunte aqui ou noutra lado, de forma correcta, eu respondo, quando fizer como fez numa entrevista que deu ou num artigo que escreveu, a dizer que o Presidente da Câmara que mente e põe o nome Fernando Ruas que mente deliberadamente, eu não lhe dou a resposta. Não lhe dou a resposta e agora percebo a explicação porque é que os Senhores qualquer dia desaparecem do mapa político. É exactamente por essa falta de postura, por essa arrogância, por essa ideia de que os Senhores sabem tudo, essa forma como se vai ali àquele parlatório a debater e debitar ideias. Diga-nos lá onde está essa experiencia feita, para a gente lá ir copiar. Qual é a experiencia que têm? Que mostras é que já deram? Onde, aonde é que foi que já fizeram todas estas acções que os Senhores tão bem dizem? Mas solicitava-lhe isto, não volte a entrar nessa situação porque eu não tenho esse tipo de preconceitos e não me deixo arrastar para essa situação. Quando o Senhor quer falar nas obras do Mestre Arnaldo Malho, eu queria dizer que nós não temos nenhum preconceito em as divulgar e mais, exaustivamente e vou-lhe aqui dizer mais uma vez, nós temos pontuado em documento que tenho todo o gosto em lhe fornecer, onde é que estão os candeeiros do Mestre Arnaldo Malho, qual é o número de candeeiros que estão a recuperar. Pois eu não tenho que, olhe, tenho que passar por cima, porque de facto não pode fazer isso. Não pode fazer isso. O Senhor Deputado por ser do Bloco de Esquerda, não quer dizer que lhe seja admitido tudo. E eu não lhe volto a admitir Senhor Deputado e vou-lhe dizer pela última vez, que diga que minto, não volte a dizer isso, sobretudo não me interrompa desse lugar, para me dizer que minto. O Senhor não tem nenhuma autoridade e eu não tenho que lhe dar justificações nenhuma, o Senhor não tem nenhuma autoridade moral para o fazer. Portanto não entre por aí, não entre por aí. Faça lá nos seus artigos, aqui no parlatório, mas não se dirija daí dessa bancada outra vez como fez a dizer que continuo a mentir. Não lhe admito isso, é muito à vossa maneira e eu não entro nesse jogo. Portanto deixe-me dizer-lhe uma coisa, olhe que eu não tenho medo da sua idade, se não já tinha sido engolido, olhe bem para mim, este rapaz não tem medo das dificuldades. Portanto não se ponha com isso, porque de facto não pega, eu não entro nesse esquema. Sobre a última intervenção do Senhor Deputado Rui Santos, eu queria dizer que também estou com expectativas, aliás não sou daqueles, como sabem o Presidente da EXPOVIS é da minha inteira responsabilidade. Podia, numa atitude fácil, vir já congratular-me com os êxitos da EXPOVIS, mas como eu sempre tive muita consideração pelas pessoas que comigo colaboraram, não aproveito esta oportunidade para denegrir, eventualmente, o anterior gerente executivo a quem agradeço em nome da Câmara, o trabalho que fez. E portanto vou esperar, naturalmente congratulando-me com aquilo que já vi e com aquilo que já vi, posso dizer que muitas das coisas que foram implementadas também foram da nossa responsabilidade transmitir à EXPOVIS. Portanto vamos aguardar, a EXPOVIS tem campo de manobra, mas gostaria de dizer que estamos atentos para ver se de facto esta evolução continua. Gostei muito de que tivesse dado conta que fizemos uma homenagem ao Cónego Arménio, é da minha responsabilidade em termos de proposta, seguramente dos melhores promotores sociais do concelho e talvez um dos maiores promotores sociais do País e portanto, acho que uma Câmara atenta a estas realidades, não pode deixar passar figuras como esta, sem fazer a devida vénia e o devido agradecimento. Só uma última coisa, também na insistência da marca “Viseu”. Eu acho que temos feito aquilo que é possível, na nossa perspectiva, como é evidente que outros fariam outras, por exemplo o Futre traria paletes de chineses para Viseu. Não está ainda nas nossas mãos. Nós temos feito aquilo que é possível para internacionalizar a marca “Viseu”, para a levar até onde é possível, mas de facto é uma verdade de “La Palisse”, dizer que fazer mais e eu estou de acordo com isso. Podemos fazer mais. Podemos fazer mais. Mas que não se retire daí que não fizemos, pelo menos, aquilo que devíamos ter feito. Só uma última nota a esta moção



que aqui deixou, eu gostaria também de deixar aqui o agradecimento à “Zum-Zum”, uma Associação Local que tem feito um trabalho óptimo connosco e sempre em colaboração muito estreita com a Câmara. Já agora, também deixar aqui um reparo, nós dissemos sempre que cada um tenta ser mais culto do que o outro, aliás parece que é um apanágio, lembro-me sempre quando cheguei à Câmara, de uma artigo que escreveu um Senhor, que não sei se foi ainda Deputado desta Assembleia, mas se não foi escrevia muito nos jornais, era uma figura pública, o Doutor Dório Lopo Abreu, que em determinada altura escreveu um artigo num jornal local e me dizia, quando for para a Câmara e se vierem todos atrás de si e lhe disserem, eu sou mais culto do que aquele, chegue lá ao varandim e diga: são todos cultos! E eu fico também aqui a bater palmas, é pena não ver os mais cultos deste concelho a estarem nas organizações que a Câmara faz. Foi excelente aquele evento que tivemos no Domingo, mas de facto vi lá algumas pessoas, não tantas como aquelas que se calhar deveriam estar, sobretudo quem fala tão à vontade de política cultural. Era tudo, Senhor Presidente. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Está esgotado o Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar na nossa Ordem de Trabalhos. **Primeiro Ponto** - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a **“ACTIVIDADE MUNICIPAL”**, nos termos da Lei. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para efectuar a sua intervenção”. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma nota prévia. Eu não sei se chega, quando é distribuída a minha intervenção pelos Senhores Deputados, se vai o rosto da intervenção. Mas eu gostava de a mostrar. O rosto desta intervenção são os dois Centros Educativos que acabámos de inaugurar e de pôr à disposição dos viseenses e aliás, na intervenção falo nisso mesmo, mas gostaria de convidar as pessoas, quando tiverem um bocadinho, para visitarem aqueles dois equipamentos educativos, que a partir de agora, estão disponíveis para os viseenses. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do artigo 68º, introduzido pela Lei nº 5 –A/2002, de 11 de Janeiro. Uma vez que a presente sessão se realiza em Setembro e que este é um mês tradicionalmente associado ao “regresso às aulas”, entendo que seria oportuno dedicar esta minha intervenção, sobre a actividade do Município, a um sector tão fundamental como é o do Ensino e da Educação. Tal como vem expresso no “Relatório Anual da Câmara Municipal de Viseu sobre a Educação”, e passo a citar, “A educação é, numa perspectiva abrangente, o sustentáculo do desenvolvimento humano, a condição de uma sociedade de conhecimento e informação, verdadeiramente fomentadora da valorização e do respeito pela dignidade humana, em todos os processos sociais e económicos de desenvolvimento sustentável e de cidadania”, fim de citação. Conscientes desta realidade e da importância da Educação e do Ensino para a formação das nossas gerações vindouras e para o desenvolvimento integrado de toda a Comunidade, o Município de Viseu tem envidado todos os esforços, no âmbito das suas competências e não só, para que, em cada ano lectivo, os alunos e os professores tenham as melhores condições de estudo e de trabalho, criando um ambiente propiciador a uma verdadeira aprendizagem para uma cidadania exemplar. Antes, porém, de tecer algumas considerações sobre a actividade desenvolvida pelo Município neste sector, gostaria de enaltecer o clima de completa normalidade verificada na abertura do novo ano lectivo em Viseu, especialmente no 1º ciclo do ensino básico, fruto, essencialmente, de um trabalho prévio e aturado desenvolvido pela Câmara Municipal de Viseu, em colaboração com as respectivas escolas, no sentido de evitar, ao máximo, o surgimento de quaisquer constrangimentos. Senhor Presidente, Senhores Deputados, como certamente será do



vosso conhecimento, a gestão educativa desenvolvida por esta autarquia não é uma tarefa fácil, contudo e no contexto das várias políticas que promovemos, este é um desígnio deveras interessante, pois tal como referi anteriormente, o sucesso futuro do nosso Concelho está directamente associado à nossa capacidade de qualificar, modernizar e dinamizar os sistemas de formação e de educação. Assim, é de salientar que no último ano lectivo o Município de Viseu investiu, em encargos correntes, uma verba superior a cinco milhões e meio de euros, dos quais uma parte significativa é preenchida com os transportes especiais e com as carreiras regulares (€ 1.100.000), bem como com os vencimentos dos Docentes das Actividades de Enriquecimento Curricular - A.E.C. (€ 1.250.000) e dos Assistentes Operacionais (€ 1.900.000). Neste âmbito, é importante sublinhar que, desde que esta competência passou a ser da responsabilidade directa dos municípios, eu aproveitei para fazer aqui um intercalar. Ela é da responsabilidade dos Municípios, apenas por protocolo, não é em termos legais, portanto pode ser devolvida em qualquer altura, aliás como tem acontecido já com algumas câmaras em dificuldades. Dizia eu, quando ela passou para os Municípios, o quadro de pessoal da Câmara aumentou cerca de duzentas e cinquenta pessoas contratadas especificamente para a Educação. Em termos da Acção Social Escolar, a Câmara Municipal de Viseu, dando cumprimento às disposições legais em vigor e procurando, também, promover a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo, concedeu, durante o ano lectivo 2010/2011, a quase mil e quatrocentos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico auxílio económico para livros, material escolar e refeições. Outra das áreas que nos tem merecido a maior atenção prende-se com a Educação Pré-Escolar, a qual deve ser encarada não só como uma resposta institucional às necessidades da sociedade actual, mas também como uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças a nível social, educativo e preventivo. Nesse sentido, a nossa autarquia tem apoiado a Educação Pré-Escolar e tem promovido, as componentes não pedagógicas que integram a parte de apoio à família, através, designadamente, do prolongamento de horário e do apoio nas refeições. Com estes apoios, a Câmara Municipal já despendeu no ano lectivo transacto cerca de € 674.000, tendo sido contempladas mais de 1.560 crianças. A Autarquia viseense garante, igualmente, na maior parte das Escolas do 1º Ciclo, do regime normal, o serviço de almoço e prolongamento de horário. Assim, no âmbito deste Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos, as crianças do Escalão A beneficiam, por parte da autarquia, do pagamento integral da refeição e as do Escalão B apenas pagam o valor de € 0,73. Globalmente, no ano lectivo de 2010/2011, este programa envolveu um investimento municipal que rondou os € 841.000. Por outro lado e de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, os alunos que se encontrem a frequentar a escolaridade obrigatória têm direito ao passe para os transportes, desde que residam a mais de quatro quilómetros da escola e por falta de vaga na escola da sua área de residência. Porém, por opção da Câmara Municipal de Viseu é também disponibilizado o Transporte Escolar: Aos Alunos do Ensino Básico, Secundário e Profissional, abrangidos pelo SASE e que efectuem percursos de risco no acesso à escola, independentemente da distância; Aos Alunos do Ensino Básico, Secundário e Profissional portadores de deficiência que independentemente da idade, frequentem a escola regular ou instituições de ensino especial, desde que não tenham outro apoio em transporte; E também participa, igualmente, em 50% os alunos que frequentem o Ensino Secundário, seguindo os mesmos critérios aplicados aos alunos do Ensino Básico. No ano lectivo que findou foram abrangidos por estes apoios mais de 2.660 alunos, correspondendo a um gasto total por parte do Município superior a 1 milhão de euros, como referi atrás. Para fazer face a todas estas despesas, a Câmara Municipal de Viseu conta com algumas receitas directamente arrecadadas no âmbito da actividade educativa, tais como os pagamentos efectuados pelos pais e encarregados de educação, na parte que lhes compete, mas também



as referentes às refeições escolares e prolongamentos de horários, ou as receitas provenientes da Administração Central, na sequência da legislação em vigor ou de protocolos assinados. Eu gostaria de fazer aqui outro intercalar, para dizer que nós já pagámos, gastámos cerca de 6 milhões de euros, recebemos apenas 2 milhões, de receitas e que temos ainda receitas por receber que vêm desde Outubro de 2010, o que significa que se por acaso, a Câmara não tivesse alguma disponibilidade financeira, todos estes apoios já teriam acabado, ou pelo menos, teriam diminuído substancialmente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, os elementos enunciados anteriormente referem-se apenas, e como já tive a oportunidade de esclarecer, a encargos correntes que a Câmara Municipal tem com o sector da Educação e do Ensino. Mas para além destes, o Município tem outros encargos com a Educação e que se referem a investimentos, propriamente ditos, com a construção e requalificação de escolas, ou mesmo com o apetrechamento desses estabelecimentos escolares com equipamentos administrativos, informáticos ou outros. Em relação a este tipo de investimentos, gostaria apenas de evidenciar duas estruturas fundamentais que recentemente, colocámos à disposição da Comunidade Viseense e que são equipamentos de grande alcance social neste sector tão fundamental. Refiro-me, naturalmente, aos dois novos Centros Escolares que foram inaugurados há poucos dias e que contaram com as presenças do Senhor Primeiro-Ministro e do Senhor Ministro da Educação. Cumpre-me, neste contexto e em primeiro lugar, realçar que as cerimónias de inauguração efectuadas não se destinaram apenas a formalizar o acto de entrada em funcionamento dos novos estabelecimentos escolares. As mesmas serviram, igualmente, para homenagear duas importantes figuras viseenses que contribuíram para o engrandecimento da nossa Terra e que quisemos que fossem os Patronos destas novas Escolas. Assim, para o Centro Escolar localizado em Rio de Loba escolhemos como Patrono o Mestre Arnaldo Malho, o poeta do Ferro, como lhe chamou Aquilino Ribeiro. O seu exemplo de vida, o seu subir a pulso, foram a base para a escolha do seu nome para Patrono desta Escola. A propósito da alusão ao Mestre Arnaldo Malho permitam-me que preste o seguinte esclarecimento: fui algumas vezes questionado sobre o destino dos candeeiros de ferro forjado, vinte e oito na sua totalidade, executados pelo Mestre e que foram retirados do Centro Histórico para manutenção, no âmbito de obras de regeneração urbana efectuadas. Assim, gostaria de informar esta Assembleia, que os mesmos já se encontram quase totalmente recuperados e que serão oportunamente colocados em vários locais da cidade e dou garantia, antes da próxima Assembleia Municipal, ser colocados em cerimónia pública. Portanto, neste momento temos, ao contrário do que se possa pensar, não são só os candeeiros que foram retirados aquando do programa que a Câmara teve oportunidade de implementar, que são obras do Mestre Arnaldo Malho. O Mestre Arnaldo Malho deixou-nos uma profusão de candeeiros que estão espalhados por toda a cidade e que, se tiverem curiosidade, a Câmara tem o documento onde consta cada um dos candeeiros do Mestre Arnaldo Malho, com as designações aqueles que são de sete torres, de oito torres, de nove torres, os que têm ou não serpente, os que eram verdes e que, por vicissitudes várias, são agora pretos, mas estão todos recuperados. E, portanto, gostaria de deixar isto bem claro, se alguém tiver alguma pretensa insinuação, que faça declarações concretas. Às vezes, tem-se esta tentativa de vir insinuar, mas eu solicito e desafio, se alguém tiver, quiser saber mais coisas sobre esta situação, pois que se dirija à Câmara, temos todo o gosto em o fazer e que também se tiver alguma acusação a fazer, a faça de frente, gostaríamos de ter essa frontalidade, também sempre procuramos por nas nossas relações. De volta ao Centro Escolar de Rio de Loba, informo que os cerca de 9.000 metros quadrados de terreno, acrescidos de cerca de 2.000, permitiram a implantação de cerca de 2.700 metros quadrados de área bruta de construção; onde não faltam a sala polivalente, a biblioteca, o refeitório, a cozinha e ainda as quinze salas de aula. Não faltam, também as condições que asseguram a mobilidade dentro e fora da Escola, assim como os espaços para as



brincadeiras, os quais serão, ainda, ampliados. Também a tecnologia está presente. A título de exemplo, todas as salas de aula estão dotadas de internet e quadros interactivos. Tem, ainda, esta Escola um espaço especialmente dedicado a alunos com necessidades específicas -*SALA TEACCH*- É uma sala destinada a jovens autistas e que eu aproveito, também, para mais uma vez, realçar a actividade da Associação que faz um trabalho espectacular em Viseu e pela qual temos muita, muita consideração. Um trabalho a maior parte das vezes anónimo, eu diria com pouco chinfrim, mas é um trabalho espectacular e portanto, a partir de agora também este Centro tem uma sala apropriada para os cidadãos, para os jovens com problemas ligados a esta deficiência. É uma sala, onde as crianças com autismo poderão desenvolver o seu crescimento como cidadãos de corpo inteiro, ajudando assim, a materializar a cidade inclusiva que queremos construir. Para o outro Centro Escolar inaugurado e localizado na freguesia de Abraveses, elegemos como Patrono Rolando de Oliveira. Tal como Mestre Arnaldo Malho, Rolando de Oliveira temperou o saber fazer com o saber ser, o que encaixa perfeitamente nos objectivos que, conjuntamente definimos com a Sociedade Viseense. Nesta nova Escola, aos cerca de 10.000 metros quadrados de terreno e aos mais de 2.000 metros quadrados de área de construção, juntam-se um conjunto diversificado de motivos para a aprendizagem: têm computadores, têm projectores de imagens e internet, quadros interactivos, climatização amiga do ambiente, mas também uma horta pedagógica. Os mais de cinco milhões de euros gastos nestes dois Centros Escolares, eu queria que meditassem sobre isto, gastamos cinco milhões de euros nestes Centros Escolares. Tanto quanto sabemos, só os dois projectos de requalificação da Escola Alves Martins e da Escola Emídio Navarro custaram no seu conjunto quase um milhão de euros só os projectos e a obra custou trinta milhões. Portanto, nós fizemos dois Centros Escolares, naturalmente a tipologia é bem mais pequena, mas fizemos dois Centros Escolares com cinco milhões de euros e tivemos que comprar o terreno e tivemos que fazer a obra. Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artigo 68º da Lei 169/99, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente, aquilo que se refere à situação financeira, à informação sobre entidades societárias e não societárias, às reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais que estão pendentes e qual o seu estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto. Era tudo, Senhor Presidente. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Tenho vários pedidos de esclarecimento, vou começar por dar a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal e depois aos restantes membros que a pedirem. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMANDIO GINESTAL MACHADO M. ALBUQUERQUE (PS) – Muito bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Exmo. Público, Comunicação Social. O Partido Socialista tem como uma das suas principais marcas a defesa do Estado Social. A promoção da igualdade de oportunidades no acesso à Educação, à Integração Social, à solidariedade e o combate à exclusão são valores inequívocos do Partido Socialista. O Partido Socialista orgulha-se do investimento que fez na Educação. São disso um bom exemplo a modernização do parque escolar e a aposta decisiva no 1º Ciclo, com a construção de Centros Escolares com o mais moderno equipamento, com a biblioteca, com refeitório, com instalações desportivas e salas de aula confortáveis e onde dá gosto aprender, ensinar e trabalhar. A par desta “revolução” estrutural estivemos na génese da implementação na Escola Pública das actividades de enriquecimento curricular, numa articulação, quase perfeita, entre o Poder Central, as Autarquias e as Escolas. Desde 2005 e 2006 que é possível todas as crianças do 1º Ciclo aprenderem Inglês, Música, Expressões,



Tecnologias de Informação e Comunicação e terem actividade física e desportiva. O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção sobre a actividade municipal deu especial ênfase aos encargos com os recursos humanos, transportes, acção social escolar e investimentos nos novos centros escolares, entre os quais se destacam as recentes inaugurações dos Centros Escolares Mestre Arnaldo Malho e Professor Rolando de Oliveira. Estará, finalmente, o Senhor Presidente da Câmara rendido à obra e às ideias do PS nesta matéria? Quanto ao tão propalado encerramento de escolas do passado, nem uma palavra. Viseu foi o segundo concelho em Portugal onde se encerraram mais escolas neste Verão. Onze escolas, só suplantado por Alcobaça com doze escolas encerradas. O PSD Viseu, há quinze meses, mostrava-se muito indignado e preocupado com esta situação do encerramento das escolas do 1º Ciclo. E agora, não diz nada? Será porque agora que é também Governo, o PSD acata todas as deliberações da 5 de Outubro? Relembro ao Senhor Presidente da Câmara, (um dos autores da resolução do Conselho de Ministros), que nunca em Portugal se encerrou uma escola, sem a concordância dos Pais, da Autarquia, e do Conselho Municipal de Educação, que por acaso em Viseu não reúne há mais de um ano e meio, é só por acaso. Registámos, com algum espanto, que relativamente à reivindicação da Escola de Ranhados, nem uma palavra na sua comunicação. Esqueceu-se porque agora é Governo? Eu bem sei que não, Senhor Presidente, porque a referiu ao Senhor Ministro da Educação, no passado dia doze de Setembro, na inauguração dos Centros Escolares. Nessa mesma ocasião e para gáudio de muitos viseenses, tivemos a confirmação do Senhor Ministro da Educação, de que a já tão falada Escola de Ranhados será uma realidade. Esta é, realmente uma boa notícia para Viseu. Mas para quando? A construção dessa nova escola em Viseu, não levantará outros problemas de reordenamento da rede escolar, tendo em conta a proximidade dos Agrupamentos de Escolas do Viso, Infante D Henrique e Colégio Via-Sacra, bem como o número de alunos ser cada vez menor? Mais, o Senhor Presidente da Câmara referiu, em recentes declarações, que está planeada a construção de novos Centros Escolares em Viseu, sendo um deles, o Centro Escolar Estrela, muito próximo da futura EBI de Ranhados. Não haverá aqui uma duplicação ou triplicação da oferta educativa e de investimentos? Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Partido Socialista, como partido responsável, propôs na Comissão de Educação, a constituição de uma equipa de acompanhamento ao encerramento das escolas do 1º Ciclo, visando a articulação entre as diversas instituições e a observação “*in loco*”, da realidade educativa, económica e social. Cabe-nos, com responsabilidade e verdade, pugnar pela melhoria da qualidade educativa no nosso concelho, em parceria com a tutela, com a autarquia e associações de pais, na procura da melhor solução para cada situação. A bem de Viseu e dos Viseenses. Tenho dito. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

-VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, estimado Público. Como já vimos, no presente mês de Setembro deu-se início ao arranque de um novo ano lectivo. É salutar verificar, ao contrário do que aconteceu em variadas situações, ao longo de todo o País, em Viseu este ocorreu dentro da normalidade, resultante também de uma boa planificação realizada pela autarquia. Conforme tivemos oportunidade de ouvir na intervenção do Senhor Presidente do Executivo Camarário, a autarquia tem uma particular intervenção nos Transportes Escolares, na gestão dos docentes das Actividades de Enriquecimento Curricular e dos Assistentes Operacionais, na Acção Social Escolar, na componente de Apoio á Família do pré-escolar, nomeadamente o prolongamento de horário e as refeições. Como vimos também, estas responsabilidades são cumpridas,



muitas vezes, com recursos próprios da autarquia, pois apenas são parcialmente financiadas pelo Estado. No presente ano, é de salientar a abertura dos dois novos centros escolares, localizados em Rio de Loba e Abraveses, cujas características já foram apresentadas e que vêm melhorar os equipamentos educacionais, nas zonas por eles abrangidas. Portanto, quantas das escolas que foram aqui referidas como tendo encerrado, foram efectivamente substituídas por estes Centros Escolares, que vieram melhorar as condições disponibilizadas aos estudantes. É de enfatizar ainda, a escolha dos nomes atribuídos a estes dois Centros Escolares, Mestre Arnaldo Malho, conhecido pelo seu trabalho como “Poeta do Ferro”, mas também como Mestre de Serralharia na antiga Escola Comercial e Industrial de Viseu, onde, durante mais de trinta anos, exerceu o seu mester; e o Professor Rolando de Oliveira, Professor de Desenho no Ensino Secundário e pintor plástico, também ligado à mesma escola, cujo trabalho está representado em numerosos museus e colecções nacionais e estrangeiras. São efectivamente, dois nomes apropriados para patronos destes novos Centros Escolares. Torna-se também importante frisar que as intervenções da autarquia não se ficam, este ano, por estes novos Centros Escolares, pois foram realizadas melhorias na Escola do Viso e nas Escolas do 1º Ciclo de Oliveira de Baixo e de Repeses. Para finalizar, e em virtude do âmbito da intervenção nesta temática da Educação, queria ainda aproveitar para questionar o Senhor Presidente do Executivo Camarário, sobre a situação da Escola de Grão Vasco, aliás, já foi referida aqui e também da Escola de Viriato, que carecem de intervenções, para melhoria dos seus equipamentos e qual a possibilidade da autarquia gerir estas intervenções, pois como já percebemos, a eficiência implementada nas intervenções promovidas pela autarquia, é bastante superior à eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelo Estado, nomeadamente através da Parque Escolar. Aproveito também, para reforçar o pedido de esclarecimento anterior e questionar sobre a situação da futura Escola situada na zona de Ranhados e as novas possibilidades de criação de um Centro Escolar na área de abrangência desta escola e portanto, para esclarecer aqui a questão do Viseu Estrela e da EBI de Ranhados, e o que efectivamente pretende realizar, uma vez que até com o apoio fundos comunitários, pode ser possível concretizar um projecto de maior dimensão, do que aquele que estava inicialmente previsto para a EBI de Ranhados. Muito obrigado. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS) – Senhor Presidente da Mesa, bom dia mais uma vez, dispense os restantes cumprimentos. Foi com grata surpresa que ouvimos a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, por sua vez dedicada ao tema Ensino. O Ensino é um tema que nos é caro a todos, nós CDS, entendemos que todas estas despesas que o Senhor falou e estes encargos que a Câmara teve com a construção dos Centros Escolares, com os transportes dos alunos, com os apoios dos extra curriculares, tem que se ver numa óptica de investimento e não de despesa. É evidente que são um fardo, económico e financeiro, mas temos que olhar para eles como um investimento no futuro, porque nada melhor que ter os nossos jovens, os que amanhã possivelmente aqui estarão, estarão aí ou noutros sítios, bem preparados e que o façam nas melhores condições, nas condições possíveis. Portanto, para nós, tudo o que é Educação, despesas de Educação, são consideradas como investimento. Congratulamo-nos por o Governo ter dado início ao ano lectivo, por assim dizer, no nosso Concelho, aproveitando a inauguração de dois Centros Escolares. Congratulamo-nos também com a designação desses dois Centros Escolares com os nomes de personagens, pessoas do nosso Concelho, pessoas ilustres do nosso Concelho, é sempre bom que assim seja, é o reconhecimento dos nossos. Podíamos ter ido buscar outros nomes, nomes históricos, mas foi-se buscar o nome de pessoas que estiveram entre nós até há bem pouco tempo e isso é salutar e é de regozijar. Não me alongaria mais sobre este



assunto, penso que está dito e reconheço que seja fácil nesta altura do ano, nesta altura do mandato, escolher este tema para trazer aqui à Assembleia Municipal, aliás faz sentido, estando em Setembro. Queria deixar ficar aqui duas ou três questões que julgo que são pertinentes e que pode ser algo de informação Municipal à Assembleia, o sítio certo para as pôr. Li na sua entrevista ao Diário Regional, com agrado, a propósito do dia do Município, o Doutor falar sobre algumas obras e há uma que eu acho muita piada, que é o Museu do Quartzó. É que, de Setembro em Setembro, nunca chega ao Setembro final. Portanto, a questão que eu lhe ponho é, Setembro de 2008, de 2009, há bem pouco tempo, era para ser em Setembro de 2011. Será seguramente, espero eu, será Setembro de 2012, portanto ficamos a aguardar por isso. Não, não será para as eleições com certeza, não é? A não ser que queira deixar essa benesse ao futuro candidato, mas penso que terá todo o gosto em inaugura-la o Senhor Presidente, já que é uma obra emblemática do seu mandato, ao tempo que anda para ser inaugurada, não fazia sentido virem outras pessoas inaugurá-la. Aliás, não ficaria nada mal se lhe desse o nome de Museu Fernando Ruas, era uma boa homenagem que fazíamos ao Senhor Presidente. Mas outros farão, com certeza absoluta. Outra questão que eu queria pôr era sobre o Parque Aquilino Ribeiro. Eu vi que, na outra reunião de Câmara, que já falou sobre isso, mas gostaria que o fizesse aqui na Assembleia Municipal, qual o ponto de situação dessa obra. E basicamente era isso, e a talho de foice, não tendo um pouco a ver com a sua intervenção, mas tenho dado conta que anda por aí muita gente com amnésia, com amnésia colectiva, isto não tem a ver com a sua entrevista, mas com outras entrevistas que têm sido feitas, com uma que o antecedeu. Anda para aí uma amnésia colectiva brutal, paciência, vamos ter que lidar com ela da melhor maneira. Obrigado. -----

- Mesa: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados, o Professor Mateus. -----

-VINTE E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE RANHADOS – SENHOR PROFESSOR ANTONIO MATEUS DA SILVA – (PSD) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, representantes da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. A freguesia de Ranhados, no decorrer destes últimos dez anos e de harmonia com os dados dos censos 2011, cresceu muito. Basta comparar o ano de 2001 com o de 2011, para verificarmos que, em 2001, a população presente era de 4043 e, em 2011 é de 5549; população residente em 2001-3996, em 2011-4961; famílias em 2001-1301, em 2011-1878; alojamentos em 2001- 1743, em 2011-2566; edifícios em 2001-835, em 2011-1040. Quanto à população escolar, também cresceu substancialmente, basta afirmar que, neste momento, temos 737 alunos no Jardim de Infância e 1º Ciclo, distribuídos pelas escolas D. António Monteiro, de Ranhados, Instituto Victor Fontes, Instituto Jesus Maria José e Fundação Mariana Seixas. É uma freguesia que está em franco progresso, devido precisamente, à nova centralidade do Palácio do Gelo e ao facto de estar muito perto do Hospital S. Teotónio, da Universidade Católica, do Instituto Politécnico, da Escola Superior Agrária, localizada nesta freguesia. Por essa razão, a Carta Educativa apontou a necessidade urgente da construção de um complexo escolar, que desse resposta às reais necessidades de toda a zona sul de Viseu. Surgiu, há muito, a ambicionada Escola Básica Integrada de Ranhados, protocolada em 2005 e publicada em Diário da República, com os respectivos compromissos da parte da Câmara Municipal e do Governo. A Câmara cumpriu com a aquisição do respectivo terreno para a sua construção, com assinatura do protocolo na sua cedência, na Junta de Freguesia de Ranhados. Esta teve toda a dignidade e divulgação pela Comunicação Social. Mas o que é certo é que o anterior Governo não respeitou o protocolo e esta obra não foi executada no tempo previsto, apesar das várias diligências que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara fez para atingir este grande sonho, que a Comunidade Educativa de Ranhados



tanto desejava e que sempre defendi, não só nesta Assembleia Municipal, como em algumas reuniões descentralizadas. A Câmara, aproveitou a oportunidade, para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, qual será o ponto da situação, precisamente da Escola Básica Integrada de Ranhados. A Câmara ao verificar, e bem, que não tinha outra alternativa senão arranjar uma solução que respondesse às reais necessidades da população escolar, da sua inteira responsabilidade, ou seja, o Jardim de Infância e 1º Ciclo, decidiu pela construção de um Complexo Escolar devidamente estruturado, já com projecto aprovado, na área da freguesia de Ranhados, designada pela Escola Viseu Estrela. Esta virá dar resposta à zona de Jogueiros e Ranhados, onde os alunos estão a ter aulas em quatro lugares: Escola mãe, Centro Paroquial, antiga sede da Junta de Freguesia e Salão Nobre. Nesta área geográfica vivem cerca de 3797 habitantes. Segundo informações recebidas, será um complexo com dez salas para o 1º Ciclo e quatro para o Jardim de Infância. Terá ainda biblioteca, cantina e outras infra-estruturas que um Complexo Escolar moderno necessita. Congratulo-me com esta obra Senhor Presidente, pois dignificará a minha freguesia. No entanto, continuo com a esperança de que os nossos jovens do 2º e 3º Ciclos, da responsabilidade do Governo, venham a ter continuidade numa só escola, para evitar que andem dispersos por vários estabelecimentos de ensino. Para isso, toda a Comunidade Educativa e a Junta de Freguesia contam com a compreensão deste novo Governo, que saberá, com certeza, dar resposta a esta nossa ambição, que será justa, visto haver compromissos anteriores. Obrigado. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou agora a palavra aos Senhor Deputado Carlos Vieira, que é o último inscrito neste ponto. --

-VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, público presente, membros da Comunicação Social e funcionários em exercício. Pelo que chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda, o início do ano escolar no nosso Concelho, correu melhor do que em anos anteriores, tendo algumas situações anormais, mas já tendo sido colmatadas. Outras nem por isso, mas na verdade não são da exclusiva responsabilidade da autarquia, antes resultam nalguns casos, do atraso com que algumas escolas enviaram dados para a Câmara Municipal, abrir concursos para tarefeiros e auxiliares para o complemento social de apoio às famílias e às AECS. E mesmo a relação de alunos para as AECS, provocou que alguns professores das aulas de Enriquecimento Curricular, tenham sido colocados tardiamente. Relativamente ainda às AECS, lamentamos que se tenham excluído candidatos, sem os informar do motivo da exclusão, o que deu origem a algumas reclamações individuais. Os problemas mais graves parecem contudo, situar-se no campo do transporte escolar. Por exemplo, na Escola Azeredo Perdigão os alunos de Pascoal têm de ir a pé até à Avenida da Bélgica, junto ao Continente, para apanhar o autocarro para casa e vice-versa. Outro caso é relatado no Jornal de Notícias da passada Sexta-Feira, uma dúzia de alunos, entre os dez e os treze anos, tendo viajado de pé no autocarro que serve as povoações de Dade, Portela, S. Cosmado, Couto de Cima, Masgalos e Figueiró, até à EB 2,3 de D.Duarte, do Agrupamento de Vil de Soito. Os alunos não chegam aos varões, o que limita a sua segurança. O Director da Escola já falou com a empresa, mas esta escuda-se na Lei, uma vez que a própria legislação diz que, preferencialmente o transporte deve ser colectivo, não especifica para estudantes e só obriga, só torna obrigatório haver um vigilante e um motorista certificado pela respectiva associação para o transporte de crianças, no caso do pré-escolar e do 1º Ciclo. Não sendo da responsabilidade da autarquia, esta não se deve excluir de acompanhar estas situações e pressionar a empresa, o que me parece ter acontecido, segundo as declarações do Senhor Vice-Presidente. Gostava de ser esclarecido sobre a resolução dos problemas que referi. Congratulo-me com a abertura dos novos



Centros Escolares, o de Rio de Loba penso que faria mais sentido escolher como Patrono a figura de José Coelho, já que era natural de Travassós de Cima, freguesia de Rio de Loba e foi um exemplo raro de cidadania, na protecção do património e insigne investigador e arqueólogo, talvez por um, espero que não por um rebate de consciência, escolheram o Mestre Arnaldo Malho e ainda bem, porque merece essa homenagem. Lamento, relativamente a este assunto, profundamente, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal continue a enganar os viseenses, ou por má fé ou por ignorância, em qualquer dos casos, não tem desculpa. Eu perguntei ao Senhor Presidente o que era feito dos candeeiros do Mestre Arnaldo Malho, na sessão de Fevereiro, o Senhor Presidente respondeu que estavam espalhados pelo Centro Histórico e pelo Parque de Santa Cristina. Ainda que se tenha considerado de Arnaldo Malho os candeeiros a que agora se tem vindo continuamente a referir, garanto-lhe que os candeeiros que estão no Jardim de Santa Cristina, não são de Arnaldo Malho. Aliás, falou até nos candeeiros da Quelha da Rua do Bispo, Nunes de Carvalho e esses então é que não têm arte nenhuma. Mas se da primeira vez, o Senhor podia ter alguma atenuante por fazer uma confusão, é natural, não era o único, quando trouxe aqui o problema em Junho, peço desculpa Senhor Presidente, mas o Senhor não tem desculpa nenhuma, porque eu apresentei uma recomendação à Câmara, localizei os candeeiros, identifiquei os candeeiros, descrevi-os e até lhe dei uma fotocópia a cores dos candeeiros a que eu me estava a referir. Espero que não restem dúvidas, eu tenho fotocópias para dar aos senhores jornalistas, aliás entreguei-lhes, alguns parece que as devem ter perdido e aos Senhores Deputados, a qualquer pessoa que queira. São dez candeeiros, três estavam na Igreja da Misericórdia, dois na fachada e um na cantaria virada para o Largo da Misericórdia, caiu com a ventania, ficando pendurado pelo fio cerca de dois anos, sendo retirado pela EDP. Os dois da fachada foram retirados aquando das obras de limpeza da fachada e da pedra no ano passado; outro na esquina do Largo da Misericórdia com a Rua do Arvoredo; um ainda no Largo da Misericórdia, na esquina virada para o Largo da Sé; um na esquina da Casa Paroquial, junto às escadinhas, antiga Torre de Menagem do Castelo de Viseu; outro na esquina da Casa Paroquial, virado para o Adro; um na Catedral, na esquina da Casa Paroquial, por debaixo da varanda dos Cónegos; outro na parede exterior da parede dos Claustros: um na esquina do Museu Grão Vasco com o Adro da Sé; são dez candeeiros. Aliás, têm lá ainda os vestígios, porque eles eram chumbados na pedra e portanto estão lá os vestígios. Responder a alhos com bugalhos é uma indesculpável falta de respeito por esta Assembleia e pelos Municípes. Os candeeiros da escola do Mestre Malho, que eu ajudei a salvar há 10 anos, quando o Senhor Presidente encetou a sua substituição há 10 anos, Senhor Presidente, eu ajudei a fundar o Núcleo da Associação onde vivo, exactamente que é a defesa do património, para salvar esses candeeiros e o Senhor Presidente, mesmo aí, mentiu. Disse que os estava a tirar para os recuperar e voltar a colocar. A verdade é que, ao fim de dez anos, eles foram definitivamente substituídos nas principais ruas do Centro Histórico, no largo D. Duarte, na Rua Direita, na Rua do Hilário, na Rua D. Duarte. E sinceramente Senhor Presidente, ao fim de dez anos, o Senhor diz-me que ainda faltam vinte e oito para colocar? O Senhor mentiu, na altura disse às Televisões que ia fazer isso, ia recuperá-los e voltar a colocar. Mentiu. O Doutor Alberto Correia disse ao Jornal do Centro, que guardou os dois que tinham saído e que estava disponível para os devolver à Câmara, se esta lhós pedir, mas o Senhor Presidente da Câmara diz que os candeeiros estavam todos no armazém para recuperar, ou seja, fica provado que a Câmara não sabe onde pára o património artístico da Cidade e o que é mais grave, até o desconhece. Mas os Viseenses têm o dever de se preocupar e o direito de questionar a Câmara Municipal sobre o património da Cidade, para que não aconteça o mesmo que aos portões do Mercado 2 de Maio, em ferro forjado, ou como aos candeeiros Arte Nova em ferro fundido, que nós também alertamos para isso, há dez anos e a verdade é que, ao fim de estarem sete ou oito anos encavalitados com



aqueles matacões, que a Câmara resolveu colocar no Centro Histórico, foram ambos substituídos. E reparem que estes candeeiros Arte Nova, por acaso o jornal disse que eram de Arnaldo Malho, mas é evidente que são de ferro fundido, não têm nada a ver com o ferro forjado, os candeeiros Arte Nova têm a ver com o estilo arquitectónico da Rua do Comércio, que tem casas lindíssimas de estilo Arte Nova, portanto, foi um erro. E também têm o direito de saber onde é que pára, os Viseenses têm o direito de saber, onde pára uma das quatro pedras que o grande desenhador e escultor José Moreira, prematuramente falecido há dezanove anos, esculpiu no granito. Refiro-me à laje com a guitarra e a estrela de David, que não voltou a ser reposta no cimo da Rua do Hilário, uma réplica de pobre execução artística foi colocada em frente à casa onde nasceu o Hilário, mas só consegue despertar a saudade daquela obra de arte pública, espero que a Câmara Municipal saiba onde está e a volte a recolocar no lugar merecido, como acontece com as outras três. Só para dizer que estes candeeiros, porque nós nunca dissemos que os candeeiros, aqueles que têm a serpente e que têm sete, oito e nove torres, porque de facto, há modos diferentes, os de sete torres são os mais bonitos, porque até têm o lavrado a cinzel, a pedra da muralha, a torre mais pequena e são de facto os mais bonitos. Mas nós nunca dissemos, nem eu nem a Associação onde vivo, que aqueles candeeiros eram do Mestre Malho. Se a Câmara agora tem provas de que são, ainda agrava mais o facto de os ter substituído, mas nós nunca dissemos, porque de facto a caligrafia artística, o estilo, é muito diferente. Quem conhecer a obra de Mestre Malho, basta ir à, enfim, à casa da Ribeira. Há muitos candeeiros que ele deixou na casa onde viveu com a filha, a D. Sara Malho, na Escola Emídio Navarro também havia um Núcleo Museológico que ainda não está reposto, onde existem candeeiros. Quem conhecer a obra do Mestre Malho, que era o “Poeta do Ferro”, sinceramente, vir agora atribuir ao Mestre Malho os candeeiros que estão no Parque de Santa Cristina, aquilo não é poesia, quanto muito, enfim, com todo o respeito pelo artista que os concebeu, se for poesia é um dicionário de rimas, quer dizer, não têm qualquer semelhança. Portanto, aquilo que eu coloco directamente ao Senhor Presidente da Câmara, para que depois não venha dizer que são insinuações e que a gente não fala as coisas frente-a-frente, eu quero saber onde é que param estes dez candeeiros. O Senhor não recolocou nenhum, não está nem um na cidade de Viseu. E estes candeeiros faziam as delícias dos fotógrafos, dos turistas que vinham à nossa cidade, aliás, eu até tenho uma fotografia, há imensos jornais, revistas, tenho aqui algumas, até uma colecção de postais da Comissão de Turismo do Centro, onde figura de facto, a Igreja da Misericórdia com um destes candeeiros em primeiro plano. É um crime que lesa património e eu espero que o Senhor Presidente responda sobre estes candeeiros. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado. Dou a palavra aos Senhor Deputado Mota Faria. -----

-VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FÁRIA (PSD) - Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores: Eu vinha aqui porque deve ser uma obrigação nossa, felicitar a Câmara pelo investimento que fez na área da Educação, que é um investimento de futuro, a preparação dos nossos jovens e fundamentalmente dar as condições que são necessárias em termos da nossa Comunidade Educativa. Também referir duas coisas, que sei que é um entendimento da Câmara, o Social não é para a Câmara, uma arma de arremesso político. O Social também não é para a Câmara, uma questão político-partidária. O Social não é propriedade de ninguém, não é da Câmara, nem é do Partido Socialista, nem de nenhum Partido. O Social é uma obrigação de todos, cidadãos, da Sociedade e do Estado. E o que deve ser defendido, não é um Estado Social falido, é um Estado Social sustentável, é um serviço público de educação. A Escola Pública é um serviço público, a saúde, o Serviço Nacional de Saúde é um serviço público de segurança social. Este é o Estado Social, mas um Estado Social sustentável. E não é por mudar o Governo, que nós nesta Assembleia e fora desta



Assembleia, deixaremos de estar contra encerramentos de serviços públicos. Nós somos contra encerramentos de serviços públicos de régua e esquadro, não é por mudar o Governo, que nós deixaremos de estar contra. Nós estamos contra qualquer encerramento de uma escola, por uma questão de sabermos que o encerramento da escola aumenta a desertificação desse território e por isso, nós estamos contra o encerramento. O que estamos é numa situação diferente, não queremos a régua e esquadro. Estamos contra encerramentos, agora, se houver consenso na Comunidade Educativa, se houver consenso com as autarquias, se a alternativa for por todos considerada melhor, então sim senhor, estamos de acordo. Não queremos é por norma que haja e estamos contra os encerramentos. E por sua vez, não estamos só preocupados com o edifício físico, a nossa principal preocupação e aí estamos completamente contra o facilitismo, as engenharias estatísticas. Somos a favor do rigor, da responsabilidade e preparar e geração de futuro, preparar essa geração de futuro. Não queremos mais facilitismo na escola, queremos rigor e responsabilidade. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhum pedido de uso da palavra. Dou a palavra ao Senhor Presidente para responder às questões que foram colocadas. -----

- VINTE E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Pois, Senhor Presidente, penso que não há grandes questões que me foram colocadas. Uma primeira intervenção do Deputado Ginestal, deixe-me dizer-lhe que eu folgo muito, pelo menos, da forma correcta como põe as intervenções, embora naturalmente eu não concorde, sobretudo com a análise que faz, que eu já estou rendido ao PS, era o que me faltava, veja lá o que me arranjam para aí, rendido ao PS? Não sei, deixe lá ver, é “post-scriptum” ou não? Mas a este PS, não estou com certeza absoluta rendido, de modo nenhum, não me atrai absolutamente nada. Mas o Deputado Mota Faria já falou sobre o Estado Social, os Senhores têm uma concepção muito curiosa do Estado Social. Acham para já, que são donos do Estado Social. O Social é, PS não quer dizer Partido Social, é Socialista, que é outra coisa. O Partido Socialista foi aquele que gastou os dinheiros do Social, esse é que é o grande problema. Os Senhores gastaram o dinheiro do Social, gastaram os dinheiros com um individuo que andava a viajar, não sei para onde, para onde há aqueles clubes, para Milão, para ver se convencia fulano, esses é que gastaram o dinheiro, gastaram o dinheiro assim. Portanto, falta no Estado Social. Gastaram-no mal gasto e falta no Estado Social. Depois outra coisa que eu ouvi aqui, a Escola de Ranhados está resolvida, está a perguntar, claro neste momento está resolvida. Nós temos, o que a Câmara pediu. O Senhor deu a entender que ia haver duas escolas, a Escola de Ranhados e a Escola Viseu Estrela. É só uma para a Câmara. O que a Câmara fez foi isto, nós temos aqui um protocolo, portanto, se esta localização não é a melhor, têm aqui outra, nós queremos é um protocolo em que uma escola seja construída, sem que a câmara gaste um tostão. Foi isto que nós fizemos. Se o Governo precisar de uma outra escola em Ranhados, que a construa. Nós já estamos fora disso, não protocolamos mais, aliás, nunca mais faço protocolos com nenhum Governo, mesmo com este da minha cor, nunca mais. O vosso Governo ensinou-me que nada de fazer protocolos, porque senão, ficamos com o menino nos braços e depois, não, comigo não haverá mais nenhum protocolo. Esta situação da Escola Viseu Estrela é para fazer, temos o projecto aprovado, esperamos apenas que a candidatura seja aprovada nos Fundos Comunitários. Mas queria dizer que o Governo já se comprometeu, disse que eu não o trouxe aqui, o Senhor Ministro da Educação foi bem claro a dizer que o Governo se comprometia na parte restante, que foi esse compromisso que o Governo anterior nunca assumiu e portanto neste momento, se o Governo cumprir e penso que vai cumprir, estão atingidos os nossos objectivos, que é uma parte vem dos Fundos Comunitários, não temos nada a ver com isso, e outra parte vem do Governo. O Governo disse claro e bom som, o Ministro da Educação e o Primeiro Ministro, que ia



comprometer-se com a parte restante. Depois, também dizer uma coisa que me parece importante, nós não requalificámos apenas aqueles dois Centros, agora até há quem ache que já não têm o nome correcto, mas nós fizemos uma série de investimentos que têm a ver com os Centros Escolares e que não foram apenas o Mestre Arnaldo Malho nem do Professor Rolando Oliveira. Requalificámos o Centro Educativo de Repeses, aliás, obra que penso que iremos inaugurar dentro de pouco tempo. Eu gosto muito de inaugurar obras. A Escola de Bigas, a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico do Viso, que já foi aqui referenciada, mas que não é um investimento qualquer, foi meio milhão de euros e também a de Oliveira de Baixo. Foi este o panorama que deixamos agora na nossa requalificação. Portanto, a Escola Básica Viseu Estrela vai ter quatro salas de aula e vai ter mais dez salas do 1º Ciclo, quatro salas do Jardim de Infância e mais dez salas do 1º Ciclo. É isso que nós queremos e portanto, dentro de pouco tempo, como temos o projecto aprovado, podemos avançar com a escola. Fico muito descansado e o Senhor Professor Mateus pode também ficar descansado com a sua população, não traímos a sua escola em Ranhados, aliás, no Centro mais nobre de Ranhados, mas designamo-lo por Viseu Estrela, até pela vista óptima que há ali da Serra da Estrela, mas fica na freguesia de Ranhados e portanto, o nosso compromisso fica assegurado com o Ministério da Educação. Depois, a realização da Rede Escolar foi dialogada, foi dialogada e de que maneira e com os coordenadores de apoio das Escolas do 1º Ciclo. Foi bem dialogada e só foi materializada depois das escolas de acolhimento terem condições. Já agora uma outra coisa, em relação ao que disse o Doutor Faria ,colocou o problema e muito bem, das escolas encerrarem. Nós temos um caso, os Pais pediram-nos para encerrar uma escola, a Escola de Ribafeita, o que significa que foram os Pais que pediram para encerrar a escola. Entenderam que três alunos não eram o número suficiente para a escola se manter aberta e têm, digamos, a nossa concordância. Portanto, não haverá duas escolas, não há a Escola de Ranhados e a Escola Viseu Estrela. Se depois de construída a Escola Viseu Estrela, só depois, se entenderem que há ainda uma Escola de Ranhados, espero que não seja necessário. Pois, a normalidade do ano escolar foi aqui trazida uma vez mais, pelo Deputado Paulo Pereira e eu queria dizer que estamos disponíveis para entrar nisto e como disse e muito bem, nós fizemos a requalificação daquelas escolas, muito mais barato, do que foi feito anteriormente, mas muito mais barato. Quando o Deputado Ginestal veio aqui falar da Parque Escolar, bem, eu acho que aquilo foi atirar com o dinheiro para os problemas. Atirar nitidamente com o dinheiro. Não há nenhuma razão para duas escolas serem requalificadas por trinta milhões de euros, nenhuma razão. Pronto, é natural que ficou cá o dinheiro, vamos lá ver e vemos coisas em mármore e não sei quantos mais, mas não há nenhuma razão para uma actividade como esta, deviam era ter-se escolas funcionais, não escolas para serem “bibelôs” ou elementos decorativos. E portanto, nós envolvemo-nos na requalificação da Escola de Viriato e da Escola Grão Vasco, aliás, se estiveram atentos na minha intervenção com o Ministro da Educação, fiz exactamente esse reparo a dizer que estava disponível para naturalmente com verbas do Estado, requalificarmos as escolas que não são da nossa responsabilidade. Sobre aquilo que o Deputado Rui Santos aqui veio trazer, diz que todos os encargos do ensino são investimentos, nós temos essa noção, só que os dinheiros não são elásticos e portanto, há que os ter em consideração. Já agora uma outra coisa, não sei se foi com ironia, eu não ando à procura de nomes, do meu nome nas ruas, eu já sei, já me chamo Ruas de nome. Olhe que uma boa parte dos Senhores Presidentes de Junta têm proposto. Eu não quero, aceitei apenas o nome em dois equipamentos, um numa avenida da minha terra, por razões que se percebem e outro num equipamento, num Polidesportivo na freguesia onde moro, aqui em Viseu. São os únicos sítios onde eu tenho o nome. Mas eu percebi, vindo do CDS percebi, por isso é que há o Estádio Avelino Ferreira Torres e mais não sei quê. É que o CDS era assim que faziam, os nomes todos lá estavam e portanto, o Senhor estava a



pensar que eu também era do Partido e portanto, lá vou pôr o nome, mas não. Ao Senhor Professor Mateus, já lhe dei resposta. Por razões que se perceberão e que já disse aqui há pouco, naturalmente não vou, outra vez, entrar nesta resposta ao Deputado que só aproveita para, eu percebo, eu percebo. Estou na fase final do mandato e percebo que se queira insultar o Presidente da Câmara, para ver se há alguma resposta mais acalorada, tipo pedradas, corrido à pedrada e depois possa correr aí tinta, mas para esse peditório já dei. Portanto, nem sequer dou resposta nenhuma. Sobre aquilo que o Doutor Mota Faria disse, eu tenho exactamente essa ideia, também não é de estranhar, temos os mesmos objectivos em termos de política e portanto acho que é mais importante aquilo que, a nossa preocupação com os alunos, com o rigor, com o ensino, do que propriamente com alguns fogachos que por aí se propalam e depois não têm significado nenhum. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Presidente, tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

-TRINTA – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO - Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, Senhores da Comunicação Social, minhas Senhoras, meus Senhores: Eu finalmente encontrei aqui um motivo de alguma coincidência de pensamento e de linha de orientação. Quero reportar-me aqui à intervenção do Dr. Mota Faria, aliás inscrevi-me para me referir a isto logo no início da intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois agradou-me muito a fase final do Senhor Presidente ao referir-se ao Dr. Mota Faria. Nós Também somos coincidentes com aquilo que o Dr. Mota Faria aqui veio dizer. A forma como o disse até parecia que não se via bem assim, mas é verdade, nós não queremos ser, nem somos proprietários do Estado Social, não nós defendemos o Estado Social, como parece que é também, está nos objectivos do Partido Social Democrata. Nós defendemos o Estado Social por forma a que ele possa ser abrangente o mais possível a toda a sociedade e pugnamos e lutamos para que isso aconteça. Também não somos a favor do encerramento de régua e esquadro, somos a favor do encerramento devidamente ponderado, devidamente se calhar negociável entre as partes que têm que ver com a matéria, por forma que sejam justas, equilibradas e que tenham alternativas que sejam mais fortes, de melhor qualidade do que aquela que se está a fazer. Finalmente aí sim, não podemos estar mais de acordo, facilitismo não. E já demos prova de que no ensino o facilitismo não é apologia, não é um princípio do Partido Socialista. Portanto quero deixar aqui a nossa concordância com tudo que disse aqui o Doutor Mota Faria, nestas três vertentes que eu fixei. Muito obrigado. -----

- MESA: O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e deu a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal Albuquerque. -----

-TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO M. ALBUQUERQUE (PS) - Senhor Presidente, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, membros desta Assembleia, público em geral, Comunicação Social: Venho em primeiro lugar, segundo percebi, o Senhor Presidente da Câmara disse-o aqui há pouco, que há porventura uma substituição, ou há a EBI de Ranhados, ou há o Centro Escolar Estrela, ou uma ou outra. Isso parece-me que está esclarecido. Pronto, então depois o Senhor Presidente da Câmara esclarecerá melhor este ponto. Relativamente à questão da Parque Escolar que levanta, como é óbvio, nós concordamos com aquilo que diz também o Senhor Ministro das Finanças, o Doutor Vítor Gaspar. Estão a ser realizadas duas auditorias como bem sabem, uma do Ministério das Finanças e outra do Ministério da Educação, para escarpelizar concretamente que gastos é que houve com a Parque Escolar. A nós, enquanto Partido Socialista, depois de feitas essas análises, será nesta altura prematuro dizer seja o que for, relativamente a essa matéria. De registar também para o PSD e no que concerne ao



encerramento das escolas do 1º Ciclo, agora já não há encerramentos, Doutor Paulo Pereira, agora há substituição de escolas. Não foi assim em Vila Chã do Monte, os alunos de Vila Chã do Monte não foram para o Centro Escolar de Abraveses, os alunos de Vila Chã do Monte foram para a EB1 de Torredeita. Relembro-me bem no dia 28 de Junho, dia 28 de Junho de 2010, faz hoje precisamente quinze meses, os Senhores Presidentes de Juntas de Boaldeia e de Côta, o que é que aqui vieram dizer, relativamente ao encerramento das Escolas do 1º Ciclo, relembro-me bem, aliás, está nas actas. Quanto aos novos Centros Escolares também, para que fique esta anotação, há salas vazias nos novos Centros Escolares. E da nossa parte e da minha parte, é tudo. -----

- **MESA:** o Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Escada também para colocar uma questão. -----

-TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO TIAGO MANUEL MARQUES DOS SANTOS ESCADA (PSD) - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes

membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Público e Comunicação Social: Bem, eu percebo que incomoda ao Partido Socialista, que o arranque do ano escolar no Concelho de Viseu tenha arrancado com tanta normalidade, percebo que incomode. E claramente que incomoda e os Senhores têm todo gosto em demonstrar isso. Que mais uma vez o PS tenta passar para os outros as suas responsabilidades e se o PS como o Senhor aqui disse, é um Partido responsável, eu gostaria de ver o PS, porque ainda passou pouco tempo, a vir aqui pedir desculpa, aqui e noutra local, vir pedir desculpa aos Portugueses pelo estado em que deixou o País e isso eu não vi, se é um Partido responsável, podia-o fazer perfeitamente, mas não, têm vindo para aqui fazer uns brilharetes nos discursos a dizer coisas bonitas e irónicas, mas corre-lhes mal e ainda bem que é assim. E o resultado está aqui, 1, 2, 3, 4, 5, 6,7, 7 - 2. Claramente é isto, a vossa política é isto aqui o vosso resultado. Aqui em Viseu, uma das grandes diferenças entre o PSD e o PS, e que fique bem claro, uma das grandes diferenças é que o PSD está ao lado dos viseenses e a defender os interesses dos viseenses. Ao contrário dos Senhores, que muitas das vezes defendem, aliás, defendem sempre o Partido Socialista, não os viseenses. Se o Governo for PS, defendem o Governo PS, ainda que seja contra o vosso Concelho e o PSD não é assim. Isso é outra coisa que vos incomoda e está aqui a resposta. É que os viseenses já não caem nas vossas ratoeiras nem nada parecido. Por isso, têm a resposta todos os anos, de quatro em quatro anos têm a resposta, é isso não é? É que muitas das vezes, o que vos faz defender, fazem-vos defender coisas que são impossíveis de defender. Eu pensei que isso já não era possível, mas os Senhores continuam. É que, se Viseu estivesse à espera de uma obra com o cunho do Partido Socialista, bem poderíamos esperar sentados e Viseu era apenas mais uma cidade esquecida no interior. Era isto que Viseu era. É isto que vocês têm feito nos últimos anos de governação. Acordaram agora passados seis anos, acordaram agora claro. Isto dá sempre jeito, como é lógico. Desta forma, eu concluo dando um agradecimento ao Executivo Camarário, pelo desenvolvimento e pelo crescimento incutido no nosso Concelho, mas não é um crescimento qualquer, mas um crescimento sim sustentado. Muito obrigado. -----

- **MESA:** o Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira”.-----

-TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) - Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes, Público, Comunicação Social presente e funcionários: A actuação do Bloco de Esquerda nesta Assembleia, tanto com a minha antecessora como comigo, tem-se sempre pautado por uma actividade construtiva e exercer o melhor que nós sabemos e podemos, o papel, a função de escrutínio da actividade da câmara e de defesa



do Concelho. Nesse sentido, tenho apresentado algumas moções, recomendações que reconhecerão, até porque algumas foram aprovadas pela Assembleia, na sua maioria terão alguma pertinência e cumprem essa função de defesa do Concelho. Foi nesse sentido, que eu perguntei em Fevereiro ao Senhor Presidente onde é que paravam os candeeiros do Mestre Arnaldo Malho. Foi nesse sentido, percebendo que o Senhor Presidente estava a incorrer numa confusão, que eu em Junho apresentei uma recomendação identificando, localizando e até ilustrando, os candeeiros em causa. O Senhor Presidente, e eu vou passar por cima do facto de ter enganado os viseenses com os outros candeeiros há dez anos, de ter enganado, de ter mentido em Fevereiro, quando disse que os candeeiros de Arnaldo Malho estavam colocados e ter indicado os de Santa Cristina, do Parque de Santa Cristina, porque isso foi mentir. Agora não tem desculpa nenhuma Senhor Presidente, a responder alhos com bugalhos e vir dizer que eles estão recolocados, quando eu estava a referir a estes candeeiros, Senhor Presidente. Custa assim tanto responder, esclarecer? Diga que estavam no armazém para recuperar e recolocar, fico satisfeito. Diga que não sabia que a Santa Casa da Misericórdia, o Alberto Correia os tinha guardado, os dois, porque se ele não falasse, o Senhor não sabia, ninguém sabia. Diga que não sabia que um tinha caído e que, se calhar, está na EDP, não faço ideia. Agora, não diga é que não responde, porque isso é desrespeitar esta Assembleia, é de desrespeitar aos viseenses e é sonegar informação que um Deputado no seu legítimo direito, nas funções desta Assembleia está a exercer. Dizer que não responde, sinceramente Senhor Presidente, nós nunca utilizámos, o Senhor Presidente tem um estilo truculento e excede-se na truculência muitas vezes, como é reconhecido localmente e nacionalmente. Agora, eu nunca faltei ao respeito ao Senhor Presidente, coloco-lhe questões concretas e o Senhor diz que falam em insinuações e em falta de respeito, eu só lhe peço que o Senhor responda às questões que eu lhe coloco. Aqui já lhe coloquei duas ou três: falei-lhe nas negociações com a Visabeira sobre o espaço que a Visabeira pretende construir, o único espaço verde de Marzovelos, o Senhor não estava cá, certamente que lhe comunicam ou já lhe comunicaram, falei nos candeeiros, nestes candeeiros de Arnaldo Malho e falei na pedra de José Moreira que desapareceu. E espero que o Senhor dê respostas, acho que é o mínimo que se pode exigir de um Presidente da Câmara. Muito obrigado. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: "Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara"-----

-TRINTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente, eu não aponte nada que me tivessem perguntado. A primeira intervenção foi de concordância com o outro Senhor Deputado. Depois foi apenas sobre uma afirmação do Deputado Gonçalo Ginestal, que eu achei curiosa, dizer que há salas vazias. Ainda bem, olhamos para ali e achamos que aquela zona é uma zona de grande expansão e portanto, fazer o fato à medida é que era complicado, isso parece evidente. Eu pensei que vinha, eventualmente regozijar-se com isso, que a escola estivesse feita para um aumento maior de alunos. Depois veio dizer da Parque Escolar, eu nunca fiz nenhuma insinuação que a Parque Escolar tem um comportamento ilegal, não foi isso que eu disse. Não sei, isso há-de resultar da auditoria, nem tenho elementos para o dizer. O que digo é que a Parque Escolar gastava em demasia em equipamentos que deviam ter sobriedade e que gastava em demasia. Portanto, toda a gente convirá que duas escolas de Viseu, naturalmente que eu gostaria muito de as ver equipadas da melhor maneira, em que se gastaram quinze milhões de euros em cada uma para requalificar, é obra. E portanto, só dizemos isto, dizemos que este dinheiro possivelmente com outro tipo de perspectiva, dava para requalificar à vontade. Eu não tenho nenhuma dúvida que se dessem esse dinheiro à Câmara, com dignidade, requalificaríamos todas as escolas de Viseu, as duas e mais as duas que estão por requalificar. É apenas isso que eu digo, não fiz nenhum juízo de intenção. Agora, quando disse, quando me perguntou se há uma escola ou outra, não para



nós, o que eu quero salvaguardar é aquilo que é da nossa competência e do protocolo que tínhamos assinado e aí vai haver uma, que é a que dá resposta ao protocolo. A outra, se o Governo a quiser fazer, faz, não é nada da nossa responsabilidade. Portanto, esta da Escola de Ranhados, negociada com a Câmara e que o vosso Governo fez o que fez, vai ser resolvido e vai ser construída, a outra se a quiserem construir, pois com toda a certeza o farão. Mas agora, ficamos com o nosso protocolo resolvido e apenas isso. E mais, aquela tipologia que estava na outra e naquilo que nos diz respeito e que motivou o facto de disponibilizarmos o terreno, vai agora ser acrescido. Vamos passar com catorze salas da nossa responsabilidade, quatro de Jardim de Infância e dez do 1º Ciclo, enquanto na outra tínhamos seis, três, tínhamos apenas nove da nossa responsabilidade. Portanto, está o problema clarificado. Depois, o resto foram comentários, que não me oferece acrescentar – lhe mais nada. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Presidente. Terminou este ponto da Ordem de Trabalhos e vamos passar ao Ponto Dois - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI, TAXAS”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Dou a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto. -----

-TRINTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente, apenas um esclarecimento em relação a esta questão. Eu gostaria, vi muitas coisas escritas sobre o IMI, coisas que naturalmente nem sequer foram discutidas na reunião do Executivo, mas eu gostaria de dizer que em Viseu é dos concelhos onde o IMI tem a taxa mais baixa. Eu gostaria que confirmassem isto que eu estou a dizer para não haver, digamos, nenhuma discrepância em relação às minhas afirmações. Acho que isto vem em vários jornais, ainda um jornal trazia que a maioria das autarquias vai cobrar a taxa máxima do IMI. É evidente que nós depois podemos propor que se desçam as taxas do IMI e é sempre fácil propor, sobretudo com o argumento que como é sabido, não está verificado. Quando se diz que vão acabar as isenções e se vão fazer reavaliações, e portanto de tudo este IMI vem para as autarquias, não sabemos isso, é uma novidade que se calhar só o Partido Socialista é que tem, nós não temos essa confirmação. E portanto, naturalmente que não poderíamos e mesmo esta confirmação, terão com toda a certeza todas as autarquias do País, nomeadamente as do Partido Socialista, que deviam ter isso em conta. Então se a argumentação dos Vereadores do Partido Socialista que estão na Câmara de Viseu, fosse generalizada, deviam fazer a mesma coisa nas Câmaras que gerem, vêem aí muitos dinheiros do IMI e então baixavam em todas as suas autarquias a taxa do IMI. Não há nenhuma e eu desafio-os a comprovarem, se há alguma Câmara capital de distrito do Partido Socialista, eventualmente que tenha taxas iguais às nossas, ou mais baixas. -----

- MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho só uma inscrição, o Senhor Deputado José Alberto”. -----

-TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSE ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) – Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Senhores funcionários, minhas Senhoras e meus Senhores: O Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro deu origem aos documentos reguladores do IMI e do IMT, dos denominados CIMI e CIMT, cuja última alteração decorreu pela Lei 55A/2010, do Orçamento Geral do Estado para o ano seguinte. Ora, o IMI é um imposto sobre o património, sobre os prédios rústicos e urbanos e o valor patrimonial é calculado por uma fórmula extremamente complicada, no qual eu queria destacar aqui o chamado coeficiente de localização e que, ao longo de várias sessões desta Assembleia Municipal e ao longo dos últimos anos, foi aqui



sobejamente comentado, pela baixa desses mesmos coeficientes que serviam muitas vezes, de motivo para baixar as respectivas taxas do IMI. E de facto, se nós verificarmos a evolução da cobrança do IMI da Câmara Municipal de Viseu, ao longo dos últimos três anos, verificamos de facto, que há uma baixa significativa de 2008 para 2009, em cerca de 750 milhões de euros e essa baixa acentuou-se também para 2010, com um valor de cerca de 350 mil euros, ou seja passou de 9.931 milhões em 2008 para 8.770 milhões em 2010. Eu tinha aqui uma coisa escrita, mas vou fazer assim uma intervenção a esmo, isto foi feito eram 2 da manhã, após ter chegado de Lisboa e enfim, vou seguir aqui o raciocínio de agora e não vou. De facto, numa altura em que atravessamos uma situação deveras complicada do ponto de vista económico e financeiro, quer a nível do Governo Central que nos pede sucessivos sacrifícios, às autarquias também, numa altura que lhes é permitido aplicar taxas de 0,4 e 0,7 como taxas máximas, enfim, propor aqui um abaixamento da taxa, é de enaltecer. Porque, de facto o equilíbrio financeiro e a manutenção do equilíbrio orçamental, são fundamentais para as regras da boa gestão. Portanto, dizer tão somente que, por estas razões do equilíbrio financeiro e orçamental, somos do parecer que esta proposta da Câmara, deve ser votada favoravelmente, independentemente das consequências financeiras que daí advenham. De qualquer maneira, eu queria aqui frisar também, que não é só a receita do IMI que tem diminuído. Se virmos a receita do IMT, enfim isto é fruto das não transacções, ela passou de 2008, de 6 milhões e quase 200 mil euros, para 3.630 milhões de euros. Enfim gerir neste contexto com uma diminuição destes valores, é deveras complicado. Portanto, eu queria aqui, de certa forma, enaltecer o arrojo da gestão camarária, ao propor ainda esta diminuição de taxas. Evidentemente que isto pesa-nos a todos no bolso e a mim particular. -----

-MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Alberto Ascensão para colocar também questões nesta matéria”. -----

-TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros Membros da Assembleia, Comunicação Social, Senhoras e Senhores: Face àquilo que de facto se perspectiva e que não passa senão de uma leitura atenta do memorando da “troika”, tudo leva a crer que o parque habitacional venha a ser reavaliado já em 2012. Isto são ilações tiradas da leitura do memorando da “troika”, o que quer dizer que por outro lado também significa que em princípio, serão revistas as diversas isenções atribuídas aos prédios habitacionais ocupados para residência própria. Ainda em complemento disto tudo, a propriedade rústica será, isto tudo de acordo com as ilações que tiramos da leitura do protocolo do memorando da “troika”, a propriedade rústica será também avaliada. Tudo isto nos leva a concluir que o contribuinte e por conseguinte o munícipe viseense, vai ver os seus impostos autárquicos agravados. Só por isto, daí entendermos que seria bom acautelar em face destas perspectivas, acautelar um abaixamento das taxas sem prejuízo, como parece decorrer de tudo isto, das receitas virem a ser arrecadadas sem nenhum abaixamento. E se não, basta recordarmos o que aconteceu aquando da implementação do Código do IMI, em que a Câmara Municipal previu nos seus Orçamentos, uma arrecadação de receita, muito inferior àquela que de facto, veio a ser arrecadada. Isto só para lembrar que de facto, as previsões nem sempre são correctas. São falíveis como quem tem que orçar, corre esse risco. Desta vez, talvez pela experiência tida nos anos 2005 e 2006, talvez houvesse necessidade de acautelar. Daí estarmos de acordo com a proposta que foi formulada pelos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, reiterá-la e dizer que seria muito mais, do nosso ponto de vista, muito mais cauteloso aplicar as taxas de 0.53 aos prédios urbanos e 0.30 aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do IMI. Já agora, para responder aqui também ao Deputado Tiago, eu queria-lhe dizer que desta forma, estamos ao lado dos viseenses e não estamos a defender o Partido Socialista, estamos ao lado dos viseenses, com aquilo que pensamos que seria uma forma de eles não sentirem tão



gravosamente os efeitos da tributação concelhia, da tributação autárquica, complementada, a complementar a tributação que será aquela que o Governo, através das negociações com a “troika”, poderá ter que implementar no nosso País. Portanto, nesse sentido, propondo a nossa alternativa de 0.53 para os prédios urbanos e 0.30 para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do IMI, não votaremos favoravelmente a proposta que a Câmara Municipal aqui nós traz. Muito obrigado. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira”. -----

-TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) - Senhor Presidente da Mesa, restante mesa, Senhor Presidente da

Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente e funcionários em exercício: A ideia que o Executivo do PSD aqui nos trás, a proposta do PSD é mais do mesmo, só com uma agravante, segundo o acordo, o memorando de entendimento assinado da “troika”, rectificado pelo PSD, CDS e PS, todos os imóveis urbanos serão objectos de avaliação, o que fará disparar a arrecadação do IMI. Paralelamente, ora esta avaliação vai traduzir – se num aumento brutal de IMI, para os prédios ainda não avaliados. Paralelamente, as isenções de habitação própria permanente tenderão a ser encurtadas no tempo o que, naturalmente, se traduzirá em mais imposto para o Município. No entanto, ainda nada disto avançou, nem os urbanos foram avaliados, nem as isenções ainda nem diminuíram, sendo porém também verdade, que isso irá acontecer, só não se sabe é quando. De qualquer modo, a posição do PSD pretende apenas mais receita. Quanto à posição assumida pelo PS, ela é bem mais razoável e equilibrada, na medida em que se pretende atenuar o efeito da avaliação e a redução das isenções da habitação própria permanente, que a “troika” pretende implementar. Não obstante, penso que é possível e desejável ir mais além e diminuir um pouco mais o imposto, tanto mais que a receita de IMI tem vindo sucessivamente a aumentar. Por outro lado, num contexto de desemprego crescente, há cada vez mais famílias a sentirem mais dificuldades e a suportar aquele imposto, até porque os reembolsos do IRS são cada vez mais pequenos, mercê do que o Estado Central tem vindo a implementar. Uma diminuição do IMI seria portanto, um sinal que o Município dava às pessoas, neste momento tão sensível, as acompanhava nas dificuldades. Tanto mais, que a Câmara Municipal de Viseu se vangloria da sua solidez financeira. Quero também deixar à vossa consideração uma moção: **PARA QUE SEJAM SINALIZADOS OS PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS E DEVOLUTOS.** “O crescimento incontido das áreas urbanas, o correspondente despovoamento dos centros urbanos e as políticas desastrosas de habitação dos últimos anos, motivam que em muitas cidades, como no município de Viseu, exista um grande número de imóveis degradados e devolutos. Trata-se de uma situação que, além de prejudicar o ambiente urbano, distorce profundamente o mercado de habitação, penalizando as condições de habitação de muitas famílias que são forçadas a fixar-se longe dos centros urbanos e efectuar diariamente longas deslocações. Além disso, é também uma situação que potencia alguns riscos, como o de incêndio, do ponto de vista da protecção civil. O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) faculta aos municípios um conjunto de instrumentos que permitem desincentivar estas situações, penalizando-as fiscalmente. A sua utilização carece, porém, de um processo prévio de identificação dos prédios degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município. Ora, no concelho de Viseu, a listagem dos prédios em tal situação, é quase simbólica e não contempla os prédios devolutos. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária em 28 de Setembro de 2011, decide: lembrar à Câmara Municipal a necessidade de cumprir o artigo 112º do CIMI, para o que deve proceder, com urgência, à identificação dos prédios urbanos devolutos há mais de um ano, degradados e em ruínas, existentes na área do município.”-----



- **MESA:** o Senhor Presidente da Mesa disse: Senhor Deputado, eu estou aqui a conferenciar com a Mesa sobre a admissibilidade ou não, desta moção. Que deveria ter sido apresentada, eventualmente, no período antes da ordem do dia, porque o único ponto que está em discussão, é exactamente o Imposto Municipal sobre Imóveis, proposto pela Câmara Municipal e aprovado no executivo. Portanto neste ponto da ordem de trabalhos, não cabe a discussão de qualquer moção. O que cabe, é o documento que efectivamente foi enviado aos Senhores Deputados. Portanto, se o Senhor Deputado queria fazer a apresentação desta moção, devia-o ter feito no período em que o podia fazer, ou tinha pedido hoje o agendamento deste ponto para a Assembleia Municipal. Portanto, esta é a interpretação da Mesa e a administração correcta, porque efectivamente, não vou estar a incluir em pontos concretos, não é por acaso que a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal tem uma determinada dinâmica, tem um período antes da ordem do dia, tem um período de informações do Senhor Presidente da Câmara e depois tem os pontos específicos de cariz mais técnico - político, em que cada pessoa se pronuncia sobre eles, portanto é um dos eleitos. Eu vou, enfim, dar entrada, porque efectivamente não deixou de constar da intervenção do Senhor Deputado, vou canalizar para que não fique aqui, para a autarquia, ou então se a quiser retirar, também o poderá fazer e não a vou colocar à discussão e votação, porque neste ponto não tem cabimento. Posso reencaminhá-la para o Município, como uma recomendação do Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS) – Senhor Presidente da Mesa mais uma vez bom dia, dispenso os restantes cumprimentos. Em relação à política de fiscalidade municipal e eu adiantava-me já um bocadinho, para depois não me vir repetir na questão da Derrama, para dizer que nós CDS temos defendido uma política municipal, de fiscalidade municipal, de distribuição positiva e isso é que potencia a competitividade do concelho, em relação aos concelhos concorrentes, nomeadamente às capitais de distrito com as quais competimos directamente. Não venho agora aqui fazer esse tipo de comparações. Acho que o momento não é para isso, acho que a situação hoje é, como eu dizia há um ano atrás, não saberíamos como estaríamos um ano depois, foi exactamente em 27 de Setembro de 2009 que foi discutido este ponto na Assembleia Municipal e na altura reiteramos a proposta, as propostas que tínhamos feito nos anos anteriores, em que defendíamos uma redução do acumulado plurianual dos impostos de incidência municipal, nomeadamente o IMI e a Derrama. Dizer o seguinte, nós atendendo à situação em que o País se encontra, atendendo aos compromissos que temos que cumprir e assumir, à herança que nos deixaram, atendendo à redução das receitas das transferências dos Serviços Centrais para os Municípios, entendemos o esforço que tem sido feito e que é feito no sentido de não aumentar os impostos Municipais. Consideramos que no cenário actual, constitui-se se calhar como factor positivo, constitui-se como factor de discriminação positivo, como vamos assistir noutros concelhos, face à política que temos, o aumento desses impostos. Não deixamos de pensar como pensávamos, isto é, potenciar a substituição pela positiva e potenciar num futuro próximo a política de redução. Agora este ano, vamos votar favoravelmente, quer a proposta para o IMI quer para a Derrama, porque consideramos que estamos numa situação excepcional. E apenas fazer aqui uma correcção, fala-se aqui do memorando da “troika”, ou do “*triunvirado*”, como alguns gostam de chamar. Queria dizer duas coisas: Primeiro factualizando princípios concretos, a revisão da avaliação do património só terá efeitos em 2013, não será em 2012. Se pensávamos aqui na questão da almofada, ela deve ser pensada para 2013 e não para 2012. E em 2012 o que está previsto no memorando da “troika” é a possível redução das isenções temporárias em caso de habitação própria, uma redução de despesa, não de 250 milhões de euros salvo erro, é no 1.22 e 1.32 do memorando da “troika”. Portanto, é bom sermos claros e que tenhamos



noção disso. E também dizer aqui que não nos podemos esquecer e dizer isto de uma forma política, porque é que estamos aqui e porque é que estamos a falar da “troika”. E quando hoje, eu sou muito sincero, causou-me alguma “gargalhada” ver que a proposta do Partido Socialista nestas matérias, foi de redução das taxas e ainda mais do que tinha proposto no ano anterior. Só na Derrama ainda baixa mais, está no seu direito, faz muito bem, acho que sim, gosto de o ver defender, mas temos que ser sérios, honestos e coerentes. E temos que ter noção de duas coisas, é que, e foi dito hoje, não podemos ter amnésia, não podemos esquecer onde é que andámos até agora, estamos aqui, sabemos que o devemos a alguém e a determinados políticos. Foram os Senhores, não se esqueçam, foram os Senhores que assinaram o memorando. Foram os Senhores que o negociaram, nós tivemos que ir atrás e estamos cá para assumir as responsabilidades dos nossos actos, em nome do País. E vamos conseguir, todos juntos, os Senhores também. Mas vamos ser honestos nas análises, ser coerentes, vamos ser correctos, não vamos esquecer. Já aqui foi dito e em relação a esta matéria e a outras, os Senhores esquecem-se constantemente, parece que passaram uma esponja sobre os últimos seis anos. O Engenheiro Sócrates não foi ao Congresso, eu sei, mas ... Vá, não podem esquecer, ele existiu, os Governos dele existiram, há responsabilidades, têm que as assumir como nós. Se isto correr mal, se não conseguirmos dar a volta àquilo que os Senhores deixaram, à vossa herança, também temos que assumir as nossas, com uma diferença, nós trabalhamos em nome dos Portugueses e em prol dos Portugueses, para resolver um problema grave que é de todos. Sem ligeiras e sem pactuar com a criação de falsas expectativas e com o não assumir das responsabilidades. Nós assumimos as nossas e os Senhores as vossas também. Obrigado. ---

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição, vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

-QUARENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado senhor Presidente. Vou ser muito rápido, eu percebo todos os dias na Assembleia Municipal, porque é que o Partido Socialista perde as eleições. Sinceramente, porque é que perdem as eleições municipais. Eu não terei mais responsabilidades nesta matéria, mas ficava preocupadíssimo se alguma vez chegassem aos destinos desta Câmara. Preocupadíssimo, os Senhores não têm nenhuma noção. Depois dizem umas coisitas sem sentido, sem a preocupação de esclarecer as coisas, de as estudar a fundo. Dá a impressão que a “troika” só veio para o Município de Viseu. Nós queremos que os municípios de Viseu, foi aquilo que foi dito, não sejam penalizados. Então e os municípios de Lisboa? Então e os municípios de Castelo Branco? Então e os municípios das câmaras que os Senhores têm? Não querem que eles sejam penalizados? Eu acho uma piada, uma facilidade. Está visto, eu não esperava outra declaração de voto do Partido Socialista, que não fosse aquela. Porque o Partido Socialista não pode concordar com a Câmara e portanto arranja tudo para conseguir uma declaração, onde possam justificar o voto contra, sem sentido nenhum. O Deputado Rui Santos já disse, então mas a “troika”, os prédios reavaliados já fazem sentido para 2013? O perdão para 2012? O IMI que estamos aqui a aprovar já incide nos prédios avaliados? Têm a noção, por exemplo, de que o Governo Socialista previa para o chamado Cadastro do Rústico, oito anos? Foi a minha Associação que lhe disse, vão a Espanha que o fizeram em dois anos. Oito anos, portanto isto que está aqui a dizer, para nós agora diminuirmos só daqui a oito anos na visão do Partido Socialista é que estava pronto o Cadastro Rústico. Bem, as avaliações dos prédios pela “troika”, se o fizerem no ano de 2012, só em 2013 é que beneficiavam, digamos, deste imposto. E portanto eu queria dizer que a primeira coisa é estudar os dossiers e conhecê-los. Já agora, outra coisa também que me custa solenemente, eu tenho no âmbito da Associação a que presido, por quem tenho muita consideração, vários elementos do Partido Socialista, que não detectaram aquilo que os Senhores com uma facilidade enorme, aqui detectaram. Basta



ler o memorando da “troika”, eu já o li de cima para baixo e de baixo para cima e não está lá nada disso. E ainda hoje estamos a tirar a dúvida se aquelas receitas são da Administração Central, ou são da Administração Local. Os Senhores já têm a certeza que é para as câmaras e portanto a Câmara de Viseu vai nadar em dinheiro. Depois outra coisa, com a facilidade com que se diz. O Deputado José Alberto veio aqui, o que leu aqui é o que está nos documentos da Câmara, as receitas do IMI têm vindo a diminuir e depois veio aqui um Senhor Deputado dizer as receitas da Câmara têm vindo a aumentar e portanto é altura de se baixar isto. Bem, eu acho que de facto não tem, já agora esta comparação, eu gostava mesmo que fizessem comparação com as câmaras do distrito, com as capitais de distrito, era bom que se fizesse, para ver se há alguma câmara que tenha as taxas inferiores às nossas. Então mas nem assim, quer dizer, nem com a evidência das taxas da Câmara serem as mais baixas, nós ainda queremos que sejam mais baixas? Ah claro, toda a gente vê o seguinte e parece que é uma verdade de “La Palisse”. Com o arrefecimento da economia temos menos impostos locais. Com mais gente a bater-nos à porta, como o Senhor Presidente de Vila Chã de Sá aqui referiu, temos mais encargos sociais e a Câmara descobriu ali um poço de petróleo na zona do Beato, não é aqui, mas ... Como é que isto se faz? Como que se conjuga isto? Eu ainda estava disponível para, embora já não vá utilizar, mas estou disponível para aceitar essas lições desses gestores. Sinceramente eu gostava de ter, isso é uma boa lição. Mas porque é não a aplicam nas câmaras que dominam? Porque é que não fazem isso. Se calhar, os gestores das câmaras são gente séria, haviam de lhes agradecer estas lições, ficavam extremamente satisfeitos com este apoio e com esta ajuda. Por amor de Deus, a Câmara tem uma política fiscal que diminuiu duas vezes. Eu gostaria de vos dizer, nós diminuimos isto duas vezes, diminuimos por via do coeficiente de localização e agora pelo IMI. Ou alguém se esquece duma proposta do Partido Socialista na reunião do executivo. Foi aquela coisa linda, que era as coroas circulares que significava que tanto pagava a Quinta do Bosque como o Bairro da Cadeia. É essa proposta que os Senhores querem? Isso foi o que os Senhores andaram a fazer por aí, estragaram esta coisa toda. Portanto, nós temos a certeza que a política fiscal é a mais correcta, a mais justa e a mais baixa. A gestão da Câmara tem a ver com outros factores. O facto de termos uma gestão equilibrada, tem a ver com outros factores, que se calhar, se eventualmente tivessem sido copiados, o País não teria chegado onde chegou. Portanto não vale a pena estarmos a desviar a atenção para dizermos que agora, em matéria fiscalidade, nós ainda damos mais do que a Câmara dá. Claro, não têm que gerir, é simples. E é coisa que toda a gente nota que é demagoga, porque é assim: se nós damos um subsídio a um clube, nós damos 80 pela análise que fazemos, a oposição 300. Não têm nenhuma responsabilidade, nós diminuimos X e eles 3X, não custa nada, não custa nada. Por isso é que depois não são levados a sério, esta falta de responsabilidade não é levada a sério. Portanto, é só isto que se me oferece dizer Senhor Presidente. Espero sinceramente que nem toda a gente, mesmo os representantes do Partido Socialista, tenham esta visão que têm os seus dirigentes, a sério. -----

- **MESA:** o Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Terminámos o debate sobre o resto da matéria, vou pôr à votação. O Ponto Dois foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, oito votos contra e zero abstenções. Passamos agora ao ponto seguinte, **PONTO III- APRECIACAO E VOTACAO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DERRAMA** nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação. -----

-**QUARENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Quero muito realçar as considerações que fiz em relação ao IMI, apenas acrescentando-lhe uma coisa, que o tempo nos veio dar razão. Como sabem, o Partido Socialista enquanto Governo, alterou as fórmulas de cálculo da Derrama. Nós dissemos na altura que nos parecia que uma



alteração ia criar injustiças, pois agora mesmo, o que está na ordem do dia é pedir que a regra de cálculo seja a anterior. O que significa que a anterior previsão que nós tínhamos, da regra de cálculo que criava mais injustiças acabou por acontecer e portanto também aqui nesta proposta, de aplicação da Derrama, fazemos uma redução para as empresas com menos de 150.000 euros de lucros, para as outras mantêm-se a mesma taxa. É uma redução, em nenhuma delas temos, digamos, as taxas máximas, como facilmente se comprova por esta proposta. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Está apresentada. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre esta matéria. O Deputado Alberto Ascensão. -----

-QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores, Senhores da Comunicação Social: Bom, reitero aqui a falta de sensibilidade social para a tributação autárquica por parte da Câmara Municipal, relativamente aos sacrifícios que se avizinham para os contribuintes deste País e muito em particular para os nossos concidadãos, para os viseenses. De facto, ainda não se conhece bem ao certo, qual será a tributação em termos de IRC, em termos de taxas de IRC, que irá ser aplicada aos visados também pela Derrama. Sabe-se por outro lado, que em princípio, a derrama estadual irá ser agravada. O que quer dizer que, parece-nos aliás de harmonia, no mesmo sentido daquilo que dizíamos há pouco, que Viseu poderia discriminar, isto nem são palavras minhas, discriminar positivamente os seus concidadãos, numa perspectiva de não só os beneficiar. Eu sei o que vai dizer, que vai usar o argumento que normalmente usa, que as grandes empresas não têm sede cá, eu sei, mas também as há que têm cá, grandes e pequenas, mas principalmente médias e pequenas. E portanto, seria uma forma de incentivar a fixação de novas empresas cá. Das 60, que em 100 no distrito existem, eu gostaria de saber quantas é que nos últimos três ou quatro anos, se fixaram cá. Eu acho que a política de lançamento da Derrama poderia abrir mais a possibilidade de fixação de novas empresas no nosso concelho. É nessa medida que entendemos que e a proposta foi apresentada pelos nossos vereadores na Câmara Municipal, louvamos desde já, vimos com bons olhos o abaixamento da taxa, para as empresas com o volume de negocio inferior a 150.000 euros, mas não podemos concordar não só com esse abaixamento, que achamos que poderia ir mais longe, como também com o facto de não ter sido feito nenhum abaixamento na outra taxa, naquela que tributa as empresas que tenham um volume de negócios superior a 150.000 euros. Portanto, nós concordamos com a proposta que foi feita pelos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal e daí, isto consta das Actas, não me vou estar aqui a repetir para não tomar mais tempo, daí nós votarmos contra a proposta da Câmara Municipal, por entendermos que seria mais consentâneo com a realidade do País e nomeadamente, muito em especial, do nosso concelho, a fixação das taxas que foram propostas pelo Partido Socialista na Câmara Municipal. Só em nota de rodapé, dizer que não temos memória curta, não nos esquecemos dos problemas que o Partido Socialista enquanto Governo enfrentou. Mas também não somos capazes de ir de governo em governo, até que chegasse se calhar até ao nosso D. Afonso Henriques. Nós já fomos julgados, quem está agora tem que enfrentar os problemas, venham eles de onde vierem. Se vieram deste Governo, se vieram do anterior, do que lhe antecedeu, isso não podemos ir escamotear as responsabilidades a quem as teve, se calhar iríamos como digo, até ao nosso 1º Rei, que foi D. Afonso Henriques. Quem está a governar tem que assumir as responsabilidades da governação, quem não está a governar pode dar o seu contributo e nós damo-lo na forma que podemos, aqui nesta Assembleia, na Câmara Municipal, com as propostas que damos. Por norma nem sempre são aceites, mas que alertam e se calhar



algumas vezes, a própria governação autárquica tem em consideração algumas propostas que apelidadas da forma que sabemos, têm alguma substância, têm algum sentido e vão sendo levadas em linha de conta, mais tarde ou mais cedo. A prova disso é que as taxas que temos vindo a propor para abaixamento, não tendo nunca sido apropriadas por parte da Câmara Municipal, têm vindo a aproximar-se daquilo que temos proposto, desde o principio do nosso mandato ou desde o principio da aplicação destas taxas, nos termos em que estão a ser aplicadas, com a nova legislação quero eu dizer. Muito obrigado. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) –

Vão-me desculpar, dado o adiantado da hora vou prescindir das saudações da praxe. Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto, sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica, (artigo 14º da Lei das Finanças Locais). De acordo com o nº 2 daquela norma, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado “pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional”. Sucede que esta forma de apuramento da derrama não é só fiscalmente injusta, como penaliza os municípios, principalmente do interior do País, em que se situem actividades de capital intensivo como, por exemplo, parques eólicos ou barragens hidroeléctricas, as quais, embora geradores dum valor de negócios significativo, quase não possuem pessoal e daí apresentarem baixas despesas com remunerações, ordenados ou salários. Na verdade, a actual fórmula de apuramento da derrama, ao basear-se na massa salarial, acaba por privilegiar os municípios onde estão sedeados os sujeitos passivos, já que é nas sedes sociais que tal valor tem mais expressão, até por efeito da concentração de recursos. O procedimento alternativo previsto no nº 3 do mesmo artigo 14º da Lei das Finanças Locais, levanta problemas práticos de muito difícil resolução, pelo que se impõe a adequada alteração legislativa. Assim, para uma tributação mais adequada dos contribuintes, sem alterar o total da derrama a pagar e com vista a uma maior justiça na repartição intermunicipal da derrama, na Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 28 de Setembro de 2011, recomendo à Câmara Municipal de Viseu que, isoladamente ou preferencialmente no seio da Associação Nacional de Municípios, desenvolva esforços no sentido de: solicitar à Assembleia da Republica, aos vários grupos parlamentares, a alteração do artigo 14º da Lei de Finanças Locais, introduzindo quanto ao apuramento da derrama a pagar aos municípios, novos critérios de repartição, como o volume de negócios, ou o valor acrescentado ou área de implantação geográfica. Por isso, o Bloco de Esquerda irá votar contra as duas, contra esta proposta e também estamos contra a proposta do PS. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. O Senhor Deputado José Alberto tem a palavra. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSE ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD) –

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores: Apenas duas notas de rodapé relativamente a isto. Não vou dizer o que é a derrama, o Deputado Carlos Vieira já o fez. De facto, compreendemos que as PME têm um papel importante no desenvolvimento socioeconómico do Concelho de Viseu e este pagamento adicional representa mais um esforço para estas entidades, que têm que fazer nas suas já debilitadas tesourarias. No entanto, salientamos aqui o facto de a câmara diminuir a taxa para as entidades com volume de negócios em menos de 150.000 euros, ou seja, a taxa de 1,35. Também dizer



que, comparando e tenho ali as tabelas dos vários concelhos do País onde a derrama é cobrada e o concelho de Viseu é daqueles que cobram uma taxa menor, em termos de capitais de distrito. É evidente que há concelhos que isentam totalmente este imposto, mas também a actividade económica é inócua, portanto não é relevante a arrecadação deste mesmo imposto. Dizer que a taxa, a arrecadação de receita ao longo dos últimos três anos, teve aqui um abaixamento muito significativo em 2009, de quase um milhão de euros, em relação a 2008. Este valor veio a ser restabelecido em 2010. Portanto por tudo isto, eu acho que apesar de tudo e de não ser relevante é uma receita extremamente importante e por aquilo que há pouco o Senhor Presidente da Câmara disse, não se podem fazer omeletas não tendo ovos e de facto, a receita é extremamente importante para fazer despesa e a despesa é cada vez maior face aos compromissos que a Câmara tem e até do ponto de vista social. Por tudo isto, eu acho que é minha e nossa proposta, a aprovação destas mesmas taxas. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

-QUARENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito pouco tempo Senhor Presidente, só para dizer que não vou de facto, o Senhor Deputado Ascensão queria que eu adiantasse os elementos que tenho aqui trazido, estão todos em vigor, são todos actuais. A questão das grandes empresas, se por acaso isentassem a derrama, ficavam a rir os Montepios, a EDP, a PT, deixavam de pagar derrama no nosso concelho. E eu queria lembrar outra vez, que o grupo reduzido paga mais de metade da derrama do Concelho. Se era essa isenção que queriam e as vantagens que têm em fazer essa discriminação positiva, que passem muito bem, não estamos interessados no concelho. Já agora também outra coisa, que só por si acaba com a demagogia que foi aqui trazida e que é assim: quando nós implementamos a derrama, aliás, o Doutor José Alberto diz que há concelhos que ainda não têm a derrama, é verdade. Quando nós implementamos a derrama, já os concelhos de Oeiras e da Maia, tinham há muito tempo. Bem, o que é que nós ganhamos com isso? Não tínhamos Derrama de facto, eram paletes de empresas que vinham para aqui, vinham todas para cá, estão todas aí instaladas. Como não tínhamos derrama, vieram todas. Por amor de Deus, eu acho que esta derrama podia ser um imposto, é facilmente anulável este imposto. Como este é um imposto sobre outro imposto, anulem um imposto, o imposto mãe, é fácil. Se por acaso, querem discriminar positivamente, fazem aquilo que já fizeram em tempos. Se por acaso, quiserem anular o imposto sobre os lucros, a derrama baixa e de que maneira, como fizeram aqui há uns anos, quando baixaram o IRC para o interior e as câmaras do interior acabaram por receber menos. Portanto, não vale a pena demagogias, não se atrai ninguém por essa via e mais, eu gostaria de dizer que estas receitas e toda a gente se queixa disso, vêm a diminuir e de que forma e portanto eu não sei, propor mais gastos, mais investimentos, a marca “Viseu” e depois, ao mesmo tempo, tirar os ovos da cesta é equação que não dá. Eu gostaria e sugiro-vos que sejam mais criteriosos e sobretudo, mais realistas em termos das apreciações. -----

-MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Vou então pôr à votação. Terminámos o debate do Ponto 3 sobre a derrama. O Ponto Três foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, oito votos contra e zero abstenções. Passamos agora ao ponto seguinte, **PONTO IV- APRECIACAO E VOTACAO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – (T.M.D.P.),** nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto quatro. -----



-QUARENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor Presidente, não tenho nada a acrescentar em relação àquilo que está previsto na deliberação camarária.-----

- MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este ponto. O Senhor Deputado Alberto Ascensão tem a palavra.

-QUARENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente, Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhores da Comunicação Social minhas Senhoras, meus Senhores: Com as necessárias adaptações, deixo aqui dito algo do que disse nas anteriores intervenções, ou melhor, reafirmo algo que foi aqui dito. Com mais um acréscimo relativamente a esta taxa, que esta taxa não tem de facto, uma contrapartida, não há nenhum serviço que seja prestado ao munícipe, para que ele possa de facto, ser onerado com esta taxa. Daí que e pelas razões que apontei anteriormente, ser de facto de suspender, como propuseram também os nossos Vereadores na Câmara Municipal. Não é abolir, é suspender esta taxa, atendendo ao enquadramento económico-financeiro em que nos encontramos. Queria deixar aqui uma nota e portanto como nós reiteramos a suspensão proposta pelos Vereadores na Câmara, iremos votar contra a deliberação da Câmara Municipal e a taxa que nos propõem aqui, de 0.25 para a Taxa Municipal de Direito de Passagem. Há aqui um pormenor que eu gostava de deixar, se possível esclarecido. Pedir ao Senhor Presidente da Câmara que se possível, esclarecesse. Diz-nos aqui que propõe que em cada ano o município selecciona a entidade que prossegue fins públicos, sediada na área territorial a que afecte o produto da referida taxa. Gostaria se fosse possível, que nos dissesse quem é a entidade que já está escolhida, se estiver, para a taxa que vai ser aplicada, certamente é no próximo ano, ou se não, quais os critérios que vai adoptar para a escolha desses fins públicos. E já agora, qual o prazo em que pensa, em cada ano, fazer a transferência dessas verbas para a entidade que vier a ser escolhida. Muito obrigado. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – O Bloco de Esquerda, peço desculpa, penso que a mesa me permite que dispense as formalidades. O Bloco de Esquerda está contra estas duas posições, do PSD e do PS, porque cremos que ambas desrespeitam a lei e fogem à questão inicial que é alterar dois artigos na Lei das Comunicações Electrónicas e nesse sentido deixo também uma recomendação à Câmara Municipal, para junto da Associação Nacional de Município interceda. Passo a ler. “Para que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem seja paga directamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores. A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), foi criada pela Lei das Comunicações Electrónicas. Segundo o nº 2 do artigo 106ª da lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”. “A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município.” Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar porque motivo o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo desta taxa, já que são as operadoras de telecomunicações quem efectivamente utiliza o bem de domínio público. A TMDP é, na



verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo, direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais. A aplicação de TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor de Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomaram posições muito críticas sobre a TMDP. Os municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentem lucros muito avultados, nem sempre transferem para os municípios os valores que cobram aos consumidores. Sucede que a lei nº 5/2004 também não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo 106º, pelo que são absolutamente necessárias alterações à Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro. Nesse sentido, recomendo à Câmara que junto com a Associação Nacional Municípios continue a desenvolva esforços no sentido de manifestar discordância pela cobrança desta taxa directamente aos clientes finais e solicitar à Assembleia da Republica a alteração da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, para que nomeadamente a TMDP passe a ser suportada directamente pelas operadoras de telecomunicações e não pelos consumidores e também para que sejam previstas sanções para as empresas que desrespeitando o artigo 106º, não efectuem o respectivo pagamento aos municípios.” Obrigado. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. O procedimento será o mesmo. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Dado o adiantado da hora, tenho vontade de nem responder, mas ouvi aqui uma coisa que eu acho curiosíssima. Não sei se é para justificar a promoção que o Deputado Alberto Ascensão teve na bancada do Partido Socialista, agora intervém sobre tudo. Bem, nós estamos aqui com a Taxa Municipal de Direitos de Passagem porquê? Porque o seu Governo a criou, se a não tivesse criado, não estávamos aqui a discutir isto. Agora diz para quem ela é? Olhe, queria lhe dizer que vai para um organismo, uma instituição credível. Os critérios já pode saber, é a proposta que vou fazer este ano. Já foi uma série de anos para os Bombeiros, este ano proponho que vá para o Cantinho dos Animais Abandonados. É esta a proposta que vou fazer na Câmara, espero que seja aceite. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado. Para uma segunda intervenção? Sim, faça o favor, tem o direito de o fazer. -----

- CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS) – Perdoem-me a dispensa dos cumprimentos do costume, só para dizer o seguinte, as nossas questões internas são nossas, nem vou apreciar isso. O Senhor Presidente sempre me viu intervir aqui nestas matérias, posso me sentar ali ou lá trás, portanto não tem importância nenhuma. Queria dizer o seguinte, de facto eu só ia pedir o seguinte esclarecimento, porque também houve uma pergunta que ficou por responder que fiz anteriormente, vou deixar mais uma a acrescentar àquela que deixei. Se podia esclarecer a Assembleia, à excepção da Taxa Municipal de Direitos de Passagem do ano de 2006, em que datas foram transferidas para a instituição que foi na altura, escolhida e que por deliberação da Câmara Municipal de Agosto de 2005, de 29 de Agosto de 2005 foi atribuída a essa instituição. Tanto quanto eu saiba, à excepção do ano de 2006, da taxa referente ao ano de 2006, não tenho conhecimento das datas em que foram transferias e daí eu pedir, se for possível, que me esclareça em que datas foram transferidas, ou se por ventura, estão ainda a pensar transferir, porque tal facto seria uma novidade também para mim e certamente para a Assembleia. Obrigado. -----

- MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se o Senhor Presidente quer responder. Tem a palavra. -----



-CINQUENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Com toda a certeza. Amanhã vão os 55.000 euros para a entidade que beneficiará desta taxa. Amanhã vão os 55.000 euros e é muito acima da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

- MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: Muito obrigado Senhor Presidente. Vou então pôr à votação. *O Ponto Quatro foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, sete votos contra e zero abstenções.* Passamos agora ao ponto seguinte que é o **PONTO V- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE CONCESSÃO E USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO DE SANTIAGO, EM VISEU,** nos termos da alínea Q do numero 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. O Senhor Presidente não tem nada a acrescentar, pergunto se alguém se quer pronunciar. O Senhor Deputado tem a palavra. -----

-CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhoras e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Público e Comunicação Social: Em meu nome pessoal e em representação da bancada do Partido Socialista congratulamo-nos com a iniciativa do Executivo Camarário em ter aberto um procedimento de concurso público, para concessão do uso privativo do domínio público para concepção, construção e concessão de exploração de crematório no cemitério de Santiago em Viseu. Esta é uma necessidade sentida pelos viseenses, que já tinha sido expressa nesta mesma Assembleia em 14 de Setembro de 2009, através de uma moção conjunta do Partido Socialista e Partido Social Democrata, pelos Senhores Deputados Dr. Ribeiro de Carvalho e Eng. Esteves Correia, que após amplo debate foi aprovada por unanimidade. Da substância de esta moção, relevo, para além da construção do crematório, a disponibilização que passo a citar:”de uma casa mortuária municipal, que possa destinar-se aos defuntos de qualquer religião, bem como ateus e agnósticos.” Assim, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se está previsto neste projecto ou em outro, a construção ou a disponibilização de um espaço condigno, que responda a esta necessidade sentida pelos viseenses e por esta Assembleia. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, outro assunto se levanta com a construção do crematório, é a necessidade de um regulamento próprio ou associado ao regulamento do cemitério, acautelando o bom funcionamento do mesmo sem eventuais prejuízos para os utentes e ou entidade exploradora. -----

-MESA: O Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Carlos Vieira também se quer pronunciar, tem a palavra.”-----

-CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Sobre este assunto, eu gostaria apenas de saudar, já o fiz uma vez, os Senhores Deputados Esteves Correia e Ribeiro Carvalho, que propuseram em 2009 salvo erro, não só a construção do crematório, como do espaço da casa mortuária, a confessional de forma, nas palavras do Senhor Deputado Esteves Correia, a quem quer que seja, agnóstico, ateu, ou quem seja de outra religião, como a muçulmana ou outra qualquer, não têm espaço e a família será ao fim e ao cabo, em minha opinião, dizia ele apesar de ser católico praticante, a família será violentada ao ter que colocar o corpo numa casa mortuária da Igreja Católica. Parece-me que, eu sublinho e também questiono a Câmara sobre este espaço, porque me parece que é importante para a construção de facto de uma sociedade laica, numa república laica e em que se cumpra efectivamente o artigo 13º da Constituição, que diz que ninguém pode ser discriminado em função, entre outros motivos, da sua religião. Muito obrigado.-----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se o Senhor Presidente quer responder. -----



-CINQUENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA –Obrigado Senhor Presidente, eu aproveito para dar os parabéns também, não só às pessoas que propuseram isto, mas aos meus Vereadores que a aprovaram, porque é bom que se lembrem que a proposta dos Senhores Deputados conjunta, não era sobre o crematório, era apenas sobre a sala. Portanto o crematório é uma obra da Câmara, vai ser obra da Câmara feita. É mais difícil do que propor, muito mais. Nós vamos fazê-la e eu percebo que tenham alguma dificuldade em nos dar os parabéns também a nós, mas pronto. A Câmara vai propor e vai lá estar a sala, a tal sala, para não violentar consciências. Mas a mim não me violenta nada e mais, tenho tanta consciência também de que estamos numa sociedade profundamente católica e isso tem que ser relevado. O facto de termos uma sala não tem a ver com, digamos, o pressentimento ou a constatação de que alterámos os hábitos, nós atendemos àquilo que é uma população de forma global e sem nenhuma discriminação. ---

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: “Muito obrigado Senhor Presidente. Não sei se há mais algum pedido. Faça o favor. Pedia só alguma brevidade face ao adiantado da hora, não queria passar para a parte da tarde da Assembleia.”-----

-CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS) – Era só para dizer ao Senhor Presidente, que sabe perfeitamente que na altura em que a proposta foi aqui apresentada, por acaso eu não estava nessa Assembleia, mas tive o cuidado de me fundamentar na acta onde constou essa moção e fala claramente no crematório municipal. Em relação à outra questão e essa para mim foi, pela análise que eu fiz o objecto fundamental da moção, era a criação de um crematório municipal, sim senhor, dada a evolução. Era o crematório Senhor Presidente, pode consultar quando quiser, mas fala do crematório, porque as pessoas estavam cada vez mais a solicitar esse serviço, nomeadamente a terem que se deslocar para fora de Viseu, nomeadamente para a Figueira da Foz ou Espinho ou outro local e que fazia necessidade haver aqui. Aliás, o Senhor Eng. Esteves Correia também se pronunciou dessa mesma forma. Agora eu não percebi muito bem, se efectivamente este projecto já consta de facto dessa sala multi-religiosidade, por assim dizer. Pronto, é isso que nós agradecemos e realmente estamos de acordo.-----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. O Senhor Deputado Carlos Vieira também pretende usar da palavra sobre este assunto. Tem a palavra.-----

-CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Eu peço desculpa, é só por uma questão, por uma questão de rigor eu tenho aqui a acta da Assembleia e é só para confirmar se quiserem. Eu acho que é despiciente estar aqui, será fastidioso estar a ler a moção. Mas a moção fala efectivamente, a moção começa a referir a sala mortuária e depois diz de igual modo, verificando tal e tal, delibera e recomenda que se dê início a estudos condizentes ao crematório municipal. Efectivamente os dois Deputados, na moção que foi aprovada creio que por unanimidade, propuseram as duas coisas em simultâneo, portanto não houve aqui, só a casa mortuária foi referida em primeiro lugar e o crematório em segundo, a importância era igual.-----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado. O Senhor Presidente quer esclarecer alguma coisa? Não. Vamos então à votação. *O Ponto Cinco foi aprovado por unanimidade.* Passamos ao **Ponto Seis - APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE O “EMPREENHIMENTO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA PRAIA FLUVIAL DO ALMARGEM”**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 6º da Portaria nº 162/2011 de 18 de Abril, conjugada com o artigo 22º do Decreto Lei nº 73/2009 de 31 de Março. Dou a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Não tem nada a acrescentar. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Senhor Deputado faça o favor.-----



-CINQUENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CALDE – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Comunicação Social, meus Senhores e minhas Senhoras: o Complexo Turístico da Praia do Almargem como V. Exas. sabem, situa-se na minha Freguesia, junto ao Rio Vouga na povoação do Almargem. Portanto venho a esta tribuna mostrar todo o meu contentamento assim como de toda a população da minha freguesia e desejar que tal empreendimento seja uma realidade. Pois tenho a certeza que tal empreendimento vai criar riqueza e postos de trabalho para a população residente e não só. A empresa responsável por aquele complexo quer ali implantar parque aquático coberto, um hotel de quatro estrelas, um edifício de apoio, um parque de campismo e um parque de aventura. Face a este grande empreendimento em meio rural, esta Assembleia deve dar o seu contributo positivo, em reconhecer o interesse público ao Complexo Turístico da Praia Fluvial do Almargem da freguesia de Calde. Tenho dito. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse: Obrigado Senhor Presidente da Junta. Senhor Deputado Carlos Vieira quer usar da palavra também?-----

-CINQUENTA E OITO SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Peço desculpa, isto está tudo com fome, mas muito rapidamente só queria dizer o seguinte: eu congratulo-me com este, eu acho que a Câmara faz muito bem em apoiar este projecto, acho que é um projecto muito mais, permitam-me a expressão, digno do que a paródia de praia marítima, que existe ali em Mangualde, com horizontes virtuais. De qualquer modo, creio que é um erro a Câmara não aproveitar o Parque de Campismo do Fontelo, que entregou aos Escuteiros e podia até, acho que isso não é reversível uma vez que uma das clausulas é eles recuperarem, acho eu o espaço, porque Viseu é uma cidade de passagem e há muitos turistas. Eu lembro-me que há muitos jovens que não têm automóvel, que se recusam, eu tenho dois filhos e têm o Ensino Superior e nenhum deles quer tirar a carta. Portanto, há muitos jovens que vão viver para o Centro Histórico, exactamente porque não têm o constrangimento do estacionamento. E há muitos turistas que chegam a Viseu e se calhar, se tiverem que ir para doze quilómetros apanhar um autocarro, é muito mais complicado. Por outro lado, o Parque de Campismo na Mata do Fontelo é um bom pretexto para muitos turistas ficarem a conhecer a Mata, que é um monumento natural, um monumento único. É quase tão importante como a Cava de Viriato, bom não será tanto, mas lembro que o biólogo Jorge Paiva dizia que, de facto era uma raridade aquela Mata no nosso País, não há muitas assim como aquela. De resto, as próprias senhoras que escreveram um livro, as biólogas da Universidade de Aveiro, sobre o Parque. Eu tive o cuidado de as questionar sobre isso e elas dizem que não vêem qualquer problema de segurança, pelo contrário, se o Parque estivesse a funcionar na Mata. Pronto, creio que com algum esforço, muitas cidades médias, cidades até mais pequenas e até vilas, têm de facto essa sensibilidade, essa preocupação em não só ter Parques de Campismo no centro como Parques de Caravanismo, como aqui já foi dito, porque também há muita gente. Antes na Feira de S. Mateus estava lá quase uma concentração de auto-caravanas, ali no meio do parque de estacionamento. E já dei também com uma concentração de auto-caravanas belgas e holandesas na Feira Semanal. Portanto, acho que urgia resolver este assunto. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Deputado. Mais ninguém se quer pronunciar? Senhor Presidente quer dizer alguma coisa? Senhor Presidente.-----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Só para dizer que à bocadinho eu esqueci-me de dizer, não sei quem é que me perguntou sobre o Parque, a resposta aos caravanistas, dizer que está previsto no parque, que vamos fazer junto à Fonte Cibernética lá em baixo, onde começa a Ciclovia. Vamos fazer um parque de



estacionamento e vamos reservar uma parte exactamente para auto-caravanas. Portanto esse problema está resolvido. Também só uma nota, era na anterior, mas vou pô-la aqui, eu não tenho nenhum problema em subscrever e deixar que o crematório e naturalmente a sala, digamos “multireligião”, tenha outros Patronos, não tenho nenhum problema, interessa-me é que ela seja feita e de certeza absoluta no nosso executivo vai ser feita. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado. vou então por à votação. *O Ponto seis foi aprovado por unanimidade.* Passamos ao *Ponto Sete – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Geminacão – Abdijan (República da Costa do Marfim)”*: *Protocolo de Geminacão e Juramento de Geminacão*”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Dou a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SESSENTA – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Obrigado Senhor Presidente, também é rápido. Esta proposta parece assim um pouco esquisita, como é que a cidade de Viseu gemina como Abdijan? E eu gostaria de dar a explicação é porque é que foi, inclusivamente, esta pressa na geminacão. Como sabem, as geminacões têm sempre uma razão para se efectuarem. Elas nasceram de uma outra forma, mas actualmente é um dos veículos mais utilizados para a cooperação e nós soubemos pelas entidades da Costa do Marfim, que uma empresa viseense com grande actividade naquele País, queria assinar uns contratos de trabalho na Costa do Marfim. Aliás, contratos em cuja assinatura eu estive presente e constatei com grande agrado, que iam começar dentro de pouco tempo, inclusivamente com a cobertura do Banco Mundial. E portanto, o que a Câmara de Viseu fez, foi, atendendo às solicitações do empresário, aliás um empresário extremamente activo, disse que sim à geminacão. Fizemos a geminacão em tempo recorde, com a presença das autoridades, num Domingo para que na Segunda-Feira seguinte tivessem sido assinados os contratos, já ao abrigo da geminacão. Era um desígnio das entidades da Costa do Marfim e para nós também era uma boa situação, que uma geminacão desse cobertura a um contrato de execução com algum valor, valor bem significativo e portanto esperamos que corra bem e é mais uma empresa de Viseu que se internacionaliza. Se calhar, pouca gente conhece a empresa em causa, mas que se internacionaliza e é uma empresa que propicia postos de trabalho e que está situada no Parque Industrial do Mundão. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Senhora Deputada tem a palavra. -----

- SESSENTA E UM – SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD) – Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante público: antes de entrar propriamente na questão da geminacão, queria só aproveitar este bocadinho para agradecer aos Deputados do Partido Socialista as lições que me têm dado sobre a versatilidade da natureza humana. A partir daí, vou falar sobre a geminacão, cooperação e fundamentos de um intercâmbio. A cooperação entre povos de diferentes Países, aos seus vários níveis, é uma necessidade que, sob qualquer ponto de vista, não pode ou não deve ser ignorada. A Geminacão entre Municípios, quer no espaço Europeu ou num espaço mais alargado, liga continentes e está na ordem do dia, sendo um dos instrumentos que muito facilita a aproximação entre povos e cidadãos dos diferentes Países, culturas e sociedades. Nesse sentido, e como mais uma razão para a sua promoção, é o reforço da competitividade através de acções comuns, sejam elas de cariz cultural e/ou económico. Jean Bareth, um dos fundadores do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, define bem esta questão afirmando: “As geminacões são o encontro de dois municípios que concordam em proclamar que se associam para agirem numa perspectiva europeia,



confrontando os seus problemas e desenvolvendo entre eles laços de amizade cada vez mais estreitos.” Vamos mais longe, pois a Europa já não é limite para nós. As Geminações representam um compromisso a longo prazo que ultrapassa mudanças pontuais de políticas locais ou dificuldades que possam afectar algum dos parceiros. Requerem por isso, um duplo compromisso, isto é, as Autoridades Locais e Cidadãos têm que se comprometer nestes acordos. Assim sendo, é neste sentido que a Lei define, que a Câmara Municipal propõe a Geminação, mas a Assembleia Municipal tem que a aprovar. Muito nos honra pois, a proposta que nos chega da geminação entre a nossa cidade e Abidjan – Distrito da República da Costa do Marfim. Além de toda a importância do intercâmbio cultural, turístico, educacional, é de relevar a possibilidade de potenciar crescimento económico da nossa cidade, através de investidores locais que possam cooperar com parceiros daquela cidade africana. Fazendo aqui um parêntesis, é de facto uma resposta também à implementação e ou incremento das empresas que estão aqui em Viseu, que podem de facto potenciar a sua actividade. É também uma resposta à marca “Viseu”, que mais uma vez, vai para além fronteiras. Como já referimos em anteriores comunicações sobre este assunto, a capacidade de valorizar as potencialidades existentes, através da concretização de projectos de interesse comum, deverá, sem dúvida, ser potenciado pelos Municípios, em virtude de serem o interlocutor privilegiado junto das comunidades locais onde se inserem. Por outros actos similares e pela experiência que o Município de Viseu já possui neste tipo de iniciativas, estamos certos que este acto se revelará frutuoso para ambas as partes, criando assim mais um laço de ligação entre a Europa e África. Congratulamo-nos que o nosso município continue, a desenvolver esforços demonstrativos de um enorme dinamismo e de uma visão estratégica que ultrapassa, e muito, toda e qualquer fronteira. Obrigada. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhora Deputada. O Senhor Deputado Alberto Ascensão também se quer pronunciar sobre esta matéria e o Senhor Deputado Carlos Vieira também. -----

-SESSENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONCALVES DA ASCENSÃO (PS) – Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Senhores da Comunicação, minhas Senhoras e meus Senhores: Muito rapidamente, é obvio que não estamos em desacordo, nada disso, apoiamos, damos o nosso apoio e votaremos favoravelmente. Eu só vinha aqui com este pretexto, lembrar e apelar no sentido de ser recuperada aquela ideia, que a propósito de outra geminação, salvo erro na sessão passada, também segundo me lembro de memória, pelo deputado Jorge Adolfo no sentido que me parece foi acolhida, nem sei se a iniciativa terá sido da própria Câmara, estou a falar de cor, no sentido de ser feito um amplo seminário ou um fórum, qualquer coisa nesse género, com as várias cidades com quem Viseu se encontra geminada. Penso que era uma boa oportunidade de um balanço, que poderia trazer à tona o interesse que estas geminações têm e que nem sempre são do conhecimento geral da população, nomeadamente também, eu falo por mim, mas se calhar da maior parte de nós, membros desta Assembleia. Era interessante certamente tomar conhecimento em contacto com uma organização com um evento, tal como foi já, penso que aceite pelo Executivo Municipal. Deixava aqui o repto para quando, até porque interessa saber, acho que é importante saber, o interesse que essas coisas têm. Muito obrigado. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-SESSENTE E TRÊS SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Ora muito rapidamente, é só para dizer que me congratulo com esta geminação, eu não tive oportunidade de estar na cerimónia, tive pena, sei que a Costa do Marfim é um dos Países mais desenvolvidos de África, é o primeiro produtor de cacau e o



quinto de café. Abidjan, segundo pessoas amigas que já conhecem, dizem que não sendo a capital, a capital política, é muito mais bonita que a capital. Uma cidade encantadora e gostaria de frisar aqui, que Portugal tem uma herança africana enorme que advém do nosso passado colonial. Em 1772/73, um quinto da população de Lisboa era negra ou mestiça, não é por acaso que ainda hoje à a Travessa dos Postos Negros, a Rua dos Negros. O próprio Fado tem origem no Hundo portanto, nessa cultura que foi de África para o Brasil e depois regressou transformada. Em 1568, Lisboa com 250.000 habitantes, tinha um quinto de escravos negros e outros pretos, mouros, índios, e brancos. O Livro Património Genético Português de Luísa Pereira diz que, cerca de 11% da população do Sul de Portugal, com percentagens menores depois também no resto do País, temos também essa herança aqui no Norte, no Centro têm influencia de linhagens do Norte de África. Aliás, há um estudo da Universidade Complutense de Madrid e da Universidade de Coimbra, de cientistas, que diz exactamente que a nossa carga genética é muito mais parecida com a do Norte de África, do que por exemplo, até aqui, com os nossos vizinhos castelhanos. Mértola, por exemplo, só foi conquistada aos mouros no século treze, em pleno reinado de D Sancho II e Portugal foi um activo participante do tráfico de escravos, a maior deportação da história da humanidade, que só na África Ocidental envolveu entre quinze a dezoito milhões de seres humanos. Eu acho que é importante a gente não se esquecer disto nesta altura, não esqueçamos que cada escravo que chegava à América, por cada escravo que lá chegava, cinco morreu nos processos de captura, nos transportes do interior para dos armazéns. Foram noventa milhões de pessoas e dos que chegaram à América duravam apenas, em média cinco anos. Espero sinceramente, para terminar, que o aproveitamento económico, que sem duvida é importante, sobretudo nesta época de maior, de grande crise económico-financeira que atinge com particular agressividade os Estados Unidos e a Europa e que, ao agravar as desigualdades no comércio mundial, promove o incentivo ao neo-colonialismo e a nova escravatura, com o Mediterrâneo, berço da nossa cultura, a ser transformado num gigantesco cemitério. Espero, dizia eu, que seja um incremento de relações culturais com Abidjan e a Costa do Marfim, para que se intensifiquem, ao mesmo tempo com as relações económicas, a par delas, para uma remissão do nosso passado, de que Frei Bartolomeu de Las Casas relatou na brevíssima relação de destruição de África. Muito Obrigado. -----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente não sei se quer? -----

- SESSENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – É uma nota só Senhor Presidente, apenas para dizer que nós temos prevista esta sugestão aliás, já está prevista na Câmara um encontro com cidades geminadas, o que não é fácil. As cidades geminadas pedem naturalmente condições para se reunir e não é fácil. Mas eu queria dizer que, ao abrigo das geminações e é uma nota que vos dou, há pouco a Senhora Vereadora da Cultura saiu apressadamente, porque vai reunir com o Ministro da Embaixada da Polónia, porque a Polónia escolheu Viseu para fazer aqui a primeira iniciativa de celebração da Presidência da Polónia da União Europeia. E só escolheu, porque nós estamos geminados com uma cidade polaca, que tem a Universidade Católica sediada nessa cidade e portanto, é um fruto da geminação esta escolha e esta deferência, ser em Viseu que se realizam as comemorações relativas à Presidência da Polónia da União Europeia.-----

-MESA: o Senhor Presidente da Mesa disse. Muito obrigado Senhor Presidente. Vou então por à votação. *O Ponto sete foi aprovado por unanimidade.* Estamos no período do público, eu tenho uma inscrição do nosso concidadão José Santos Guiné, aliás, presença assídua desta Assembleia, tem cinco minutos. Prescinde. Pronto, então está concluída. Muito obrigado pela vossa colaboração. -----



----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às treze horas e cinquenta minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)